



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Curso
de Direito - FAJS

MARIANA RODRIGUES CAVALCANTE

**OS ATORES DE BELO MONTE: TRADUÇÃO
PELA VIABILIZAÇÃO DA OBRA DE GRANDE
VULTO**

Brasília
2017

MARIANA RODRIGUES CAVALCANTE

**OS ATORES DE BELO MONTE: TRADUÇÃO PELA
VIABILIZAÇÃO DA OBRA DE GRANDE VULTO**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Professor Rodrigo Medeiros

Brasília
2017

Cavalcante, Mariana Rodrigues

Os Atores de Belo Monte: Tradução pela viabilização da obra de grande vulto

101f

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Orientador: Professor Rodrigo Medeiros.

1. Usina Hidrelétrica Belo Monte 2. Meio Ambiente 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Crescimento Econômico 5. Esquema de corrupção sistêmico 5. Atores políticos e técnicos. 6. Corrupção ativa e passiva 7. Campanha presidencial 8. Financiamento de partidos 8. Caixa dois 9. Lobby e interesse empresarial.

I. Título

CDU 000.000.0.000-000.0

MARIANA RODRIGUES CAVALCANTE

**OS ATORES DE BELO MONTE: TRADUÇÃO PELA
VIABILIZAÇÃO DA OBRA DE GRANDE VULTO**

Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientador: Professor Rodrigo Medeiros

Brasília, 15 de setembro de 2017.

Banca Examinadora

Rodrigo Augusto Lima de Medeiros

Professor Orientador

José Rossini Campos do Couto Correa

Professor Examinador

Renato Zerbini Ribeiro Leão

Professor Examinador

Dedico esse trabalho acadêmico a minha amada mãe (*in memoriam*) pessoa que mais me incentivou em vida. Sua partida deixou um vazio impreenchível em meu ser.

AGRADECIMENTO

Agradeço a minha mãe por ter acreditado em mim e no meu sonho.

Agradeço a minha família, em especial meus irmãos, marido e filha por me incentivarem e me apoiarem nesses tempos de crise emocional.

Agradeço ao professor orientador pela parceria e compreensão.

Agradeço ao UniCEUB.

Agradeço finalmente a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram nessa jornada

“De tudo ficaram três coisas...
A certeza de que estamos começando...
A certeza de que é preciso continuar...
A certeza de que podemos ser interrompidos antes de terminar...
Façamos da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro!”

Fernando Sabino

“Fracassei em quase tudo que fiz.
Tentei defender os povos da floresta, e essas mortes¹ mostram que não consegui.
Tentei defender os rios amazônicos, e Belo Monte mostra que não consegui.
Tentei defender a floresta, e o desmatamento insiste em mostrar que fracassei.
Mas meus fracassos são minhas vitórias.
Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”.

Felício Pontes Jr. - Procurador da República do
Ministério Público Federal parafraseando Darcy Ribeiro no
Artigo “Um procurador contra Belo Monte”.

¹ (Ademir Federicci, Bartolomeu Moraes da Silva, Irmã Dorothy Stang, Zé Cláudio e a Maria). Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contr-belo-monte.html>. Acesso em: 20/06/2017.

RESUMO

Tentou-se desvendar o cenário no qual se implantou o actante Belo Monte. Inferindo-se na disputa histórica sobre como foi possível a sua viabilização diante do conflito de interesses entre o desenvolvimento econômico do país promovido pelo aproveitamento hidroelétrico versus a permanência da conservação do meio ambiente e da proteção do modo de vida dos habitantes tradicionais da Bacia do Rio Xingu no Pará. Apresenta-se uma interpretação diferente do debate entre os conservacionistas e os desenvolvimentistas, ou questões relacionadas à boa ou má gestão da coisa pública, que deveria levar a um suposto o desenvolvimento sustentável local em detrimento de um ínfimo cumprimento das medidas mitigadoras determinadas pelas condicionantes que validam as licenças ambientais do empreendimento. Viu-se na verdade que o agenciamento de atores políticos e empresários em busca de interesses escusos viabilizaram a UHE Belo Monte, e que por meio da Operação Lava Jato foi deflagrada um esquema de corrupção sistêmica que envolveu agentes políticos do alto escalão brasileiro no caso de Belo Monte.

Palavra-chave: 1. Usina Hidrelétrica Belo Monte 2. Meio Ambiente 3. Desenvolvimento Sustentável 4. Crescimento Econômico 5. Esquema de corrupção sistêmica 5. Atores políticos e técnicos. 6. Corrupção ativa e passiva 7. Campanha presidencial 8. Financiamento de partidos 8. Caixa dois 9. Lobby e interesse empresarial.

ABSTRACT

Attempts were made to unravel the scenario in which the actant Belo Monte was implanted. Inferring in the historical dispute about how it was possible to be feasible in the face of the conflict of interests between the economic development of the country promoted by hydroelectric use versus the permanence of conservation of the environment and protection of the way of life of the traditional inhabitants of the River Basin Xingu in Pará. There is a different interpretation of the debate between conservationists and developmentists, or issues related to good or bad management of the public thing, which should lead to a supposed local sustainable development to the detriment of an insignificant fulfillment of the mitigating measures determined by the conditions that validate the environmental licenses of the enterprise.

It was indeed seen that the agency of political actors and entrepreneurs in search of interests of the past made feasible the hydroelectric Belo Monte, and that through Operation Lava Jato, reveal a systemic corruption scheme involving high-ranking political agents of the Brazilian in the case of Belo Monte.

Keyword: 1. Belo Monte Hydroelectric Power Plant 2. Environment 3. Sustainable Development 4. Economic Growth 5. Systemic Corruption Scheme 5. Political and technical actors. 6. Active and passive corruption 7. Presidential campaign 8. Financing of parties 8. Box two 9. Lobby and business interest.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Acre
AL	Alagoas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
AP	Área de Preservação
APP	Área de Preservação Permanente
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CCBM	Consórcio Construtor de Belo Monte
Cemig	Companhia Energética de Minas Gerais
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
COARE	Coordenação de Acórdãos e Resoluções
DL	Decreto Legislativo
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudos de Impacto Ambiental
EUA	Estados Unidos da América
Fadesp	Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa
Fetagri	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNCEF	Fundação dos Economistas Federais
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar
GT	Grupo de Trabalho
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
km	Quilometro
LI	Licença de Instalação
LO	Licença de Operação
MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
MPF	Ministério Público Federal
MS	Mato Grosso do Sul
MW	Megawatts
Nesa	Consórcio Norte Energia S.A.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PA	Pará
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PDC	Projeto de Lei de iniciativa da Câmara
PDS	Projeto de Lei de iniciativa do Senado
Petros	Fundação Petrobras de Seguridade Social
PGR	Procuradoria-Geral da República
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira

PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RO	Rondônia
RR	Roraima
SPE	Sociedade de Propósito Específico
STF	Supremo Tribunal Federal
TAR	Teoria Ator-Rede
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Terras Indígenas
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UHE	Usina Hidroelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE	17
1.1 O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte	20
1.2 Cronologia de surgimento da UHE Belo Monte	23
2 A TEORIA ATOR-REDE PARA DESVENDAR A VIABILIDADE DA UHE BELO MONTE	36
2.1 Introdução à Teoria Ator-Rede - TAR	36
2.2 Categorias analíticas provenientes da TAR	43
2.3 Tradução da rede de atores que agenciados viabilizaram a UHE Belo Monte	47
3 A ANÁLISE DA UHE BELO MONTE E OS OUTROS PROPÓSITOS.....	53
3.1 Depoimentos e Delações Premiadas	55
3.2 Desdobramento para o Eletrolão	68
4 O AGENCIAMENTO DE ATORES SOCIAIS PARA VIABILIZAR A UHE BELO MONTE	77
4.1 O agenciamento do Poder Executivo.....	77
4.2 O agenciamento do Ministério Público	84
4.3 O agenciamento do Poder Judiciário	86
4.4 O agenciamento da Iniciativa Privada.....	87
4.6 O agenciamento dos Bancos e instituições financeiras	88
4.7 O agenciamento da Sociedade Civil Organizada e Movimentos Sociais	88
4.8 O agenciamento da População indígena e comunidade ribeirinha	92
CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

INTRODUÇÃO

O presente trabalho situa-se numa esfera multidisciplinar do conhecimento, pois analisa os atores sociais e suas relações com o meio, cujas ações se traduzem em performances, que por sua vez, criam uma rede de atores movidos pelo mesmo interesse.

Nesse passo, optou-se por pesquisar sobre Belo Monte. Há que se dizer que este foi um tema foi largamente discutido na academia no que tange à viabilização da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte, e que, no passado recente os estudos restringiam-se ao debate da dicotomia entre o interesse público econômico ser superior ao interesse de preservação e conservação do meio ambiente e da defesa dos modos de vida das populações tradicionais moradoras da região cujo existência do empreendimento as impactaria.

Para situar o leitor sobre o ambiente ao qual a pesquisa se desenvolverá, torna-se necessário contextualizá-lo. Portanto, a UHE de Belo Monte está sendo construída no rio Xingu, afluente da margem direita do Rio Amazonas, cerca de 40 km a jusante da cidade de Altamira, na Amazônia brasileira, no estado do Pará. Trata-se de uma região de grande diversidade biológica, povoada por comunidades indígenas, ribeirinhos e agricultores, incluindo duas Terras Indígenas (TI), que são diretamente afetadas pela redução da vazão do Xingu, a TI Paquiçamba e a TI Arara da Volta Grande ou Arara do Maia. (STROPPER, 2014)

O Governo Federal, por meio da Eletrobrás, é o acionista majoritário do Consórcio Norte Energia S/A (Nesa), que administra o empreendimento, com participação de 49,98%, se somadas as partes de suas subsidiárias Chesf e Eletronorte. As empresas Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, que são grandes empresas do ramo da construção civil no Brasil, detêm 50% do Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), sendo contratadas da Nesa para a execução da obra de grande vulto (STROPPER, 2014).

A construção da usina de Belo Monte começou em 2011, mas desde o início dos estudos de inventário da bacia do Xingu, em 1975 foram envolvidas muitas pessoas, muitas mudanças nos projetos, muitas controvérsias e muitos embates estão envolvidos (STROPPER, 2014). Pode-se constatar que com o passar dos últimos 40 anos, o projeto UHE Belo Monte, atravessou distintas fases da política nacional, e constava na lista de obras estratégicas dos governos de Geisel, Tancredo, José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef, e, continuando em Michel Temer.

Contudo, o que se pretende nessa monografia é demonstrar outra ótica em face da ultrapassada dicotomia do debate em torno da UHE de Belo Monte, principalmente, no que diz respeito aos arranjos institucionais orquestrados pelo Poder Executivo e juntamente com a

Iniciativa Privada e chanceladas pelo Poder Judiciário para que se fosse possível à realização da construção da UHE de Belo Monte, no qual os principais atores se investiram de argumentos sob a defesa de que foi seguido e respeitado os limites dos ditames legais e dos interesses público econômicos em prol do desenvolvimento do país.

Para tanto, recorre-se a outros elementos explicativos como a abordagem ao conflito socioambiental da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte sobre o viés da teoria atorede com o objetivo de trabalhar com o neoliberalismo e o novo-desenvolvimentismo revestidos de política ambiental brasileira, e as consequências que esses modelos trazem para economia e para a política do país quando deflagrados os reais propósitos que culminam em um verdadeiro emaranhado e sistemático esquema de corrupção ao qual estão inseridos.

Considerando-se como justificativa para a realização do presente trabalho, a importância de se trabalhar no âmbito da disciplina do Direito com a multidisciplinaridade, isso, devido à amplitude do tema e a pertinente aproximação dos saberes, que é, ao mesmo tempo, a marca de comprometimento social em busca da compreensão da dimensão política do problema de pesquisa aqui apresentado.

Nesse sentido, Gonçalves ressalta que a questão ambiental convoca diversos campos do saber. Não pode ser reduzida a nenhuma área específica das ciências, pois diz respeito às maneiras com que a sociedade se relaciona com o seu outro, a natureza. "Estão aí implicadas, portanto, as relações sociais e as complexas relações entre o mundo físico-químico e o mundo orgânico." (STROPPER, 2014).

Ao final, se quer provar que a relevância das discussões deflagradas do embate histórico entre conservação e preservação da natureza versus desenvolvimento econômico, tendo como contraponto o paradigma do desenvolvimento sustentável, que na verdade, não são as questões reais a serem enfrentadas, ou a questão que está em jogo quando se trata de empreendimentos vultosos como a UHE de Belo Monte.

Para o desenvolvimento da monografia, a autora utilizou como metodologia a abordagem aplicada ao Método Qualitativo, isso, o objeto de pesquisa é caracterizado pela qualificação dos dados coletados durante a análise do problema².

Este trabalho foi desenvolvido através de pesquisa documental. Primeiramente a pesquisa foi realizada em documentos disponibilizados em meios impressos e digitais, em sua maioria, provenientes de fontes oficiais, vinculadas ao governo brasileiro. Posteriormente com o objetivo de potencializar os resultados obtidos na primeira etapa da pesquisa empírica, foi

² Disponível em: <http://comofazerumtcc.blogspot.com.br/p/tipos-de-pesquisa.html>. Acessado em: 13/06/2016.

realizada a revisão de fontes alternativas, principalmente as redes sociais, onde estão disponibilizadas perspectivas diferentes daquelas que são encontradas em fontes oficiais.

Por se tratar de uma pesquisa descritiva, a autora tende a analisar seus dados indutivamente, principalmente, em se tratando da construção de Belo Monte, em que os resultados da monografia ao final que se requer é a comprovação de que houve uma articulação dos poderes para que a obra fosse viabilizada, e que o real resultado disso, induz que tudo faz parte de um esquema complexo de corrupção ativa e passiva que serviu para aumentar os caixas das campanhas eleitorais dos últimos governos, propinas para políticos, parlamentares e staffs, e, que serviu para cumprir as promessas e acordos feitos com empreiteiros e empresários do ramo da construção civil.

Diante do tamanho dessa problemática, o presente trabalho acadêmico não tem a pretensão de seguir com uma investigação policial, pois, tais fatos já estão sendo apurados sob a demanda do poder judiciário, e muitos atores já se tornaram réus nos processos judiciais no curso da Operação Lava a Jato, cujo dados seguem em segredo de justiça.

Sobre o ponto de vista de procedimentos técnicos, o tipo de pesquisa de dados a ser utilizado inicialmente é a pesquisa bibliográfica, que será desenvolvida a partir de materiais publicados em livros, artigos, periódicos, internet, monografias, dissertações e teses. Isso, para que, a autora possa buscar o domínio do estado da arte sobre a temática.

Considera-se também a pesquisa como exploratória³, pois, este tipo de pesquisa se restringe por definir objetivos e buscar mais informações sobre o objeto de estudo, sendo que esse foi o passo inicial para desenvolver o projeto de pesquisa.

No que tange à classificação da pesquisa quanto à sua natureza, a metodologia aplicada à monografia foi a pesquisa básica, pois visou gerar conhecimentos novos para avanço da ciência sobre o viés de interpretação do caso da UHE Belo Monte proposto pela autora, já que até o momento, as opiniões qualificadas de pesquisadores, junto com a opinião pública, não conseguiram explicar ou compreender os fenômenos ensejados para a viabilização da obra de Belo Monte.

Do ponto de vista dos objetivos este trabalho de monografia pretendeu realizar uma pesquisa exploratória, para proporcionar maior familiaridade com o problema a partir do levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema, como por exemplo, "entrevista a ser feita com funcionários do Ibama relatando o fato

³ A pesquisa exploratória é recomendada quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado (CERVO; BERVIAN•, DA SILVA, 2007, p.61). Disponível em: <http://www.fio.edu.br/manualtce/cofiMaterialouMetodos.html>. Acessado em: 13/06/2016.

de como foi feita à concessão do licenciamento da construção de Belo Monte", em geral a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Como metodologia a ser trabalhada na monografia também se utilizará de pesquisa explicativa com o objetivo de se identificar os fatores que determinam fenômenos do agenciamento dos atores, e, tentará explicar o porquê da viabilização de Belo Monte, como uma das formas de interpretação possível.

O tratamento e análise dos dados do material se dará de maneira descritiva em um primeiro momento, mas no decorrer da pesquisa será necessária uma análise mais reflexiva. A pesquisa terá análise documental de artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros, entrevistas, e, ao final, de análise processual e serão feitos da seguinte maneira:

O Capítulo 1 foi reservado à introdução do leitor ao tema, onde é apresentado o caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte — UHE Belo Monte, suas justificativas, o contexto, o debate explícito sobre o tema, os atores envolvidos e as conclusões possíveis até 2017. As informações aqui prestadas foram fruto de pesquisa bibliográfica do assunto sobre suas peculiaridades e o estado da arte. Por fim, após a contextualização, foi apresentada a teoria ator-rede sob a ótica de seus doutrinadores e será demonstrando também de que maneira a teoria ator-rede pode ser aplicada ao caso UHE de Belo Monte. Nesse momento, também valeu-se de pesquisa bibliográfica para realização dos estudos.

No capítulo 2 foi trabalhada a Teoria Ator – Rede, suas nomenclaturas que foram utilizadas na aplicação do caso de Belo Monte na tentativa de desvendar o seu agenciamento que deu corpo e forma para a viabilização de Belo Monte.

O Capítulo 3 destina-se a demonstrar, por meio de notícias atuais e do referencial bibliográfico consultado, os indícios de um esquema de corrupção sistêmica que assola o Brasil. Para escrever o capítulo 3, a autora necessitou fazer uma pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica para consultar os processos em curso no judiciário, e colher informações relevantes que possam ser compartilhadas e que não estejam protegidas pelo segredo de justiça. Além da utilização dos dados noticiados nas mídias sociais.

O Capítulo 4 trouxe uma descrição detalhada de cada tipo de agenciamento proposto pelo caso em tela, tratando do agenciamento do poder público executivo, agenciamento da Iniciativa Privada, e agenciamento do Poder Judiciário. Para a realização da coleta de dados foi necessário utilizar a pesquisa bibliográfica e entrevistas com atores envolvidos quando possível já que o resultado pretendido ultrapassa a esfera acadêmica e passa a ser investigação policial.

De certo, as limitações da pesquisa são latentes, uma vez que precisará contar com

dados que ainda não podem ser publicizados pelo judiciário. Porém, a pesquisa foi realizada no mesmo momento em que fatos novos foram surgindo, principalmente com o avanço das investigações da Operação Lava a Jato. Caberá aos próximos pesquisadores dar continuidade a esse trabalho após observar o *ex-post-facto* e, comprovar ou não, a hipótese dessa autora.

O objetivo geral da pesquisa foi demonstrar a ocorrência do agenciamento de atores sociais, ligados ao Poder Executivo, à Iniciativa Privada e ao Poder Judiciário, que operaram para viabilizar a UHE Belo Monte. Como desdobramentos tem-se os objetivos específicos a análise do conceito de Ator-Rede e agenciamento de atores por meio da visão de Latour e Law aplicando ao caso de Belo Monte; a demonstração de quem são os atores e de que maneira houve o agenciamento do Poder Executivo, da Iniciativa Privada e do Poder Judiciário.

Foi analisado também a ocorrência do que se chamou de “Agenciamento da Esplanada dos Ministérios”, demonstrado por meio de notícias, artigos, periódicos e andamentos processuais, os atuais os indícios de corrupção sistêmica que assola o Brasil, que maculam os propósitos das empresas estatais e de economia mista brasileira, isso, partindo do pressuposto das relações questionáveis entre a administração da coisa pública e o investimento de capital privado, comprovando a hipótese de que esses meios são a real causa que justifica o interesse na construção de Belo Monte.

E, por fim, demonstrou-se que a teoria Ator-Rede, no que tange ao agenciamento de atores, está presente no debate em torno da UHE Belo Monte, uma vez que ultrapassa as barreiras do conflito clássico entre Desenvolvimento Econômico e Preservação e Conservação do Meio Ambiente. A história recente mostra que Belo Monte foi fruto de um esquema bilionário de desvio de recursos para financiamento de crimes, envolvendo presidentes da república, agentes do poder executivo, legislativo, quiçá o judiciário, empresários, cartel de construtoras, e, todos esses envolvidos tinham interesse em viabilizar UHE Belo Monte para sangrá-la afim de patrocinar seus ímpetos de enriquecimento ilícito. Isso justificou a rede de atores que se mobilizaram e se agenciaram para barrar qualquer iniciativa decente que pudesse atrapalhar os planos.

1 A USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE

Quando vem à tona a discussão sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no coração da Amazônia brasileira, para pessoas que estão ambientadas e conhecem o seu contexto, pergunta-se: como foi possível a sua viabilização? Sob o ponto de vista econômico, social e ambiental, pensa-se logo que a disputa de interesses está entre o desenvolvimento econômico do país promovido pelo aproveitamento hidroelétrico *versus* a permanência da conservação do meio ambiente, e da proteção do modo de vida de povos indígenas, os povos do rio, povos da Floresta Amazônica e habitantes tradicionais da Bacia do Rio Xingu no Pará. E, que, portanto, tudo gira em torno do debate conflituoso entre os conservacionistas⁴ e os desenvolvimentistas⁵ e a gestão dos recursos naturais em detrimento dos interesses no desenvolvimento local da região e um ínfimo cumprimento das medidas mitigadoras determinadas pelas condicionantes que validam as licenças do empreendimento.

Uma vez que, a decisão política, baseada no interesse econômico, foi pela determinação da construção da UHE de Belo Monte, então, pode-se concluir que, a melhor argumentação para a viabilização dessa obra grandiosa, foi que, o desenvolvimento econômico se sobressaiu a opinião contrária sobre malefícios ocasionados pelo impacto gerado nos modos de vida da população local e na conservação e preservação do meio ambiente daquela região.

Essa importância socioambiental é suplantada pela necessidade defendida pelo Governo Federal de promover a construção de uma usina hidrelétrica que contribua para as possibilidades de crescimento e abertura econômica nacional. No centro desta corrida pelo crescimento, encontra-se um território complexo e sensível, tão cheio de interesses e conflitos, que demonstra não poder ser gerido pautado apenas segundo os interesses econômicos e globais. (SILVA, 2011)

⁴ A corrente conservacionista contempla o amor à natureza, mas aliado ao seu uso racional e manejo criterioso pela espécie humana, executando um papel de gestor e parte integrante do processo. Podendo ser identificado como o meio-termo entre o preservacionismo e o desenvolvimentismo, o pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, e é alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável, que são aquelas que buscam um modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras. Redução do uso de matérias-primas, uso de energias renováveis, redução do crescimento populacional, combate à fome, mudanças nos padrões de consumo, equidade social, respeito à biodiversidade e inclusão de políticas ambientais no processo de tomada de decisões econômicas são alguns de seus princípios. Inclusive, essa corrente propõe que se destinem áreas de preservação, por exemplo, em ecossistemas frágeis, com um grande número de espécies endêmicas e/ou em extinção, dentre outros. Explicação disponível em: <http://ar-ambiental.blogspot.com.br/2012/02/voce-e-preservacionista-ou.html>. Acessado em: 21/8/2017.

⁵ Essa corrente é uma concepção que defende o crescimento econômico a qualquer custo, desconsiderando os impactos ao ambiente natural e o esgotamento de recursos naturais. Disponível em: <http://ar-ambiental.blogspot.com.br/2012/02/voce-e-preservacionista-ou.html>. Acessado em: 21/8/2017.

A viabilização da construção da UHE de Belo Monte gerou um desconforto na comunidade de defensores ambientalistas e dividiu a opinião pública. O tema foi amplamente discutido por diversas organizações nacionais e internacionais, na qual foram gerados relatórios e documentos elaborados por especialistas, a fim de corroborar com o posicionamento contrário à construção da obra de Belo Monte. No entanto, houve um concerto entre os entes que integram o Poder Público situado na Esplanada do Ministérios em Brasília, pertencentes ao poder executivo, judiciário e legislativo, de modo que, permitiu que o licenciamento das obras fosse concedido, apesar do parecer técnico do órgão licenciador sugerir que não fosse dada à concessão de licença ambiental para a construção.

Inicialmente, o que pode-se ser aferido a partir da vasta fonte de informação disponível sobre o assunto, encontrada em artigos científicos, trabalhos acadêmicos entre outros documentos, é que o imbróglio permanece na esfera entre os insatisfeitos pela tomada de decisão favorável à construção UHE Belo Monte “a qualquer custo” (custo biofísico, social, cultural, ambiental derivado das obras de infraestrutura demandadas por uma suposta viabilidade econômica), e os que defendem a supremacia do suposto “interesse público econômico” como fator relevante para o desenvolvimento do país e superior a qualquer aspiração que deseje impedir o andamento das obras.

Tudo parecia ser muito controverso, principalmente da maneira como as “coisas” iam evoluindo a favor da construção de Belo Monte. Algumas pessoas diriam que foi "difícil de engolir", foi um período de inconformismo, onde sucederam muitas greves de funcionários públicos, invasões à sede do Consórcio Norte Energia S.A. - Nesa, invasões aos canteiros de obras. Houve uma enxurrada de Ações Cíveis Públicas e Mandados de Segurança que foram demandados ao Judiciário pelo Ministério Público Federal e por organizações civis, que, por sua vez, foram estas iniciativas que tentaram barrar o processo de instalação da obra, no qual foram malsucedidas e não obtiveram êxito nem mesmo no que diz respeito à concessão da segurança do *Writ*.

As respostas para o desconforto geral da nação vêm surgindo mediante o aprofundamento das investigações realizadas pelo juiz Sérgio Moro⁶ no âmbito do processo criminal nominado Operação Lava Jato⁷. Há questões sobressalentes que só poderiam ser

⁶ Sérgio Fernando Moro é juiz federal da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba. Moro ganhou enorme notoriedade nacional e internacional por comandar, desde março de 2014, o julgamento em primeira instância dos crimes identificados na Operação Lava Jato, que, segundo o Ministério Público Federal, é o maior caso de corrupção e lavagem de dinheiro já apurado no Brasil, envolvendo um grande número de políticos, empreiteiros e empresas, como a Petrobras, a Odebrecht, entre outras. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Moro. Acessado em: 21/06/2017.

⁷ A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobrás, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. Disponível em: <http://lavajato.mpf.br/entenda-o-caso>. Acessado em: 21/06/2017.

observadas após o surgimento desse divisor de águas chamado Operação Lava Jato, que serviu de paradigma para apuração de um sistema complexo de corrupção, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e formação de quadrilha, no qual fazem parte agentes governamentais, políticos e empresários do ramo de construção civil que financiaram campanhas eleitorais e contas bancárias particulares em troca de favores políticos e favorecimento de contratos bilionários com o governo.

O sistema político-partidário, assim como o próprio regime representativo apresentam, no Brasil, baixa qualidade intrínseca e baixíssimos níveis de eficiência, assim como não se teve, ao longo dos anos, qualquer melhoria em seu funcionamento, especialmente no Legislativo. As relações entre o Executivo e o Legislativo passaram a se caracterizar por uma chantagem recíproca, o que ficou evidente no curso do Mensalão⁸, que se acreditava, naquele momento (2005), ser o maior caso de corrupção da história política brasileira. (ALMEIDA, 2014).

Todos, a começar pela alta cúpula do Judiciário, que começou a investigar o processo do Mensalão, a partir de 2006, e só veio a concluí-lo em 2012, consideravam que o Mensalão seria um marco corretor da governança política no Brasil, o que se revelou de uma ingenuidade exemplar. Paralelamente se desenvolvia um outro processo ainda mais insidioso de corrupção mafiosa na alta cúpula do Estado, que só seria revelado a partir de 2014, com os primeiros passos da Operação Lava Jato. O chamado “Petrolão” superou exponencialmente o Mensalão e já se converteu, não apenas no maior caso de corrupção da história brasileira, como também numa ocorrência de dimensões gigantescas, aparentemente ainda não rivalizado em qualquer outro país. (ALMEIDA, 2014).

Nesse sentido, a viabilização de tais obras de grande mote como as construções de Hidrelétricas na Amazônia, em se considerando o impacto gerado (tanto a parte positiva quanto negativa), somente poderiam ser interpretadas a partir das investigações policiais nos mesmos moldes da Operação Lava Jato, que, na realidade esta operação já alcançou investigações que chegaram ao setor hidroelétrico, e, que por isso, se desdobrou fazendo surgir o nominado “Eletrolão”⁹.

O Petrolão evolui para o Eletrolão... e a crise de governança no Brasil se agrava, uma vez que há paralisia a máquina pública; o aumento da volatilidade do ciclo econômico; a diminuição da confiabilidade do (e no) sistema de solução de controvérsias (pelo judiciário) e na influência de modo negativo do quadro político-institucional. Esse quadro termina por acirrar

⁸ Mensalão significa o ato de corrupção em que uma grande soma em dinheiro é transferida periodicamente e de forma ilícita para favorecer determinados interesses. É derivado da palavra "mensalidade", cujo aumentativo sugere que é uma quantia avultada. O termo surgiu pela primeira vez no ano de 2005, após a denúncia de um suposto esquema de pagamentos no valor de R\$ 30 mil que eram feitos mensalmente a deputados para favorecer interesses político-partidários. Disponível em: <https://www.significados.com.br/mensalao/>. Acessado em: 21/6/2017

⁹ Após desmembramento da Lava Jato, o Eletrolão é a operação que investiga a corrupção no setor elétrico.

artificialmente conflitos entre os poderes, essencialmente entre o Executivo e o Legislativo, mas envolvendo igualmente o Judiciário; e, obviamente, reduzindo dramaticamente as perspectivas de melhoria da mesma governança política no país. (ALMEIDA, 2014).

Basta ver o que escreveu juiz Sérgio Moro no despacho em uma fase da Lava Jato chamada operação "radioatividade": "Há, portanto, vários elementos probatórios que apontam para um quadro de corrupção sistêmica, nos quais ajustes fraudulentos para obtenção de contratos públicos e o pagamento de propinas a agentes públicos, bem como o recebimento delas por estes, passaram a ser pagas como rotina e encaradas pelos participantes como a regra do jogo, algo natural e não anormal". Eis o retrato bem desenhado da governança do crime institucionalizado no Brasil que será passado a limpo porque precisa, a sociedade deseja e o mundo inteiro exige...¹⁰

A partir de então, foram deflagradas operações em outras localidades do país e em diversos contratos com o governo, isso, muito em decorrência das informações prestadas nas investigações da Polícia Federal, principalmente, em dados advindos dos acordos de leniência e outras provas coletadas na Operação Lava Jato, onde, em especial para esse trabalho acadêmico surgiu a operação "Leviatã" da Polícia Federal, para cumprir mandados de busca e apreensão nas casas e escritórios de pessoas investigadas por propina na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Assim como preconiza a Teoria Ator-Rede, as associações entre os atores sociais para um determinado fim são mutáveis, todos os dias, com o avançar das investigações policiais, surgem fatos novos que corroboram para o desvendar o elefante branco que é Belo Monte.

Diante do cenário apresentado, a pesquisa foi esquematizada de forma que a autora consiga trabalhar o objeto proposto nesse trabalho, e para isso, tornou-se necessário reunir o entendimento das vertentes (contrárias e favoráveis) que cercam o dispositivo em questão. E, ressaltar os pontos já assentidos e que vem sendo noticiado sobre a construção da UHE Belo Monte sob a ótica da Teoria Ator – Rede e os agenciamentos ocorridos para viabilizar Belo Monte.

1.1 O caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte (2009) o conceito de usina hidrelétrica é uma construção feita em um trecho do rio. A água é represada por um grande muro, chamado barragem. Essa água represada passa por um duto (tipo de tubulação), girando

¹⁰ Despacho do Juiz Sérgio Moro na operação radioatividade. Disponível em: <http://www.alertatotal.net/2015/07/petrolao-evolui-para-eletrolao-e-moro.html>. Acessado em: 13/06/2016.

uma ou mais turbinas, que, por sua vez, movem o gerador que produz a energia elétrica. Essa energia elétrica gerada segue para a subestação que fica ao lado da usina. Depois é transportada pelos linhões para todo país¹¹.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no curso do Rio Xingu, mais especificamente no estado do Pará, nas proximidades da cidade de Altamira e Vitória do Xingu. Os estudos acerca da utilização do potencial hídrico da bacia do Rio Xingu vêm sendo feitos desde a década de 1970. Belo Monte é na verdade a primeira de muitas usinas hidrelétricas que o governo brasileiro pretende construir na bacia amazônica, que é composta por diversos rios, sendo que se destacam o Rio Negro, Tapajós, Madeira, Xingu, entre outros, e principalmente o Rio Amazonas.¹² (WISNIEWSKI, 2012)

A UHE Belo Monte no Rio Xingu é uma das maiores hidrelétricas do mundo, localizada há aproximadamente 40 quilômetros da cidade de Altamira, no Estado do Pará. Sendo a terceira maior do mundo em capacidade instalada, menor apenas que as usinas de Três Gargantas, na China; e Itaipu, localizada na fronteira do Brasil com o Paraguai. (SANTOS, 2010)

De acordo com Santos (2010) a usina terá a capacidade total instalada de 11.233,1 megawatts, porém, com uma garantia assegurada da geração de 4.571 megawatts, aproximadamente, em virtude da vazão do rio Xingu, que, na cheia, alcança 4.000 m³/s e na seca, 700 m³/s. Nos moldes do projeto, há a previsão de uma casa de força principal e uma complementar. A casa de força principal será construída no Sítio Belo Monte, com uma potência instalada de 11000 MW, enquanto a complementar, a ser construída acoplada à barragem do Sítio Pimental, terá 233,1 MW de potência instalada.

Saliente-se, por oportuno, que a usina opera a fio d'água¹³, uma vez que gera energia com o fluxo de água do rio, sofrendo variações no decorrer do ano. As obras realizadas em diferentes trechos do rio Xingu e arredores: Os sítios Belo Monte e Bela Vista estão no município de Vitória do Xingu. Já o Sítio Pimental fica em áreas de Vitória do Xingu e Altamira. O local chamado de Sítio Canais e Diques atinge áreas maiores, mas somente no

¹¹ BRASIL. Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás). Ministério de Minas e Energia. Relatório de Impacto Ambiental: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Brasil, 2009, p. 08. Disponível em: < http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf Acessado em 21/06/2017.

¹² Os impactos ambientais causados pela implantação de grandes projetos hidrelétricos, ao longo dos anos 70 e 80, período em que foram projetados ou implantadas algumas das principais usinas hidrelétricas do país, trouxeram o setor elétrico para o centro dos debates sobre a questão ambiental, apesar do reconhecimento da grande contribuição destes empreendimentos para o desenvolvimento do país. (EPP, 2006, p.13)

¹³ Para evitar os prejuízos acarretados pela construção de hidrelétricas tradicionais, foram criadas as usinas a fio d'água, opção mais sustentável que não utiliza grandes reservatórios de água, reduzindo a estrutura das barragens e a dimensão dos alagamentos. Neste modelo, aproveita-se a força da correnteza dos rios para gerar energia, sem precisar estocar a água.

município de Vitória do Xingu. O trecho de vazão reduzida, localizado entre a barragem do Sítio Pimental e o Sítio Belo Monte, sofreu diminuição da quantidade de água em virtude do desvio das águas para a formação do Reservatório de Canais, totalizando 100 quilômetros ao longo do rio. E mais, de toda a área que foi inundada pelos reservatórios, 48% localiza-se no município de Vitória do Xingu e 51,9%, no município de Altamira. Apenas 0,1% encontra-se no município de Brasil Novo¹⁴.

O governo brasileiro vem estudando a viabilidade dessas grandes construções há muitos anos, porém também há muitos anos vem enfrentando resistência de alguns setores da sociedade que postula posicionamentos contrários ao do governo. As iniciativas das populações indígenas e de ambientalistas contra a construção das novas Usinas na região despertaram o interesse da opinião pública do país, que aparentemente até então ignorava as iniciativas do governo. Além disso, os índios do Xingu receberam o apoio da comunidade internacional, inclusive de nomes como o cantor Sting, que esteve presente na Conferência. Nasceu ali o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, o qual existe e luta até hoje contra a construção de barragens na região amazônica. (WISNIEWSKI, 2012)

A mobilização de setores até então indiferentes a essa questão, fez o governo alterar seu planejamento com relação às Usinas. Segundo Wisniewski (2012), durante o governo Fernando Henrique Cardoso foi necessário repensar algumas questões e adequá-las para tentar agradar aos descontentes e agregar melhorias ao projeto inicial.

No entanto, durante os dois períodos de governo de Fernando Henrique Cardoso, nada foi definitivo com relação à construção da Usina de Belo Monte. Esta foi uma decisão que ficou a cargo do presidente eleito em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva¹⁵. E ainda assim, a questão da construção ou não de Belo Monte só foi realmente efetivada a partir de 2011, no governo Dilma. Quando finalmente o consorcio vencedor do leilão deu início às obras da grande barragem, após conseguir financiamento com o BNDES. (WISNIEWSKI, 2012)

Com o início das obras se iniciou também uma mobilização em diferentes esferas sociais e o governo passou a enfrentar críticas internas e da comunidade internacional, com relação a falta de consideração com as populações tradicionais que vivem naquela localidade e que serão diretamente afetadas com o surgimento da usina e também à degradação do ecossistema da Amazônia.

¹⁴ BRASIL. Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás). Ministério de Minas e Energia. Relatório de Impacto Ambiental: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Brasil, 2009, p. 08. Disponível em: < http://norteenergiasa.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf Acessado em 21/06/2017

¹⁵ Durante os dois governos do presidente Lula, muitas discussões se estabeleceram em torno da construção de Belo Monte, porém o pouco avanço foi alvo de críticas por parte da ala governista que esperava mais agilidade nos processos, enquanto que a ala que defende as causas socioambientais relacionadas a ela estava cada vez mais ativa para impedir o progresso da obra. (WISNIEWSKI, 2012)

Na tentativa de viabilizar o empreendimento, pode-se perceber que o governo tentou demonstrar através de estudos a necessidade da execução dessas obras sob o argumento de que todas as obras que estão sendo pensadas para a região Amazônica no âmbito do PAC¹⁶ (Programa de Aceleração do Crescimento), têm como desígnio o desenvolvimento econômico da região.

Em relação ao custo de Belo Monte, na primeira ação judicial contra Belo Monte, proposta em 2001, o governo dizia que a usina custaria R\$ 10,4 bilhões. Ao pedir empréstimo ao BNDES, em 2011, o consórcio de empresas para fazer Belo Monte solicitou R\$ 25 bilhões, o que representaria em torno de 80% dos custos. Logo, o custo oficial seria de R\$ 31,2 bilhões. Nesse custo não estão previstos o valor do desmatamento que pode atingir 5,3 mil km² de floresta (segundo o próprio consórcio), o valor de 100 km de leito do Xingu que praticamente ficará seco, a indenização a povos indígenas e ribeirinhos localizados nesse trecho, todos os bairros de Altamira que estão abaixo da cota 100 e, portanto, serão inundados... só para mostrar alguns exemplos, que ainda não foram contabilizados. (PONTES, 2011)

Os custos finais de Belo Monte ainda são incertos, graças ao descumprimento das leis do licenciamento ambiental em vários momentos. Conforme apontou o relatório de análise de riscos feito por especialistas e intitulado "Megaprojeto, Megarriscos", Belo Monte tem elevados riscos associados a incertezas sobre a estrutura de custos de construção do empreendimento, referentes a fatores geológicos e topológicos, de engenharia e de instabilidade em valores de mercado. Tem elevados riscos financeiros relacionados à capacidade de geração de energia elétrica, que é muito inferior à capacidade instalada. E tem riscos associados à capacidade do empreendedor de atender obrigações legais de investir em ações de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais do empreendimento. (PONTES, 2011)

Por ser considerado um tema polêmico e atual, todos os aspectos com relação à Usina de Belo Monte suscitam debates nos meios políticos, sociais e inclusive em inquéritos policiais. A sociedade brasileira está interessada na repercussão desta obra, pensando no interesse que a mesma desperta nos mais diferentes atores sociais. É criticado pelos representantes de movimentos sociais, ambientalistas, ribeirinhos, indígenas, Ministério Público e amplamente defendido pelo governo e setor empresarial.

1.2 Cronologia de surgimento da UHE Belo Monte

¹⁶ Segundo o sítio do Ministério do Planejamento, PAC é: o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007 com a intenção de promover a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, para o desenvolvimento acelerado e sustentável do país. Em 2011, o PAC entrou na segunda fase, com o mesmo pensamento estratégico com mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acessado em: 21/08/2017.

Vale apresentar aqui a cronologia¹⁷ de surgimento da UHE Belo Monte, pois os planos para barrar o Rio Xingu vêm desde a ditadura militar no Brasil. Com efeito para se entender o cenário em que a UHE Belo Monte se encontra, precisa-se conhecer desde o surgimento do interesse em construir usinas hidrelétricas na Amazônia até os dias atuais, contando com um lapso de mais de 30 anos.

Década de 70

1975 - A recém-criada Eletronorte, subsidiária da Eletrobrás na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. A Camargo Corrêa fica responsável pelo mapeamento de rios e seus afluentes e escolha dos pontos para barragens.¹⁸

Década de 80

1980 - Finalizado relatório sobre potencial energético da bacia hidrográfica do Xingu, totalizando 19 mil megawatts, com alagamento de 18 mil quilômetros, atingindo 12 terras indígenas, sete mil índios, e além dos grupos isolados da região. A Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (atual Belo Monte, de 11 mil MW).¹⁹

1986 - Concluído o Plano 2010 - Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Propõe a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia Legal, com o aumento da potência instalada de 43 mil MW para 160 mil MW e destaca: “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo”.²⁰

1988 - O Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), extinto órgão regulador do setor elétrico. Paulinho Paikan, líder Kaiapó, participa de um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais nos EUA e denuncia que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no Xingu que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados. Foram convidados a repetir o relato em Washington. Em

¹⁷ Para conseguir apresentar a cronologia do surgimento de Belo Monte, tornou-se necessário pesquisar nos mais diversos sítios da internet buscando informações para conseguir formar uma linha cronológica atual, dinâmica e interessante, para que outros pesquisadores possam dar continuidade a atualização dos fatos históricos que permeia a emblemática Belo Monte do Xingu.

¹⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

¹⁹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²⁰ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

novembro, lideranças Kaiapó se reúnem na aldeia Gorotire para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidem convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas.²¹

Em janeiro de 1988, o pesquisador Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, e os índios kaiapó Paulinho Paiakan e Kuben-I participaram de seminário na Universidade da Flórida, no qual denunciaram que o Banco Mundial (BIRD) liberara financiamentos para construir um complexo de hidrelétricas no Rio Xingu sem consultar os índios. (SILVA, 2010)

1989 - O I Encontro dos Povos Indígenas foi o resultado de um longo processo de preparação iniciado um ano antes, e ocorreu entre os dias 20 e 25 de fevereiro de 1989 em Altamira (PA), reunindo três mil pessoas, sendo que 650 eram índios que mostraram seu descontentamento com a política de construção de barragens no Rio Xingu. A primeira, de um complexo de cinco hidrelétricas planejadas pela Eletronorte, seria Kararaô, mais tarde rebatizada Belo Monte. De acordo com o cacique Paulinho Paiakan, líder kaiapó e organizador do evento ao lado de outras lideranças como Raoni, Ailton Krenak e Marcos Terena, a manifestação pretendia colocar um ponto final às decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios. Tratava-se de um protesto claro contra a construção de hidrelétricas na região. (SILVA, 2010)

Realizado I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu com a presença do cantor inglês Sting, e, durante a exposição do presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz, atual presidente da Eletrobrás, sobre a construção da usina Kararaô (atual Belo Monte), a índia Tuíra levanta-se da platéia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal, num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. O I Encontro ocorreu pouco mais de dois meses após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em Xapuri (AC), que teve repercussão internacional adquirindo notoriedade inesperada, atraindo não apenas o movimento social e ambientalista, como a mídia nacional e estrangeira (SILVA, 2010). Diante da repercussão, o governo decide mudar o nome da usina Kararaô²² para Belo Monte, para não ofender os povos indígenas.²³

Década de 90

1990 - A Eletronorte envia ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo

²¹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²² O significado literal da palavra Kararaô que em sua língua indígena significa “grito de guerra”. Segundo o ISA é uma palavra de significado religioso. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/noticia/5020>. Acessado em: 21/06/2017.

²³ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

Monte, antiga Kararaô, solicitando sua aprovação e outorga de concessão.²⁴

1994 - O novo projeto, remodelado para se mostrar mais palatável aos ambientalistas e investidores estrangeiros, é apresentado ao DNAEE (já extinto) e à Eletrobrás. O reservatório da usina, por exemplo, é reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena Paquiçamba. Atualmente, a área do lago da usina é de 516 km², segundo a Aneel.²⁵

1996 - A Eletrobrás solicita autorização à Aneel para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.

Novo Milênio anos 2000 em diante

2000 - Acordo de Cooperação Técnica é celebrado entre a Eletrobrás e Eletronorte com o objetivo de realizar os Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte. O Plano Plurianual de 2000-2003, nomeado Avança Brasil, do governo de Fernando Henrique, contempla Belo Monte não apenas como uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país, mas também como um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento – Madeira/Amazonas.²⁶

2001 - Em maio, o Ministério Público Federal move uma ação civil pública para suspender os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte. Em maio também foi divulgado um plano de emergência de 30 bilhões de dólares para aumentar a oferta de energia no país. Inclui a construção de 15 usinas hidrelétricas, entre as quais o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e foi editada Resolução do Conselho Nacional de Política Energética reconhecendo Belo Monte como de interesse estratégico no planejamento de expansão de hidroeletricidade até 2010. Em setembro foi deferida a liminar à ação civil pública da 4.^a Vara Federal de Belém na Justiça Federal que concede a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte.

2002 - Em janeiro, a Eletrobrás aprova a contratação de uma consultoria para definir a modelagem de venda do projeto de Belo Monte. E o governo anuncia um novo projeto para a construção de uma usina de 11 mil MW.²⁷

²⁴ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²⁵ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²⁶ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²⁷ Belo Monte Depois da Inundação. Direção: Todd Southgate. Narração: Marcos Palmeiras. Produção: International Rivers, Amazon Watch & Todd Southgate, 2016. Duração: 53:55. Disponível em: <https://vimeo.com/181830626>. Acessado em: 21/08/2017

A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho Indigenista Missionário – Cimi Norte II enviam, em março, carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que haja uma discussão exemplar e a construção de um consenso com a sociedade local. O presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que a oposição de ambientalistas atrapalha o país, referindo-se às críticas contra a construção de usinas hidrelétricas.²⁸

Em abril, a Comissão de Minas e Energia realiza audiência pública sobre a construção de Belo Monte, apenas com participantes totalmente favoráveis à obra, entre eles, os deputados federais Nicias Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Feijão (PSDB-AP), Josué Bengtson (PTB-PA), Juquinha (PSDB-GO), Marcos Lima (PMDB-MG), Fernando Ferro (PT-PE) e Asdrubal Bentes (PMDB-PA).²⁹

Em setembro, o candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva lança “O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil”, quinto caderno temático de seu programa de governo. Além de citar Belo Monte como um dos projetos de intensos debates na região, o documento também afirma que “a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte”.³⁰

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, nega, em novembro, pedido da União e mantém suspensos os Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte. Segundo o ministro, o artigo 231 da Constituição Federal prevê que é nulo e extinto “todo e qualquer ato” que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Embora a União tenha argumentado que a Constituição Federal não cita o EIA, o presidente do STF considera que a única ressalva do artigo 231 é a existência de “relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar” e, tal lei, ainda não existe. Também contou o fato de a Fadesp ter sido contratada sem licitação, o que poderia pesar sobre o patrimônio

²⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

²⁹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³⁰ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

público. A defesa da União de que Belo Monte está voltada ao desenvolvimento do potencial energético nacional foi rebatida pelo presidente do STF pela necessidade de se “proceder com segurança, visando-se a elucidar os parâmetros que devem nortear o almejado progresso” e princípios constitucionais respeitados.³¹

2003 - Com a eleição de Lula, o físico Luiz Pinguelli Rosa assume a presidência da Eletrobrás e declara à imprensa que o projeto de construção de Belo Monte será discutido e opções de desenvolvimento econômico e social para o entorno da barragem estarão na pauta, assim como a possibilidade de reduzir a potência instalada. Em maio, o governo federal anuncia que vai retomar os estudos de impacto ambiental para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, obedecendo às recomendações do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente.³² O Presidente Lula assume o governo e pressiona seus ministros para aprovarem Belo Monte.³³

2005 - O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1.785/05, que autorizou a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (PA), foi aprovado pela Câmara, no dia 6 de julho. Comunidades locais atingidas não foram ouvidas, conforme determina a Constituição Federal, que afirma que o aproveitamento dos recursos hídricos em Terras Indígenas só poderá ser efetivado com “autorização do Congresso Nacional, sendo ouvidas as comunidades afetadas”. Uma semana depois, o Senado também aprovou o projeto denominado PDS nº 343/05, que autorizou implantação de Belo Monte. Seguiu, então, para promulgação sem que tenham sido ouvidos os povos indígenas que foram atingidos seriamente pelo empreendimento.³⁴

As táticas do PT estavam de mãos dadas com o lobby da energia hidrelétrica, valeu-se do instrumento do PDC para livrar-se de “embaraços socioambientais”. Tratava-se do Decreto Legislativo (DL) 788/2005, usado para autorizar a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu,³⁵ após os estudos de viabilidade feitos pela Eletrobrás, sem qualquer consulta prévia aos Povos Indígenas, como prevê a Constituição no art. 231.³⁶

³¹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³² Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³³ Belo Monte Depois da Inundação. Direção: Todd Southgate. Narração: Marcos Palmeiras. Produção: International Rivers, Amazon Watch & Todd Southgate, 2016. Duração: 53:55. Disponível em: <https://vimeo.com/181830626>. Acessado em: 21/08/2017.

³⁴ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³⁵ Disponível em: <https://cebi.org.br/2017/01/02/governo-temer-atende-bancada-ruralista-e-pretende-arrasar-agenda-socioambiental/>. Acessado em: 21/08/2017.

³⁶ Belo Monte Depois da Inundação. Direção: Todd Southgate. Narração: Marcos Palmeiras. Produção: International Rivers, Amazon Watch & Todd Southgate, 2016. Duração: 53:55. Disponível em: <https://vimeo.com/181830626>. Acessado em: 21/08/2017.

Em agosto a Procuradoria Geral da República ingressa com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, contra o decreto que autorizou a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) sobre a obra. O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pede o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do decreto. O STF julga inapropriada a Ação Direta de Inconstitucionalidade para questionar a constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 788/05, que autorizou a implantação de Belo Monte.³⁷

2006 - O processo da hidrelétrica de Belo Monte é suspenso em 28 de março. A decisão impede que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prossigam antes que os povos indígenas que foram afetados pelo empreendimento fossem ouvidos pelo Congresso Nacional.³⁸

2007 - Um ano após a Justiça Federal de Altamira paralisar liminarmente o licenciamento ambiental da usina, ela mesma volta atrás e julga improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anular o licenciamento ambiental feito pelo Ibama.³⁹

Nesse ano também ocorreu o Encontro Xingu para Sempre, onde os índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço. Após o evento, o movimento divulga a "Carta Xingu Vivo para Sempre", documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu e apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação.⁴⁰

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, de Brasília, suspende uma liminar da Justiça Federal de Altamira e autoriza a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos estudos de impacto ambiental da hidrelétrica de Belo Monte.⁴¹

O cenário para governo federal não é dos melhores, pois, encontra-se em meio a apuração de denúncias gravíssimas no chamado processo do “Mensalão”⁴², sobre corrupção

³⁷ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

³⁹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁰ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁴¹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁴² Mensalão é o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. O caso teve como protagonistas alguns integrantes do

ativa e passiva, formação de quadrilha, compra de votos para passar as demandas de interesse do Presidente Lula no Congresso Nacional e tentando terminar o mandato sem sofrer um impeachment.

Como manobra para acelerar os processos de licenciamento, principalmente as obras do PAC, na qual Belo Monte está inserida, e, na tentativa de mostrar resultado, ou deixar um “legado”, o presidente Lula decide dividir o Ibama enfraquecendo-o sob o ponto de vista de gestão do meio ambiente, resultando em dois, Ibama e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, pois julgava que o Ibama se atinha muito às questões teóricas para a proteção da biodiversidade, com um preciosismo exagerado, e, isso era um dos motivos para os atrasos nas licenças e conseqüentemente nas obras, como por exemplo, o que Lula julgava ter acontecido nas licenças prévias para as Usinas de Jirau e Santo Antônio, em 2007.⁴³

2008 - Realizou-se 19 anos depois, também em Altamira, o II Encontro dos Povos Indígenas do Xingu de onde surgiu o Movimento Xingu Vivo para Sempre. (SILVA, 2010). Encontro Xingu Vivo para Sempre reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu: a construção prevista da usina de Belo Monte, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A mobilização ocorre 19 anos depois do I Encontro de Povos Indígenas, realizado em Altamira, que reuniu três mil pessoas. Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço. Após o evento, o Movimento divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre⁴⁴, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação.⁴⁵

Nesse ano, houve algumas mudanças na área governamental, principalmente na pasta de meio ambiente, onde saiu do Ministério do Meio Ambiente, a Ministra Marina Silva⁴⁶ e

governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, membros do Partido dos Trabalhadores (PT), Popular Socialista (PPS), Trabalhista Brasileiro (PTB), República (PR), Socialista Brasileiro (PSB), Republicano Progressista (PRP), e Progressista (PP).[1][2], sendo objeto da ação penal de número 470, movida pelo Ministério Público no Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Esc%C3%A2ndalo_do_Mensal%C3%A3o. Acessado em: 21/06/2017.

⁴³ O atraso provocou uma crise tão grande na área ambiental do governo que levou à divisão do Ibama em dois, resultando no Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,lula-nao-se-esquece-dos-bagres-do-rio-madeira,397953>. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁴ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2008/05/carta-xingu-vivo-para-sempre/>. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁵ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁶ A construção de Belo Monte foi um dos motivos que levou ao pedido de demissão da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Ela discordava da implantação da usina alegando que a obra causará fortes

assumiu Carlos Minc⁴⁷, e, no Ibama que também acompanhou a troca saindo Bazileu Alves Margarido Neto e assumindo a presidência do órgão Roberto Messias Franco, que posteriormente concederia fatídica licença prévia para o empreendimento de Belo Monte.

2009 - O EIA foi elaborado pela Eletrobrás em conjunto pelo Odebrecht, Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, em meio a conflitos socioambientais e com a participação de empresas interessadas em se beneficiar com a construção de Belo Monte.

Com o EIA completo, somente foi disponibilizado dois dias antes da primeira audiência, sem tempo para uma análise qualificada pelas comunidades atingidas. E, são realizadas quatro audiências públicas sobre Belo Monte, em seis dias, nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém, revelando as fragilidades dos estudos e diversas lacunas no processo de licenciamento.⁴⁸

Em outubro de 2009⁴⁹, um Painel independente de especialistas criticou o EIA pois apresentava muitas omissões, e apresentou ao Ibama e ao Ministério Público Federal (MPF), um relatório alternativo de 230 páginas, intitulado "Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte", que foi elaborado por mais de quarenta pesquisadores, doutores em antropologia, sociologia, zoologia, biologia, etimologia, doutores em energia e planejamento de sistemas energéticos, historiadores, cientistas políticos, economistas, engenheiros, hidrólogos, ictiólogos, entre outros, que fizeram parte da composição do grupo nominado como "Painel de Especialistas". Ligados a universidades e centros de pesquisas nacionais e internacionais, que fizeram uma análise detalhada dos estudos de Belo Monte. (SANTOS, 2010)

O Ministério Público Federal (MPF) apresenta recomendação ao Ibama para realização de pelo menos mais treze audiências, de forma a incluir mais regiões que serão atingidas. De acordo com estudos iniciais, a usina de Belo Monte afetará direta e indiretamente 66 municípios e 11 Terras Indígenas.⁵⁰

danos ambientais na região com o alagamento de uma área de aproximadamente 500 km². As divergências sobre Belo Monte provocaram um confronto no governo entre Marina Silva e a então ministra-chefe da Casa Civil, a presidenta Dilma Rousseff. Disponível em: <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/belo-monte/page/5/>. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁷ O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que, junto com o combate ao desmatamento na Amazônia, o licenciamento ambiental de Belo Monte era um dos grandes desafios de sua gestão. Belo Monte tem simbolismo muito forte, é a maior obra do PAC, a mais polêmica, é a terceira hidrelétrica do mundo, gera polêmica há mais de 20 anos avaliou. Segundo Minc, a licença prevê investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão em investimentos para mitigar os impactos ambientais e sociais da chegada do contingente que irá trabalhar na construção da usina. São mitigações, contrapartidas e compensações ambientais. Tem pressões e contra-pressões, faz parte da democracia. "O Messias fica imprensado com flechas sorradeiras de todos os lados: ou para fazer de qualquer jeito que está ou para não fazer de jeito nenhum, disse". Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/ibama-concede-licenca-ambiental-para-hidreletrica-de-belo-monte-dhifis54m89b4jfl3oy3l2dse>. Acessado em: 21/06/2017.

⁴⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017

⁴⁹ Cinco meses após a versão final do EIA ter sido entregue ao Ibama.

⁵⁰ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em:

A Justiça Federal suspende licenciamento e determina novas audiências para Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas sejam ouvidas.⁵¹

Sem a licença prévia do Ibama, o governo não pode realizar o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro. Executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, levanta a possibilidade de que o leilão para a concessão da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro, seja adiado para janeiro de 2010.⁵²

Um dia depois, a liminar que suspendeu o licenciamento de Belo Monte é derrubada e o Ibama volta a analisar o projeto.⁵³ Sobre forte pressão política, o Ibama aceitou o EIA e concedeu a licença inicial que permitiu que o projeto de construção de Belo Monte avançasse. Como reação a pressão do governo, o alto escalão de funcionários do Ibama pediu demissão em protesto ao relatório duvidoso do EIA ⁵⁴.

2010 - O Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) concedeu a licença prévia para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). O documento, assinado pelo atual presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, que listou 40 condicionantes para cumprimento, para que posteriormente, o empreendedor possa receber autorização para iniciar as obras. Então, o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença prévia para construção da usina, apesar de reconhecer que questões centrais para avaliar o impacto da obra ainda não haviam sido esclarecidas, e mesmo assim, a publicou em 1º de fevereiro.⁵⁵

O Parecer Técnico do Ibama, do final de novembro de 2009, não foi disponibilizado na internet, no qual, denuncia a pressão política da Presidência da República para liberar a obra e indica que os estudos, superficiais, não conseguem prever o que acontecerá com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio, e conseqüentemente com as pessoas que deles sobrevivem, sobretudo as comunidades indígenas ribeirinhas.⁵⁶

21/06/2017

⁵¹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017

⁵² Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017

⁵³ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁵⁴ A pressão para autorizar as obras de Belo Monte desencadeou a saída do diretor de Licenciamento do Ibama, Sebastião Custódio Pires e do coordenador-geral de Infraestrutura de Energia do instituto, Leozildo Tabajara. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/economia/ibama-concede-licenca-ambiental-para-hidreletrica-de-belo-monte-dhifis54m89b4jfl3oy3l2dse>. Acessado em: 21/06/2017.

⁵⁵ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017

⁵⁶ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

O Governo marca leilão para 20 de abril. A ANEEL realiza o leilão de Belo Monte, vencido pelo Consórcio Norte Energia (composto, na época, por Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), com 49,98%; Construtora Queiroz Galvão S/A, com 10,02%; Galvão Engenharia S/A, com 3,75%; Mendes Junior Trading Engenharia S/A, com 3,75%; Serveng-Civilsan S/A, com 3,75%; J Malucelli Construtora de Obras S/A, com 9,98%; Contern Construções e Comércio Ltda, com 3,75%; Cetenco Engenharia S/A, com 5%; Gaia Energia e Participações, com 10,02%. Hoje a Norte Energia é composta por: Grupo Eletrobrás – Eletrobras: 15,00%, Chesf: 15,00%, Eletronorte: 19,98%; Entidades de Previdência Complementar – Petros: 10,00%, Funcef: 5,00%; Fundo de Investimento em Participações – Caixa FIP Cevix: 5,00%; Sociedade de Propósito Específico – Belo Monte Participações S.A. (Neoenergia S.A.): 10,00%, Amazônia (Cemig e Light): 9,77%; Autoprodutoras – Vale: 9,00%, Sinobras: 1,00%; Outras Sociedades – J. Malucelli Energia: 0,25%). Protestos ocorreram em Brasília contra a usina, com a presença do cineasta James Cameron e da americana Sigourney Weaver.⁵⁷

No dia 26 de agosto de 2010, o presidente Lula assinou Decreto outorgando à empresa Norte Energia S.A. “concessão de uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, denominado Usina Hidrelétrica Belo Monte, em trecho do Rio Xingu, no Estado do Pará”.⁵⁸

A oposição pública à represa de Belo Monte, junto aos paralelismos entre o argumento de "Avatar"⁵⁹ e as ameaças que afrontam os povos indígenas transformaram as estrelas de Hollywood nos rostos mais visíveis da oposição internacional aos planos do Governo.⁶⁰

2011 - O Consórcio Norte Energia enfrenta grandes dificuldades para cumprir as condicionantes, que são as medidas de mitigação de impactos impostas pela Licença Prévia e que, em tese, sanariam as lacunas detectadas no Estudo de Impacto Ambiental.⁶¹

⁵⁷ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017

⁵⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁵⁹ A relação da construção de Belo Monte com filme Avatar de James Cameron, significa que os impactos EIA detectou são muito maiores, pois afeta o nosso rico passado e a manutenção do pouco de verdadeiro da história do Brasil que foi preservada com esses povos ancestrais. As árvores, as flores, o ar, a flecha, a água e os peixes possuem para os índios muito mais significado do que pode estar contido em um mero laudo técnico. Não se trata de fantasia defender o direito dos índios – e procurar observar também sob o ângulo dos seus pontos de vista - muito menos de idealismo; trata-se da necessidade de efetivar os direitos contidos na Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://mauriciocarneiro.jusbrasil.com.br/artigos/113959939/a-usina-hidreletrica-de-belo-monte-e-suas-implicacoes-quanto-aos-direitos-fundamentais-da-populacao-que-vive-em-torno-do-projeto>. Acessado em: 21/06/2017.

⁶⁰ Disponível em: <http://fredsonpaivareporter.blogspot.com.br/2010/04/belo-monte-sigourney-weaver-lidera.html>. Acessado em: 21/06/2017.

⁶¹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

O presidente do Ibama, à época, Aberlado Bayma pediu demissão⁶² devido à pressão para autorizar a licença de Belo Monte. A presidente Dilma pressionou de forma avassaladora o Ibama para levar o projeto adiante.⁶³

Diante da impossibilidade de conceder a Licença de Instalação, que é autorização para o início das obras, o presidente substituto do Ibama, Américo Ribeiro Tunes, emite uma licença de instalação “parcial”, que permitiu a construção de alojamentos, canteiro industrial e área de estoque de solo e madeira.⁶⁴

Logo depois, o Ibama deu uma autorização de supressão de vegetação que permitiu a eliminação de 238,1 hectares de vegetação, dos quais, 64,5 hectares estão em Área de Preservação Permanente (APP).⁶⁵

Pouco depois, a licença parcial é suspensa por liminar, e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos requer do governo brasileiro a paralisação de Belo Monte até que as pendências constitucionais com os povos indígenas sejam resolvidas.⁶⁶

O governo reage violentamente ao requerimento da CIDH, e logo após, em maio, o presidente do Ibama, Curt Trennepohl, anunciou liberação da licença definitiva para a construção de Belo Monte.⁶⁷

Em outubro, movimentos sociais e indígenas realizam novo encontro em Altamira e promovem uma ocupação de um dia do maior canteiro de obras da usina, o Sítio Belo Monte. Um interdito proibitório emitido pela justiça estadual obriga a retirada dos manifestantes do local.⁶⁸

No final do ano, a Ação Civil Pública do Ministério Público Federal sobre a falta de oitivas indígenas é apreciada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, e por dois votos a

⁶² Em reuniões com a diretoria da Eletronorte há dez dias, Abelardo se negou a emitir a licença definitiva para a construção da usina. Ele argumentou que o IBAMA não poderia emitir o documento porque o projeto ainda está cheio de pendências ambientais. Abelardo admitiu que o IBAMA poderia emitir a licença para a instalação e não a definitiva. Disponível em: <https://centrodeestudosambientais.wordpress.com/tag/belo-monte/page/5/>. Acessado em: 21/06/2017.

⁶³ Belo Monte Depois da Inundação. Direção: Todd Southgate. Narração: Marcos Palmeiras. Produção: International Rivers, Amazon Watch & Todd Southgate, 2016. Duração: 53:55. Disponível em: <https://vimeo.com/181830626>. Acessado em: 21/08/2017.

⁶⁴ ⁶⁴ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁶⁵ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁶⁶ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁶⁷ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁶⁸ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

um é indeferida.⁶⁹

2012 - Problemas nos canteiros de obra como baixos salários, desvios de função e outras reivindicações, levam os operários a fazer uma greve geral no final de março e início de abril, reivindicando o cumprimento de acordos estabelecidos em paralisação ocorrida no final de 2011.⁷⁰

Nos anos seguintes 2013/2014/2015/2016/2017, nos cinco anos que se seguiram, Belo Monte foi palco de discussão, protestos, paralizações, conflitos com operários e indígenas,

O MPF ajuizou inúmeras ações contra o Consórcio Norte Energia, citando desde irregularidades no processo de licenciamento ambiental, quanto o descumprimento de medidas obrigatórias de mitigação e compensação de impactos sociais e ambientais.

As ações do MPF conseguiram suspender a construção em vários momentos. No entanto, os juízes aliados ao governo rapidamente derrubaram decisões legais de maneira acelerada e arbitrária. O Presidente do STF liberou a retomada das obras da usina de Belo Monte.

No dia 17 de fevereiro de 2016, 5 anos após ter iniciado a construção, Belo Monte testou a sua primeira turbina.

Em 2017, o custo total da barragem foi 30 bilhões de reais, ou seja, quatro vezes mais que o orçamento original. Quanto aos custos ambientais e sociais? Estes ainda estão sendo contabilizados.

Hoje, embora a usina de Belo Monte ainda não esteja terminada, já é internacionalmente conhecida por seus dramáticos impactos sociais e ambientais, respondendo na justiça por ações que vão desde a mortandade de peixes ao genocídio indígena.

⁶⁹ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

⁷⁰ Fonte: Xingu Vivo +23. Disponível em: http://www.xinguvivo.org.br/x23/?page_id=3012. Acessado em: 21/06/2017.

2 A TEORIA ATOR-REDE PARA DESVENDAR A VIABILIDADE DA UHE BELO MONTE

A construção da UHE de Belo Monte é uma história intrigante, principalmente se for analisada a partir dos últimos acontecimentos ocorridos no cenário da crise política governamental instalada no Brasil.

Há muitos interesses intrínsecos a realização de uma obra do porte desta usina. Além dos atores sociais, há ainda os atores políticos e outros envolvidos, e, também há as intenções deflagradas ou camufladas das autoridades e burocratas que intercedem ou não em favor desta execução do projeto de Belo Monte.

A tomada de decisão influencia diretamente na aplicação das políticas públicas, e no caso de Belo Monte as decisões do governo são extremamente importantes para a aplicação ou não de recursos, mas essa característica só irá nortear o campo das políticas públicas nos últimos anos. (WISNIEWSKI 2012).

Para iniciar a análise sob o ponto de vista da Teoria Ator-Rede (TAR), torna-se necessário apresentar uma introdução a teoria e suas categorias analíticas provenientes da TAR, que, por fim, auxiliará esse trabalho a desvendar a viabilidade política para a UHE Belo Monte.

2.1 Introdução à Teoria Ator-Rede - TAR

A Teoria Ator-Rede (TAR) tem suas origens nos estudos da ciência, tecnologia e sociedade, tendo como principais autores Bruno Latour, John Law e Michel Callon. É considerada uma teoria pós-estruturalista e pós-humanista por buscar diluir a dicotomia entre o social e o natural, além de inserir na mesma visão analítica atores humanos e não-humanos. Estes aspectos contribuem para tencionar o debate agência/estrutura. Nesse sentido, Latour propõe outra maneira de se compreender o social, não mais de forma segmentada e, sim, através do movimento e das associações que se estabelecem entre elementos heterogêneos presentes numa rede de relações. Essa coletividade busca traduzir o que acontece em nosso meio: as relações entre pessoas e materialidades nas práticas cotidianas. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Segundo Praude (2016), a TAR teve sua origem nos anos 1980, a partir de um campo de pesquisas que investigava a dinâmica de produção de conhecimento em laboratórios com a

utilização de artefatos tecnológicos onde, humanos e não-humanos, são denominados como actantes, eram analisados com o mesmo grau de importância.

A Teoria Ator-Rede foi delineada pelo sociólogo Gabriel Tarde no final do século XX, sob o argumento monadológico que considera as partes infinitesimais em associação produzem um contínuo não hierarquizado, o que definirá dois aspectos fundamentais para a estruturação da TAR.

O primeiro, a oposição entre sociedade e natureza é desnecessária para a compreensão das interações humanas, ou o social, sobretudo porque é proposta por Tarde uma substituição do termo social por associação, que possibilita melhor definição do conceito de rede, que é composta pelas associações entre elementos heterogêneos. O aspecto principal nessa formulação é não considerar a sociedade, e tampouco o humano, como a unidade principal de análise. (MERENCIO, 2012)

Segundo, para se compreender a sociedade, ou melhor, as associações, não há necessidade de se distinguir entre micro e macro, pois estes resultam somente em uma variação de escala, não em uma limitação *a priori* das inter-relações entre os elementos heterogêneos. (MERENCIO, 2012)

Quando se prioriza uma escala, se perdem muitas informações relacionadas com a escala oposta: o foco em análises de estrutura social, o macro, simplifica aspectos da escala micro relacionados com as particularidades: “Para ser um bom sociólogo, Latour reedita Tarde com a afirmação de que devemos olhar para baixo, para o pequeno, para o particular, para o detalhe e para as micro-histórias”. (MERENCIO, 2012)

Para Tarde, quanto maior for a superfície de contato da mônada⁷¹ com o seu exterior, com aquilo que lhe é estranho e diferente, pode-se dizer que será maior a agitação em seu interior, que será maior sua potência de conexão e de desterritorialização, de modo que os elementos diferenciais passaram a ser concebidos como interpenetráveis, conectáveis, modificáveis uns pelos outros, seja para cooperações ou exclusões recíprocas. (CARDOSO, 2015)

Percebe-se que neste cenário monadológico aberto, não faz muito sentido opor a ideia de indivíduo à de coletivo, e para defender esse ponto de vista quase paradoxal, Tarde apela para a ideia de social como associação. Essa ideia é fundamental, pois é a ênfase na associação que irá permitir, mais tarde, o destaque para o ator-rede, no qual atores diferentes, mas que

⁷¹ Se a noção de mônada não compõe o vocabulário latouriano na TAR, isto não quer dizer que possa ser desprezada. Ao contrário, foi justamente essa ideia de microanálise, esse refinamento do fundamento comum da ação que foi ecoado na noção de actante. (CARDOSO, 2015)

estão associados, interconectados, podem ser considerados como tendo um fundamento comum, a partir do qual as oposições, como por exemplo sujeito e objeto serão superadas. Daí Latour tem motivos de sobra para concluir que social é o produto das associações. (CARDOSO, 2015)

Concebida por meio de diversas influências, a TAR apresenta o signo da interdisciplinaridade quando mistura pessoas e objetos. Também conhecida como “sociologia das associações”, a TAR pode ser utilizada em diversas áreas do conhecimento e focaliza a atenção nas múltiplas associações e nos movimentos que podem ocorrer entre actantes. (PRAUDE, 2016)

Sua proposta inicial, gerada para encadear as principais premissas da TAR, é redefinir a noção de social, retornando às raízes do conceito e que possibilitem novamente o estabelecimento de conexões. Hoje, não é qualquer tipo de elemento que pode ser considerado como pertencente ao grupo social, isso vai depender de algumas características. “Essa sociedade, longe de ser o contexto no qual todas as coisas são enquadradas, ao invés disso deveria ser interpretada como um dos inúmeros elementos que se conectam, circulando dentro de pequenos condutores⁷²” (LATOURE, 2005). (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

A Teoria Ator-Rede, como ressalta Latour, é uma alternativa para desenvolver a Ciência Social, ao focar-se em uma perspectiva não antropocêntrica e na qual a agência possui um caráter relacional, estando distribuída em toda a rede. A definição de ator, para Latour, é democrática e traduz esse caráter híbrido, ao não fazer distinção entre sujeito e objeto, tudo e todos são elementos/atores: desde coisas a pessoas, passando por sites, empresas e países. Por conseguinte, a agência desses atores não está definida a partir de uma intencionalidade, subjetividade de um sujeito, e sim, pela capacidade desse elemento em induzir ou influenciar outro elemento na rede a realizar uma ação, enfatizando-se, por outro lado, que um ator “no es la fuente de una acción sino el blanco móvil de una enorme cantidad de entidades que convergen hacia él” (Latour). (MERENCIO, 2012)

O conceito de rede, por outro lado, funciona muito mais como uma ferramenta metodológica, contribuindo no mapeamento das conexões entre os mediadores, que é realizado pelo pesquisador, não existindo na realidade, somente na descrição. Essa rede, o social, agrega elementos heterogêneos, sujeitos e objetos, pois só assim, segundo Latour, é possível alcançar o social; sem os objetos não haveria sociedade, já que muitas interações são mediadas por e através de objetos. Seguindo essa lógica, um ator humano só é o que é devido à sua posição em

⁷² Que são as partes infinitesimais.

uma rede ordenada de elementos heterogêneos; atos comumente atribuídos aos seres humanos, como produzir, escrever ou dirigir, só são possíveis por serem produzidos “em redes que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como para além dele. Daí o termo ator-rede – um ator é também, e sempre, uma rede”. (MERENCIO, 2012)

Na rede de relações sociais, definida como uma associação momentânea que tem como finalidade agregar e produzir novas relações, a agência como ação encontra-se distribuída, deslocada, mediada por diferentes tipos de atores, não somente por agentes humanos, que possuem outras formas de transportar uma determinada ação, participando ativamente nesse processo, não como meros figurantes. Tal formulação é fundamental para a TAR, pois ela se propõe a rastrear as conexões das ações; se os objetos são excluídos destas, focando-se apenas nas interações cara a cara, a rede descrita não irá abranger, de fato, a realidade, que só será alcançada se forem incluídos elementos heterogêneos, provenientes de outros momentos e agências, e que têm a capacidade de mediar as ações, retransmitindo-as para outros mediadores: “paradójicamente lo social no se hace visible hasta que se le permite colar se a través de agencias no sociales” (Latour). (MERENCIO, 2012)

Para Latour, a agência possui um caráter relacional e está distribuída em toda a rede, e, mediada (ou seja, distribuída) por diferentes atores. A agência não possui vínculos com processos de simbolização ou representação desencadeados por outros atores. Latour reduz a dicotomia entre subjetividade e objetividade, pois passa a ser reconhecido que um objeto não é somente uma ferramenta, mas que ele também tem a capacidade de alterar os objetivos prévios, mediar ou subsidiar uma nova ação. Como ressalta Xavier: “Se entendemos que quem ‘faz’ é sempre o elemento humano (falamos de intenção e significação), não podemos descuidar do fato de que muitos outros elementos (humanos e não-humanos) ‘fazem-fazer’, do mesmo modo que uma faca ‘corta’ e uma pedra ‘faz’ o carro desviar-se.”. Cabe salientar, neste ponto, assim como Law, que tal simetria de atores não equivale a um reducionismo, no caso em que tanto sujeitos como objetos são determinantes uns sobre os outros, pois não são apontados elementos suficientes pela TAR que possam levar a tal conclusão. (MERENCIO, 2012)

Por isso, os autores da TAR encorajam uma visão alternativa para o social, entendendo-o, metaforicamente, como uma cola que pode fixar todos os elementos sociais, incluindo o que outras colas não conseguem fixar. Trata-se, ao invés disso, do que é realmente fixado junto. Muitos cientistas tratam o social como algo formado por elementos homogêneos, mas a mesma palavra pode ser interpretada como uma “trilha de associações entre elementos heterogêneos”. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Latour não define o social como um domínio específico, ou como um tipo particular de elemento, mas como um movimento de associações e de reunião dos elementos. O social

para a TAR é, assim, “o nome do tipo de associação momentânea, caracterizada pela maneira como se reúnem as novas formas”. Indo mais além, Latour propõe, visto o caráter heterogêneo das relações, dada a presença e a ação de humanos e não-humanos, que a palavra social seja substituída pela palavra “coletivo”. O coletivo explica melhor o projeto de reunir esses novos elementos, antes não considerados como sociais. É difícil imaginar alguma ação que aconteça ou algum saber executado que não seja mediado por algum equipamento, por exemplo. Imagine o que seria a construção de um trabalho se não fossem os livros, os inúmeros artigos, o notebook e seus softwares de edição de texto. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Como exemplo também para actantes humanos e não-humanos, pode se falar da experiência em sala de aula, um professor precisa de uma sala, de um quadro negro, giz, carteiras e alunos. Para que haja aula, é necessário que todos esses elementos, humanos e não-humanos, coexistam, ou seja se articulem para traduzirem a sua interação uma determinada aula. Se pensarmos apenas em sujeitos e sem objetos é possível que o objetivo de se ter uma aula seja modificado e vire uma festa se forem introduzidos outros objetos que associados com os sujeitos e o ambiente traduzam-se uma confraternização.

Segundo Law, as áreas da ciência social estão procurando outros novos caminhos no que se refere a métodos de pesquisa, uma vez que se propõe a abordar as relações e trabalhar com o coletivo. Um dos intentos metodológicos da TAR é instigar o pesquisador a não se deter apenas nos elementos humanos presentes no campo, mas atentar-se aos movimentos e à agência dos elementos não-humanos. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Por isso, Latour e Woolgar, em um dos trabalhos seminais que lança discussões posteriormente aprofundadas pela Teoria Ator-Rede, desenvolvem uma etnografia num laboratório e propõem o princípio da simetria, retomado posteriormente por Callon. Tal princípio não tem a pretensão de propor a equivalência entre humanos e não-humanos, mas provocar os “analistas do social”, ou melhor, os “analistas do coletivo” a incluírem em suas pesquisas estes elementos materiais, que por vezes se tornam invisíveis ou marcados pela dicotomia num contexto de agenciamentos. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

A TAR pode parecer “simples”, mas não o é. De acordo com Law a TAR parte da ideia de que entidades (humanos e não-humanos) são constituídas e adquirem seus atributos por meio do conjunto de relações que estabelecem com outras entidades, sendo realizadas por e através dessas relações e, por isso, pode ser considerada uma aplicação da semiótica. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Para abandonar a problemática metodológica dos estudos da ciência e tecnologia, Callon sugere três princípios: (a) Agnosticismo: analisar imparcialmente os atores envolvidos

em controvérsias; (b) Simetria generalizada: o compromisso de analisar pontos de vista conflitantes nos mesmos termos e (c) Associação livre: exercício de abandonar a distinção entre o social e o natural. Através dos princípios sugeridos ao observador, responde-se à questão anteriormente colocada e o seu exercício auxilia na superação da dificuldade teórica presente na discussão entre as ciências naturais e sociais. Portanto, um novo método de pesquisa (ousado) é aludido, onde o pesquisador “segue os atores da rede para identificar a maneira que se definem e associam diferentes elementos, pelos quais eles constroem e explicam o mundo, sendo ele social ou natural”. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Segundo Praude (2015), pode-se dizer que a TAR permite identificarmos uma multiplicidade de objetos híbridos conectados em uma estrutura de rede que se encontra em deslocamento, em movimento constante e sempre aberta a incorporação de novos elementos de forma extraordinária e imprevisível, capaz de redefinir, reconfigurar e transformar seus componentes. Portanto, a TAR opera sob a lógica das traduções, que realizam transformações, promovem aproximações, transportam mensagens e efetuam passagens nas diversas associações em um espaço deliberado.

Para compreender a dinâmica de funcionamento de determinados sistemas, Bruno Latour desenvolve uma metodologia de análise que toma, como ponto de partida, as diversas associações possíveis em um conjunto de elementos interligados. Associações são veículos portadores de mediações, capazes de produzir mudanças nos actantes que se conectam, que trocam sinais, códigos ou mensagens entre si, que se regulam e que se afetam mutuamente. (PRAUDE, 2016)

A TAR se apresenta como uma teoria que proporciona uma investigação diferenciada, capaz de analisar os mediadores sem necessariamente posicionar os humanos no centro da intencionalidade. É hora de compreender os objetos artísticos por meio do papel que eles exercem como mediadores, ou seja, olhando para o centro de suas ações e não mais como objetos passivos e intermediários. (PRAUDE, 2016)

Rede na TAR, segundo a perspectiva de Latour, refere-se a um conjunto de interações entre actantes que transformam um ao outro de forma contínua. Para Latour, um bom relato “é uma narrativa, descrição ou uma proposição na qual todos os atores fazem alguma coisa e não ficam apenas observando”. Ao contrário de simplesmente transportar efeitos sem transformá-los, cada um dos pontos no texto pode ser um ponto de desvio, um evento ou a origem de uma nova tradução. Portanto, o conceito de rede refere-se a um conjunto de interações dinâmicas que ocorre entre actantes. São as ações que definem as redes, não um conjunto de relações estáveis ou padrões que podem ser facilmente identificados em uma estrutura. (PRAUDE, 2016)

Segundo Merencio, (2012), as motivações das ações de agentes humanos não resultam tão somente da ação e/ou presença de outros elementos humanos em suas cadeias de relações. Elementos materiais, não humanos ou objetos também podem ter o mesmo poder de indução de ação, como os objetos religiosos, que motivam determinadas condutas, como dar banho e ofertar alimentos a estatuetas de entidades religiosas, ou equipamentos dispostos em uma sala de aula ocidental, como projetores ou quadros-negros, que direcionam e possibilitam a ação de um sujeito. Assim, não levar em conta a agência dos objetos, principalmente se, se considerar a grande presença destes em nossas relações, não só na atualidade, como também no passado, é eliminar e obscurecer uma grande parcela do entendimento das motivações e ações nossas e dos demais. Merencio ressalta por meio de Aroni que:

Os sujeitos se criam ao criar os objetos, a materialidade tangível, que, mesmo assumindo vida própria, não deixa de marcar as relações que os constituíram. (...) A cultura material surge como um lugar privilegiado para se observar como se cristalizam as intencionalidades humanas, (...). Um paradoxo, portanto, se faz necessário: a materialidade é tão importante justamente porque ela é o cultivo da imaterialidade. (MERENCIO, 2012)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tradução persiste na associação entre actantes, constituindo um processo que produz a diferença, produz algo novo. Mensagens fluem por meio de associações e operam ações de traduções, posicionando um transmissor e um receptor em uma situação de coexistência. O conceito de tradução, na TAR, está fortemente relacionado com o conceito de rede e associações. As associações explicam a rede (*socius*) e esta, por sua vez, é caracterizada pelas traduções entre componentes, que podem gerar associações rastreáveis.

O presente trabalho de conclusão de curso articulou conexões entre os conceitos conhecidos como actante, associação, tradução e inscrição, da TAR, segundo definições apresentadas por Bruno Latour e outros teóricos com o objetivo de demonstrar o agenciamento dos atores e suas funções determinadas pela sua origem e conexões com outros atores sociais.

Nesse sentido, a pesquisa investigou como a TAR pode favorecer a identificação e a compreensão das diversas associações que se estabelecem entre os actantes para a viabilização da UHE de Belo Monte, que será apresentado no *subitem 1.3.3* desse capítulo 1.

Esse exercício utilizando a metodologia dos três princípios⁷³ acima descritos será tratado de maneira analítica a ser aplicado ao caso da UHE de Belo Monte no capítulo 3, do trabalho de conclusão de curso, no qual tratará do agenciamento dos actantes envolvidos na

⁷³ Agnosticismo, Simetria generalizada e Associação livre.

rede⁷⁴ de viabilização (tradução) da usina hidrelétrica no Pará.

2.2 Categorias analíticas provenientes da TAR

A Teoria Ator-Rede possui características próprias e com o intuito de nivelar o conhecimento para uma melhor compreensão e a interpretação do leitor, buscou-se apresentar as categorias analíticas trabalhadas no campo da TAR, tais como:

Actante: Na TAR, actante é tudo aquilo que gera uma ação, que produz movimento e diferença, seja ele humano ou não-humano. O actante é o mediador, ou seja, é aquele que transforma, traduz, distorce e modifica o significado que ele supostamente transporta. Para Latour, o maior interesse dos estudos científicos consiste no fato de proporcionarem, por meio do exame da prática laboratorial, inúmeros casos que revelam a emergência de diversos atores. Ao invés de se iniciar com entidades que já fazem parte do campo da pesquisa, os estudos científicos enfatizam a natureza complexa e controvertida daquilo que revela a presença do ator. A ideia é definir o ator com base nas suas ações, ou seja, naquilo que ele faz. Como o termo ator caracteriza o humano, a TAR utiliza o termo actante para incluir não-humanos em sua definição. (PRAUDE, 2015).

Associação: Latour parte da etimologia da palavra “social” que, em sua origem, no latim *socius*, designa um companheiro, um associado para instaurar uma “sociologia de associações”, que propõe a identificação das associações que constituem a conexão de diversos actantes em um grupo, revelando as redes de mediadores que estruturam um determinado sistema. (PRAUDE, 2015). Latour (2004) diz que o termo associação estende e modifica o sentido das palavras social e sociedade, que são sempre prisioneiras da divisão entre o mundo dos objetos e o dos sujeitos, em vez da distinção entre os sujeitos e os objetos, falar-se-á de associações entre os humanos e não-humanos, o termo recupera, assim, ao mesmo tempo, as antigas ciências naturais e as antigas ciências sociais. (LATOURE 2004)

Mediadores: No contexto da TAR, os meios que participam das associações em um sistema podem ser os mediadores (actantes) ou os intermediários, que são aqueles que não produzem modificações na mensagem. Um mediador pode se tornar um intermediário assim como um intermediário pode se transformar em um mediador. (PRAUDE, 2015)

Intermediário: Latour define um intermediário como “aquilo que transporta significado ou força sem transformá-los: definir o que entra já define o que sai”. Em sua visão, um intermediário pode ser compreendido como um componente que, internamente, é

⁷⁴ Latour compara a “rede” com a qualidade que um bom texto possui e que pode levar cada actante a induzir outros actantes a fazerem coisas inesperadas. (PRAUDE, 2016)

constituído por diversas partes. (PRAUDE, 2015)

Tradução: Latour (2012) explica que a palavra tradução induz dois mediadores à coexistência e que a tradução entre mediadores pode gerar associações que são rastreáveis. Tradução, ou mediação, é sempre deslocamento e transformação de uma coisa em outra. A tradução persiste na associação entre actantes, constituindo um processo que produz a diferença, produz algo novo. Tradução é qualquer ação que um actante realiza a favor de um outro actante. Tradução corresponde ao fluxo de movimentos e transporte, a tudo o que se faz para que um ponto se ligue a outro. No processo de mediação, as transformações estão relacionadas com premissas, estratégias e métodos que são articulados em prol de um objetivo. Latour (2000), em sua obra *Ciência em Ação*, observa que o conceito de tradução, representa uma forma de releitura ou adaptação de interesses de actantes empenhados na construção de fatos. Trata-se, portanto, de uma questão de interpretação de objetivos em um processo de inovação. (PRAUDE, 2016). Segundo Moraes (2004), a noção de tradução é fundamental para se entender o que se passa no nível das redes de atores. No domínio destas, tradução não significa apenas a mudança de um vocabulário para outro, mas acima de tudo um deslocamento, um desvio de rota, uma mediação ou invenção de uma relação antes inexistente e que de algum modo modifica os atores nela envolvidos. Tradução não se confunde com interação. O sentido de tradução envolve, ao mesmo tempo, um desvio e uma articulação de elementos díspares e heterogêneos. Tradução, assim, refere-se à hibridação, mestiçagem, multiplicidade de conexões mais do que à repetição de elementos chaves. (MORAES, 2004).

Inscrição: Outro termo presente na TAR é a noção de inscrição, que se refere a uma configuração de mediação e de tradução no qual a associação se define a partir de scripts (códigos, mapas, regras, padrões, leis) implementados em diversos tipos de recursos, fazendo com que a ação seja sempre fruto de hibridismo e de produção de resultados. A TAR atribui ênfase à importância do papel desempenhado pelos actantes não-humanos. Esta característica posiciona a TAR na condição de instauração de um novo modelo de fundamento epistemológico, que vai além do tipo de abordagem construtivista tradicional. O construtivismo social prioriza o fator linguístico, tirando de cena as entidades não-linguísticas, não-humanas e não-sociais, rejeitando a atuação dos objetos e assumindo que apenas as pessoas são capazes de atuar. Inscrição refere-se a todo tipo de transformação que materializa uma entidade num signo, num arquivo ou em qualquer suporte. Usualmente, as inscrições estão sujeitas a superposição e combinação. São sempre móveis, ou seja, permitem novas translações e articulações ao mesmo tempo que preservam intactas algumas formas de associações (LATOUR, 2001). (PRAUDE, 2016)

Articulação: o que une entre si as proporções, considerando-se que os enunciados são verdadeiros ou falsos, diz-se que as proposições são bem ou mal articuladas; as conotações da

palavra cobrem bem a gama de sentidos que se busca juntar, e que não insistem mais na distinção entre o mundo e o que dizemos, mas nos modos pelos quais o discurso toma conta do mundo. (LATOURE 2004)

Humanos e não-humanos: Segundo Latour (2004), actante é um termo e semiótica que diz respeito aos humanos e aos não-humanos; é ator quem se transforma em outro num ensaio; somente podem denominar-se atores aqueles que o são; sua competência se deduz de seus desempenhos; a ação, por sua vez, é sempre registrada durante um ensaio e por um protocolo de experiência, elementar ou não. Latour em sua teoria considera as pessoas, sujeitos, objetos e coisas como actantes.

Agenciamento ou agência de atores: a noção de agência dos atores (actantes), que busca a não dicotomização entre os elementos humanos e não-humanos. Segundo Latour (2005) eles deixam de ser apenas artefatos e passam a ter agência, ou seja, participam das ações e provocam transformações. Discutir questões sobre agência está diretamente relacionado ao estabelecimento de conexões que a TAR preconiza. É nas conexões de elementos heterogêneos que a agência (de humanos e não-humanos) torna-se captável ao pesquisador. Explorar os acontecimentos aproximadamente, através das práticas, torna mais claro os movimentos e as agências dos atores. (CAMILLIS, BUSSULAR e ANTONELLO, 2013)

Rede: na TAR, a noção de rede refere-se a fluxos, circulações, alianças, movimentos, em vez de remeter a uma entidade fixa. Uma rede de atores não é redutível a um único ator nem a uma rede; ela é composta de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados. Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada da tradicional categoria sociológica de ator, que exclui qualquer componente não-humano. Por outro, também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades das quais ela é composta, sejam naturais ou sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos elementos. Assim, uma rede de atores é simultaneamente um ator, cuja atividade consiste em fazer alianças com novos ele e uma rede, capaz de redefinir e transformar seus componentes (MORAES, 2004). Para Freire (2006), uma rede se estabelece e é estabelecida por seus agenciamentos e conexões e não por seus limites.

Efeitos das redes: Consequentemente, a racionalidade passa a ser um efeito de rede obtido a partir das tensões que a constituem. Salienta Latour (2004), que um pesquisador, interessado única e exclusivamente pela humanidade estará fora do campo da ciência, porque a atividade científica tem por natureza uma dimensão coletiva, pública, cujo resultado é a impossibilidade de se enunciar um fato e confirmá-lo sem a presença dos 'caros colegas'. Um cientista se remete não à natureza em si, mas aos seus colegas e à rede que o constitui como tal.

Lembremos que desta fazem parte os colegas, as instituições de financiamento, as rivalidades, a mídia, os periódicos de divulgação científica, o mercado consumidor. A lei moral ou qualquer outra instância transcendente têm a pretensão de orientar os humanos em uma direção unívoca, mas os interesses não possuem tal poder. O interesse não se presta à unanimidade; ao contrário, ele se "presta à proliferação e à associação com outros interesses dispares..." (MORAES, 2004).

Fato científico: Na construção de um fato científico, o cientista não exige dos "caros colegas" um interesse por sua proposição análogo ao seu; a ele basta que aceitem passar por algumas condições nas quais, esta proposição lhe interessa. Uma ciência definida como rede de atores não se caracteriza por sua racionalidade e objetividade, ou pela veracidade dos fatos por ela engendrados. Todas estas noções, tão caras ao pensamento moderno, são redimensionadas pela noção de rede e devem ser entendidos como efeitos, resultados alcançados a partir das tensões próprias à rede de atores. Um fato científico, portanto, só existe se é sustentado por uma rede de atores. (MORAES, 2004).

Rede de atores: Depois de se ter uma noção do que é uma rede de atores, na análise de Latour ela é enunciada a partir das conexões estabelecidas entre atores muito heterogêneos; em última instância, entre humanos e não-humanos. Não há nenhum princípio essencialista capaz de estabelecer, de antemão, que atores serão mobilizados para a construção de uma rede; ao contrário, uma rede de atores se define por engendrar conexões performativas que, uma vez estabelecidas, dotam de propriedades novas os atores nelas implicados. "Um potente ator, mobilizado sem esforço, vê-se redefinido pelo simples fato de que ele adere a um projeto que não é o seu". Para que uma aliança desse tipo venha a ser formada, é preciso que os interesses em jogo sejam traduzidos, deslocados, desviados a fim de poderem mobilizar outros atores. (MORAES, 2004).

Ciência como rede de atores: Para entender a ciência como rede de atores reclama uma revisão das tarefas que nos foram legadas pelos herdeiros de Boyle, por um lado, e de Hobbes, por outro. Os primeiros, os cientistas naturais, criaram um parlamento - o laboratório onde os cientistas, e somente eles, falavam em nome das coisas. Os segundos criaram a República, na qual somente o soberano podia falar em nome dos cidadãos. De um lado, representação científica; de outro, representação política. Em ambas uma dupla possibilidade de traição, a epistemológica (até que ponto os cientistas falam em nome das coisas, até que ponto as ciências são fiéis às coisas?) E a política (até que ponto o soberano fala em nome dos cidadãos?). No plano das redes há operações de tradução que engendram ao mesmo tempo natureza e sociedade, sujeito e objeto. As práticas de mediação, de hibridação dispõem todo o espaço, de tal modo que já não falamos mais em dois tipos de representação, mas apenas em híbridos ou quase-objetos. Latour nos convida a lançar luz sobre esses quase-objetos, efeitos as redes de atores. A não-modernidade das ciências torna legítimos tais objetos híbridos.

(MORAES, 2004).

Parlamento das coisas: pouco nos importa que um dos mandatários fale do buraco de ozônio, que um outro represente as indústrias químicas, um quarto os eleitores, um quinto a meteorologia das regiões polares, que um outro fale em nome do Estado, pouco nos importa, contanto que eles se pronunciem todos sobre a mesma coisa, sobre este quase-objeto que criaram juntos, este objeto-discurso-natureza-sociedade cujas novas propriedades espantam a todos e cuja rede se estende de minha geladeira à Antártida passando pela química, pelo direito, pelo Estado, pela economia e pelos satélites. Os imbróglis e as redes que não possuíam um lugar possuem agora todo o espaço. São eles que é preciso representar, é em torno deles que se reúne, de agora em diante, o Parlamento das Coisas. O parlamento das coisas fala ao lado de outros atores, como os empresários, os representantes do governo etc. Em outras palavras, as práticas científicas encontram-se ao lado de outras práticas até então vistas como "terrenos baldios disponíveis aos avanços da ciência". O parlamento das coisas se apresenta como um princípio de multiplicidade, segundo o qual todo novo representante das coisas será acrescentado aos outros por meio de relações de interesse e alianças performativas.⁷⁵ (MORAES, 2004).

Princípio de multiplicidade: é colocado em cena pelo parlamento das coisas, é o princípio de conexão das redes de atores: alianças performativas conectam entre si atores heterogêneos e têm como resultado os muitos representantes que falam em nome das coisas. (MORAES, 2004).

No âmbito da TAR existem outras categorias, entretanto, foram apresentadas aqui somente aquelas que ajudaram compreender o fenômeno ocorrido com a UHE Belo Monte, que é o objeto proposto nesse trabalho acadêmico.

2.3 Tradução da rede de atores que agenciados viabilizaram a UHE Belo Monte

Diante da terminologia apresentada pela TAR, a autora utiliza-se dessa teoria que, por meio das traduções, alianças performativas, associações, articulações, mobilizações e o

⁷⁵ O parlamento das coisas é uma afirmação da coexistência das práticas científicas com as demais práticas humanas. Assim, por exemplo, nas pesquisas sobre a Aids, os cientistas não são os únicos representantes do vírus HIV; ao lado deles estão os doentes, as indústrias farmacêuticas, os grupos de apoio, o governo. Entre estes atores heterogêneos são estabelecidas alianças performativas, negociações das quais emanam as decisões a serem tomadas a respeito do vírus e da doença. Para Latour o parlamento das coisas é o modo de realização da rede de atores. Não há, portanto, como estabelecer de antemão uma linha demarcatória que separe, de um lado, os fatos científicos e de outro os valores humanos. Um exemplo recente da ideia de parlamento das coisas: a Conferência de Kyoto, no Japão. Representantes de 170 países se reuniram para discutir o aquecimento global ou o efeito estufa, e sob a perspectiva de Latour, nesta conferência, o clima comparece simultaneamente como objeto científico e como objeto político. Os cientistas concordam que a emissão de poluentes resultantes, por exemplo, da queima de combustíveis provoca uma alteração climática elevando a temperatura em todo o planeta — e objeto político — tal alteração exige uma ação que se estenda ao planeta inteiro. O efeito estufa é, portanto, um híbrido que redefine nossas relações com a ciência e a política. Com a noção de parlamento das coisas, Latour pretende mostrar que esses híbridos que emergem em nossos coletivos clamam por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão. (MORAES, 2004).

agenciamento dos atores sociais, a auxiliaram a compreender os fatos e os impasses ocorridos para a viabilização de Belo Monte,

A viabilização da UHE de Belo Monte constitui-se como híbrida de natureza e sociedade, híbrida de envolvimento de actantes humanos e não-humanos que passaram a exigir, não apenas uma filosofia que lhes dê acolhida, mas também um parlamento, uma política que os tome como alvo dessa discussão.

O empreendimento hidrelétrico de Belo Monte trata-se, sem dúvida, de um tema eivado de polêmica. É criticado pelos representantes de movimentos sociais, ambientalistas, ribeirinhos, indígenas, Ministério Público e amplamente defendido pelo governo e empresários do ramo de energia.

A posição favorável faz-se representada, documentalmente, pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e a consequente com a concessão das licenças: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) e as obras de construção em si, realizadas, e a posição contrária, por sua vez, representada pela Sociedade Civil Organizada, Painel de Especialistas e o Parecer e as ações judicializadas pelo Ministério Público Federal.

Distintas visões provenientes de diferentes setores sociais estão disponíveis ao acesso de qualquer indivíduo que queira pesquisar sobre o assunto. Isto demonstra que Belo Monte não é apenas um simples projeto que visa o desenvolvimento da produção de energia elétrica no Brasil e o desenvolvimento econômico da região Amazônica. Na realidade, Belo Monte está na mídia e na casa dos brasileiros das mais diversas formas, nas notícias e manifestações internacionais, e também nas pautas e decisões governamentais, não obstante, agora, também nas páginas policiais, na Justiça Federal, Tribunais Regionais e na pauta do Supremo Tribunal de Federal (STF).

No caso em tela, baseando-se em Latour que destaca que devemos seguir e detalhar os rastros das ações dos actantes, o que significa, primeiramente, seguir os fluxos dos actantes que se desdobram em interações que realizam traduções (transformações) entre os outros envolvidos no empreendimento de Belo Monte.

Nesse sentido, no quadro metodológico abaixo refina-se o seguinte repertório de atividades que serão desenvolvidas no processo de detalhamento do caso em tela: (i) seguir os rastros (mensagens) dos actantes; (ii) registrar as traduções (funções) das mensagens; (iii) mapear os actantes e suas associações (rede) e (iv) destacar as inscrições (códigos).

De acordo com Callon, mencionado anteriormente, sugere três princípios⁷⁶ ao

⁷⁶ (a) Agnosticismo: analisar imparcialmente os atores envolvidos em controvérsias; (b) Simetria generalizada: o

observador da TAR, cujo método de pesquisa deve seguir os atores da rede para identificar a maneira que se definem e associam diferentes elementos, pelos quais eles constroem e explicam o mundo.

O parlamento das coisas é uma afirmação da coexistência das práticas científicas com as demais práticas humanas.

Assim, os atores governamentais não são os únicos representantes do caso de viabilização da UHE de Belo Monte; ao lado deles estão além do Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, Casa Civil, Presidente da República, Ibama, Eletronorte, Funai, Governo do Estado do Pará, Prefeituras do Pará, Justiça Federal do Pará, Tribunal Regional Federal 1ª Região, Supremo Tribunal Federal, Parlamentares, Defensoria Pública, Ministério Público, estão os atores não governamentais como a OAB, Organismos Internacionais, Movimentos sociais, Movimento indígenista, Movimento ambientalista, Construtoras, Empreiteiras, BNDES, Instituições Financeiras, Consórcio Norte Energia, Belo Sun.

Entre estes atores heterogêneos são estabelecidas alianças performativas, negociações das quais emanam as decisões a serem tomadas a respeito da viabilização da UHE de Belo. Para Latour o parlamento das coisas é o modo de realização da rede de atores. Não há, portanto, como estabelecer de antemão uma linha demarcatória que separe, de um lado, os fatos científicos e de outro os valores humanos (MORAES, 2004).

No âmbito de Belo Monte, a sua viabilização comparece simultaneamente como objeto de necessidade de geração de energia elétrica para o país, pois governistas da Presidência da República, Ministério de Minas e Energia e a Eletronorte, - e objeto político - consideram que o país entrará em colapso pela sua demanda não suprida de energia e, daí a necessidade de construção de outras usinas hidrelétrica, incluindo Belo Monte.

A definição de que existe a demanda por geração de energia no Brasil, vai de encontro com a construção de mais usinas hidrelétricas, fato que é de interesse de grandes empresários do ramo de construção e do setor elétrico, portanto, um híbrido que redefine as relações com a política e os interesses privados das empresas do setor no país.

Os empresários do setor elétrico buscam apoio político com o alto escalão governamental e com parlamentares para viabilizar as grandes obras de seu interesse econômico. A construção de Belo também era apoiada por projeto de empreendimentos vizinhos do ramo de mineração, que tem interesse de consumir parte da energia gerada.

Com a noção de parlamento das coisas, Latour pretende mostrar que esses híbridos que emergem em nossos coletivos clamam por uma filosofia capaz de acolhê-los e uma política que os tome como alvo de discussão. (MORAES, 2004).

Como o governo federal utilizou de seu poder potestativo, com decisões de cima para baixo, ou seja, do centro de Brasília para o periférico que é o Pará, quando definiu a área como prioridade nacional, não se interessou em envolver o local na discussão. Modificou órgãos públicos, criou novas repartições que contribuíssem para os seus anseios, trocou dirigentes, ministros, presidentes, tudo isso imbuído de viabilizar a obra de Belo Monte.

Do outro lado via, estão aqueles que não foram consultados para dar aval a construção de um empreendimento desse porte em sua vizinhança.

Certamente, essa decisão traçou um caminho controverso, o que dificultou o calendário de execução e operação de Belo Monte. Além de reunir um grupo de insatisfeitos, que se sentiram alijados ao processo, e representando interesses diversos ao proposto pelo grupo dominante que devido ao poderio econômico e político tinham mais influência, tinham o desejo de barrar a construção e o consequente impacto ambiental e social que tal empreendimento traria para a região.

Os defensores da ordem, da legalidade protetores dos direitos difusos, tais como o Ministério Público, Organismos Internacionais, OAB e Defensoria Pública, apontaram as incoerências e a não observância de procedimentos legais no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

A legislação brasileira define a praxe e os procedimentos para que uma obra desse porte ocorra. São necessárias audiências públicas, leilão de concessão e, a partir da escolha do construtor, uma série de obrigações específicas. Como a identificação das externalidades (efeitos do empreendimento sobre terceiros), o compromisso de mitigação dos impactos socioambientais, o cumprimento de condicionantes para dar início à construção. Além dos investimentos em logística e infraestrutura, que ultrapassam o escopo do projeto, interferindo na vida e na paisagem de comunidades locais.

Tal rito segura o avanço, em parte, dos anseios de grupos dominantes. Tirar os projetos do papel, exige profundos estudos de viabilidade e de impacto ambiental, como também um longo e nem sempre tranquilo rito de referendo legal e aceitação social.

O grupo que representa a minoria, sob o ponto de vista de poderio econômico e político, que são os Movimentos sociais, Organismos Internacionais, Movimento indigenista, Movimento ambientalista, especialistas, cientistas, antropólogos, sociólogos, indígenas, indigenistas,

população tradicional, universidades, que tentaram fazer valer a legislação brasileira e os tratados internacionais, nos quais o Brasil é signatário, para assegurar o seu direito a voz no processo.

A instituição financeira também foi muito importante para que, depois de 30 anos de espera, a construção de Belo Monte fosse viabilizada pelo financiamento público do BNDES, que bancou cerca de 80% da obra bilionária com dinheiro público.

Uma vez que não tinha mais como retornar ao *status quo ante*, ou seja, era fato consumado que seria construída Belo Monte, atores como o governo estadual e as prefeituras municipais dos atingidos diretamente e indiretamente pela barragem se uniram para monitorar e fazer cumprir as condicionantes impostas pelo órgão licenciador da obra. A intenção era fazer com que os resultados de todo esse impacto social e ambiental pudesse trazer progresso e infraestrutura para a região, atendendo as necessidades básicas, somadas as necessidades novas que viriam com a construção de Belo Monte.

De qualquer maneira, o resultado disso tudo, que pôde ser observado com o passar dos anos, e especificamente nos dias atuais, é que Belo Monte foi construída e está em operação.

Bom, quem estudou a temática ao longo dos anos, não deixou de se surpreender com o deslinde do processo de viabilização de Belo. Isso muito em virtude da análise de documentos de especialistas como o Painel de Especialista que lançou um relatório sobre o Estudo de Impacto Ambiental da obra de Belo Monte apontando todas as incoerências e lacunas que não foram supridas posteriormente, e que mesmo assim, o documento incompleto serviu de base para a concessão de licença prévia parcial, instituto esse que nem mesmo existe na legislação brasileira, ou seja, licença com ressalvas por falta de informação sobre os impactos que são gerados com a viabilização da UHE de Belo.

Além dos descumprimentos dos preceitos por parte do grupo dominante, de não ter escutado os interesses da comunidade indígena atingida pela barragem, de não ter cumprido as condicionantes para obter as licenças ambientais e como consequência do descumprimento ter impactado o modo de vida de populações tradicionais e ter promovido o etnocídio de povos indígenas pela alteração de sua cultura, de modo de vida e, também, em virtude da barragem e da escassez do Rio Xingu ou alagamento de áreas, ocorreu a falta de acesso aos recursos alimentícios e qualidade da água potável para a própria subsistência. Belo Monte, de forma singular, causou inundação à montante da barragem e seca à jusante⁷⁷.

⁷⁷ Procurador da República Felício Pontes Jr. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contra-belo-monte.html>. Acessado em 21/06/2017.

Na TAR, todos gozam de mesma importância na complexa rede de atores humanos e não-humanos que atuam num cenário de maneira híbrida, perceber-se em rede, conectando natureza e sociedade, para uma rede de relações e trocas de toda ordem envolvendo a UHE de Belo Monte.

Percebe-se que a Teoria Ator-Rede é de cunho sociológico que admite o conhecimento como resultado da interação social de atores humanos e não-humanos, permitindo-se enxergar que atores como organizações, pessoas e procedimentos encontram-se em contínua interdependência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a TAR, a investigação sobre a UHE de Belo Monte, fundamenta-se não apenas no mapeamento das intenções políticas e econômicas para viabilizar a usina, mas sobretudo, no direcionamento do olhar para as associações que se estabelecem entre os actantes, intermediários e inscrições. Nesse sentido tentou-se elaborar um esquema por meio da tabela acima apresentada, para facilitar a identificação das características dos grupos de interesse nas estruturas dos elementos presentes na viabilização da UHE de Belo Monte.

O que foi apresentado até então nesse trabalho, estaria acabado nesse capítulo se não fossem os fatos recentes deflagrados pela Operação Lava a Jato, no qual será apresentado no capítulo 3 a seguir.

3 A ANÁLISE DA UHE BELO MONTE E OS OUTROS PROPÓSITOS

No capítulo anterior falou-se sobre o enquadramento dos atores envolvidos na viabilização da UHE de Belo Monte distribuídos e classificados nas categorias apresentadas pela Teoria Ator-Rede.

Como Latour e Law sustentam que uma rede de atores é dinâmica e sua tradução se modifica com a inserção de fatos novos, e nesse sentido, cabe ao capítulo 3 explicar sobre as notícias atuais dos indícios de um esquema de corrupção sistêmica e profunda que assola o Brasil, seguido das informações sobre as relações espúrias entre o poder público e o setor privado, no qual está completamente englobado o cenário de viabilização da UHE Belo Monte.

E hoje o diagnóstico é claro: a corrupção tornou-se o modo pelo qual a atividade política no Brasil é financiada. Para buscar esses recursos todos os meios são utilizados, desde o desvio de bens públicos até as sofisticadas fraudes em licitações, como as descobertas na Petrobras e no empreendimento de Belo Monte. (LIMA, 2017)

Essa desenfreada busca de cada político e de cada partido de se capitalizar ilicitamente gera um custo para a sociedade. É um imposto que vem embutido em cada transação que fazemos, pois, o valor dos impostos arrecadados pelos entes públicos em parte é embolsado pelos corruptos por meio dos mais diversos expedientes. Assim, cada contrato público também é canibalizado, pois a ausência de projetos, a falta de efetiva concorrência entre fornecedores e outras práticas nefastas são incentivadas com o objetivo de facilitar a arrecadação da propina. (LIMA, 2017)

A corrupção no sistema governamental brasileiro infectou os propósitos das empresas estatais e o relacionamento entre o governo e a iniciativa privada, onde se misturam os interesses públicos com os privados.

Diante desse quadro caótico em que os brasileiros vivenciam os dias atuais, são questionáveis as intenções governamentais sob o ponto de vista da eficiência na administração da coisa pública e o envolvimento do setor privado voltados à projetos prioritários de desenvolvimento "sustentável" do país, para o qual, este se torna o meio que justifica a real causa e interesse para que a UHE Belo Monte passe a existir.

Não obstante, esse capítulo propõe-se demonstrar que a partir da análise feita sob a ótica da TAR, o debate em torno da UHE Belo Monte ultrapassa as barreiras do conflito entre Desenvolvimento Econômico e Preservação/Conservação do Meio Ambiente, e chega ao pano

de fundo, deflagrando informações que viabilizaram a UHE Belo Monte.

O governo escolhe algumas empresas – as campeãs nacionais. Franqueia facilidades a essas empresas. Em geral, contratos milionários com estatais ou empréstimos camaradas de bancos do governo. Parte do dinheiro, invariavelmente, sai do Tesouro – do contribuinte. Em troca, as campeãs nacionais financiam as campanhas do governo, que assim se perpetuam no poder.⁷⁸

De fato, Belo Monte foi para honrar acordos e arranjos feitos para pagamento de propina a agentes governamentais, parlamentares, partidos políticos e financiar campanhas eleitorais. Tais alegações, são objeto de investigação que já foi iniciada por meio de processo judicial que se originou na famosa, e, hoje encarada como paradigma em apuração de esquemas de corrupção sistêmica no Brasil, a chamada “Operação Lava Jato”. E, devido à complexidade envolvendo o setor elétrico, foi desmembrada em processo investigatório próprio, que poderá no futuro próximo, se transformar em algo igual ou maior que o Petrolão, já merecendo o apelido oportuno de Eletrolão.

O Governo do PT, com o Presidente Lula e depois com a Dilma, levou a cabo a construção da UHE Belo Monte, sendo esse, parte de um projeto estadista de construção de hidrelétricas na Amazônia a partir de demandas de geração de energia limpas desde 1975.

Com o advento da investigação do Mensalão (governo Lula) e a sequência com o Petrolão da operação Lava a Jato (governo Dilma) e até Impeachment da Dilma, sabe-se que o PT, que estava no comando do país a cerca de 13 anos, foi se mantendo devido o financiamento de apoios políticos, votos no congresso e no judiciário, além de bancar campanhas eleitorais por meio de propina disfarçada de doações oficiais feitas por grandes empreiteiras como a Odebrecht, Camargo Correia, OAS, Andrade Gutierrez, que foram as mesmas interessadas pela construção da UHE Belo Monte.

Tais empresas que já foram condenadas em primeira instância por crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa entre outros. A crise no setor é tamanha, que os presidentes e diretores dessas grandes empresas estão presos em virtude da Operação Lava a Jato, além de diversos políticos com e sem foro privilegiado, que estão sendo investigados e outros já se encontram condenados e presos.

Em cinco frases, pode-se resumir assim o capitalismo de estado da era PT-PMDB. A academia americana já tem um nome para esse fenômeno: *crony capitalism* – em português, capitalismo de compadrio. Acrescentando-se a essa fórmula a vasta circulação de propinas,

⁷⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 09/09/2017.

talvez os historiadores do futuro resumam a era Lula-Dilma-Temer em três palavras: capitalismo de compadrio corrupto.⁷⁹

Há que se pensar, que, para o surgimento da UHE Belo Monte, muitas negociações tiveram que ocorrer para que ela saísse do papel. Ou seja, leis, tratados, resoluções foram descumpridos, podemos falar que houve também o descumprimento de dispositivo constitucional.

Foram também editadas novas Leis, Decretos e Medidas Provisórias e orquestradas para que viabilizasse o projeto de construção da UHE na Amazônia Brasileira. Instrumentos utilizados em Estado de Exceção estão mais presentes do que nunca, como a Suspensão de Segurança para Writ, denegando liminar sob a defesa do Interesse Público Econômico solapando qualquer outro direito, isso, para todas as ações pleiteadas pelo Ministério Público Federal que advoga em defesa dos direitos difusos, coletivos e das minorias.

A Amazônia corresponde a uma região importante estrategicamente para o país, pois possui uma riqueza incalculável de biodiversidade e abundantes recursos naturais, possuindo uma população diversa e ímpar, com tradições, culturas e diversidade de povos da cidade e da floresta, é uma área extensa, que precisa ser preservada e utilizada racionalmente e de forma equilibrada, senão as perdas serão proporcionalmente incalculáveis.

Segundo Instituto Socioambiental, tudo indicava, que a Presidência da República empurraria a obra goela abaixo da sociedade, mesmo sem saber se era viável. A autorização dada pela Funai foi feita sem consulta aos povos indígenas e sem saber o que aconteceria com eles, já era um claro sinal de interferência política no processo técnico de avaliação de impactos. Com a licença prévia caminhou pelo mesmo rumo.⁸⁰

Como prova do que se quer alegar sobre a verdade por trás da Belo Monte, tem-se o mecanismo das delações premiadas e depoimentos interrogatórios feitos no âmbito da Operação Lava Jato, que irão auxiliar ao leitor chegar a uma conclusão juntamente com a autora

3.1 Depoimentos e Delações Premiadas

1) Delcídio do Amaral ex senador - Delação premiada dentro da Operação Lava Jato

Delcídio do Amaral foi preso por tentar atrapalhar as investigações da polícia na Operação Lava Jato, além de ter sido cassado o seu mandato de Senador Federal na comissão de ética.

⁷⁹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 09/09/2017.

⁸⁰ Informação disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3029>. Acesso em 20/06/2017.

Junto à Procuradoria Geral da República, Delcídio do Amaral ex-líder do governo Dilma Rousseff no Senado, se comprometeu em colaborar com a justiça e firmou acordo de delação premiada, que o Supremo Tribunal Federal (STF) a homologou em 15 de março de 2016. Na delação, Delcídio narra inúmeras acusações de corrupção, propina e irregularidades. Um dos pontos da delação diz respeito a usina hidrelétrica de Belo Monte.⁸¹

Segundo Delcídio, as irregularidades começam no leilão da usina, em 2010. Três dias antes do leilão, as grandes empreiteiras que pretendiam tocar a obra, como a Andrade Gutierrez, decidiram abandonar o certame. Com medo do fracasso no leilão, o governo mobilizou empresas de médio porte que formaram um consórcio e apresentaram uma proposta. Foi a única proposta recebida e esse consórcio venceu o leilão. Poucos meses depois, as empreiteiras que tinham abandonado a proposta entraram para o consórcio como sócios e, na prática, passaram a controlar a obra. A leitura de Delcídio é que as empresas de médio porte não tinham condições de tocar a obra, e as grandes que desistiram da obra o fizeram para tentar influenciar o governo para aumentar seus lucros.⁸²

A segunda irregularidade aparece nos contratos de equipamentos para a usina. Segundo Delcídio, dois grupos disputavam os contratos para fornecer equipamentos para Belo Monte - um deles formado por empresas chinesas, outro por empresas nacionais. A delação diz que uma intervenção feita por Silas Rondeau, Erenice Guerra e Antonio Palocci resolveu a disputa a favor das empresas nacionais.⁸³

Desses contratos, foram retiradas propinas para o PT e para o PMDB, pois acredita-se que a contratação de equipamentos girou em torno de R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões de contribuições ilícitas para as campanhas do PMDB e do PT. Segundo Delcídio, o valor do PT foi destinado para campanha eleitoral da presidente Dilma, e o do PMDB para o "grupo do Sarney", que tem vários nomes do PMDB, incluindo o senador José Sarney e o a época ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. A denúncia diz que quem pagou a propina foi a empreiteira Andrade Gutierrez.⁸⁴

2) Luiz Carlos Martins, funcionário da empreiteira Camargo Corrêa – Depoimento à Polícia Federal e Delação Premiada dentro da Operação Lava Jato

Luiz Carlos Martins afirmou em depoimento que houve propina ao senador Edison

⁸¹ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/03/corruptao-nas-obras-de-belo-monte-segundo-delacao-de-delcidio.html>. Acesso em 20/06/2017.

⁸² Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/03/corruptao-nas-obras-de-belo-monte-segundo-delacao-de-delcidio.html>. Acesso em 20/06/2017.

⁸³ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/03/corruptao-nas-obras-de-belo-monte-segundo-delacao-de-delcidio.html>. Acesso em 20/06/2017.

⁸⁴ Informação disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2016/03/corruptao-nas-obras-de-belo-monte-segundo-delacao-de-delcidio.html>. Acesso em 20/06/2017.

Lobão (PMDB-MA), nas obras da Usina de Belo Monte. O executivo prestou declarações à Polícia Federal, em Brasília, no fim de março de 2016, e reiterou tudo o que disse em sua delação premiada. No depoimento, detalhou a operacionalização dos pagamentos a Lobão, que teriam ocorrido em 2011, e envolveu a empresa AP Energy Engenharia e Montagem LTDA. Lobão, na ocasião, era ministro de Minas e Energia do governo Dilma Rousseff. O caminho utilizado para fazer o dinheiro chegar ao destinatário, o então ministro de Minas e Energia Edison Lobão, foi mencionado em reunião do Conselho-Diretor do CCBM (Consórcio Construtor Belo Monte); que, especificamente, recorda-se que foram cogitados vários caminhos, sendo que um deles envolvia Luiz Fernando Silva, que teria sido Secretário Estadual no Maranhão e que teria vínculos com o então ministro Lobão.⁸⁵

3) Dalton Avancini, ex-presidente da Camargo Corrêa - Delação premiada dentro da Operação Lava Jato

O depoimento de Dalton Avancini é extremamente importante para mostrar como foi realizada por outras vias a viabilização da UHE Belo Monte, pois apontou a falta de empresas capazes e sem experiência no ramo de energia para compor a concorrência, e que incrivelmente ganharam o leilão, com a apresentação de estudos de impacto falhos quanto a uma obra de um porte gigantesco, como Belo Monte. Então vejamos:

No depoimento do dia 14 de março de 2015, Dalton Avancini afirmou em delação premiada que construtora acertou pagamento de R\$ 20 milhões ao PMDB e agentes públicos da Eletronorte, onde trabalhava Adhemar Palocci, irmão do ex-ministro Antônio Palocci, nas obras da Usina de Belo Monte.⁸⁶

O delator explicou que Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez entraram no projeto de Belo Monte como construtora e não como titulares da concessão. Iniciou-se então a negociação para o ingresso dessas três empresas. Elas teriam que atuar em conjunto com o grupo formado para vencer o leilão de concessão de Belo Monte, que tinha entre elas a OAS e a Queiroz Galvão. Esse processo liderado pela Andrade Gutierrez, a qual foi alçada a essa condição pelo próprio governo. Ao todo, eram 10 empresas participantes dessa sociedade para execução das obras, segundo Dalton Avancini. Quando do ingresso da Camargo, Odebrecht e Andrade Gutierrez nesse consórcio construtivo, segundo informado por Luiz Camargo Martins, então diretor da área de Energia da Camargo, houve um compromisso de que haveria uma contribuição na ordem de 1% do valor do empreendimento para o PMDB. A contribuição seria feita pelas empreiteiras de maneira proporcional a participação de cada uma na obra. A Camargo detinha

⁸⁵ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-cogitou-comprar-r-1-mi-em-suco-para-maquiar-propina-a-lobao/> Acesso em 20/06/2017.

⁸⁶ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/executivo-de-empreiteira-aponta-envolvimento-de-irmao-de-palocci-em-propina/>. Acesso em 20/06/2017.

cerca de 15% da participação junto a obra o que resultaria em uma ‘contribuição’ na ordem de R\$ 20 milhões o que deveria ser pago ao longo do empreendimento. O interlocutor do então diretor de Energia da Camargo Corrêa seria Flávio David Barra, da Andrade Gutierrez. O nome do executivo surge pela primeira vez nos autos da Lava Jato.⁸⁷

Dalton Avancini disse que havia interesses no empreendimento de Belo Monte, que foi dividido em duas etapas: o leilão de concessão da usina e a realização da obra. Nesse leilão, a Camargo participou de um consórcio com a Odebrecht existindo um outro consórcio em que a Andrade Gutierrez fazia parte sendo que os dois grupos se associaram com outras empresas, inclusive estatais.⁸⁸

O executivo explicou que para o projeto foram formadas SPEs (sociedades de propósito específico), uma delas tinha a Camargo Corrêa como parceira da Odebrecht. A partir do cálculo do investimento a ser implementado e a tarifa-tero estipulada pelo governo, verificou-se que o negócio não seria economicamente viável, resolvendo a SPE composta pela Camargo e pela Odebrecht em não participar do negócio. Após o comunicado, Avancini disse que houve “uma reação por parte do governo, o qual tomou a iniciativa de formar um outro grupo para competir com aquele do qual fazia parte a Andrade Gutierrez”. O executivo disse acreditar que a decisão governamental foi para evitar questionamentos quanto a falta de competitividade. Tal iniciativa do governo soou estranha ao mercado, considerando se tratar de uma área bastante complexa de atuação, sendo reunidas a partir dessa iniciativa empresas de pequeno porte ou sem tradição no ramo de energia, afirmou Avancini. Causou surpresa o fato de que essas empresas não tinham estudado adequadamente o projeto tal como a Camargo e a Odebrecht e mesmo assim se aventuraram nessa empreitada, que tinha um orçamento próximo aos R\$ 18 bilhões.⁸⁹

Considerado um projeto mais complexo que a construção de refinarias, a obra da hidrelétrica foi vencida por essa nova SPE formada por empresas menores e duas maiores do cartel acusado de corrupção na Petrobrás, a OAS e a Queiroz Galvão. O grupo acabou oferecendo um desconto maior no leilão e ganhou a concorrência de concessão, em detrimento do grupo da Andrade Gutierrez, e, essa circunstância causou também estranheza, diante da falta de estudos quanto a uma obra de porte gigantesco, surgindo a impressão de que o governo pretendia dar uma ‘lição’ em grandes empresas Camargo e Odebrecht. O ex-vice-presidente contou que pouco tempo depois do resultado da concorrência iniciaram-se tratativas por parte do governo (principal acionista da SPE) quanto a participação da Camargo, da Andrade

⁸⁷ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/executivo-de-empreiteira-aponta-envolvimento-de-irmao-de-palocci-em-propina/>. Acesso em 20/06/2017.

⁸⁸ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/executivo-de-empreiteira-aponta-envolvimento-de-irmao-de-palocci-em-propina/>. Acesso em 20/06/2017.

⁸⁹ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/executivo-de-empreiteira-aponta-envolvimento-de-irmao-de-palocci-em-propina/>. Acesso em 20/06/2017.

Gutierrez e da Odebrecht na execução do projeto.⁹⁰

4) Otávio de Azevedo e Flavio Barra ex executivos da construtora Andrade Gutierrez

Paralelo a investigação da Operação Lava Jato, havia a investigação da cassação da chapa Dilma e Temer pelas acusações do recebimento de propina para as eleições presidenciais de 2014. Ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Flávio Barra disse que repassou R\$ 5,6 milhões ao senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia do governo Dilma, sobre as obras da Usina de Angra 3 e da Usina de Belo Monte.⁹¹

Especificamente sobre Belo Monte, Flavio Barra, em depoimento a Coordenação de Acórdãos e Resoluções – COARE da Corregedoria Eleitoral do TSE, disse que, Belo Monte foi um projeto em que a empresa tinha se envolvido há bastante tempo, um projeto, um empreendimento muito grande, muito complexo, e a AG se aliou à Camargo Corrêa e à Odebrecht para desenvolver os estudos - isso em 2004, 2005, também anterior a chegada de Flávio Barra na área de energia da empresa - e logo no início passa por inúmeras dificuldades no desenvolvimento desses estudos. Esse grupo convidou a Eletrobrás, que passou a fazer parte do desenvolvimento. Essa iniciativa foi bem-sucedida tanto que, ao final de 2009, os estudos foram concluídos, tanto os estudos de engenharia quanto os socioambientais de viabilidade do empreendimento e foi encaminhado para as aprovações nas instâncias devidas.⁹²

Em 2009, os representantes dessas três empresas privadas, à exceção da Eletrobrás, foram convidados para uma reunião em Brasília, no Ministério, e foi solicitado que esse grupo se separasse para que houvesse uma disputa, porque aquelas três empresas eram praticamente as empresas mais fortes e as únicas conhecendo o processo e, como o Governo pretendia lançar esse leilão no ano seguinte, em 2010, portanto no ano de eleições, teria que haver uma disputa, porque um projeto dessa magnitude, para um único grupo disputar, seria muito mal visto.⁹³

Os empresários entenderam o ponto de vista do Governo, apesar de não concordarem com a lógica, pela complexidade e pelo porte do projeto. Iam tomar as garantias de todas as empresas, enfim, era praticamente inviável uma só, mesmo sendo essas três as maiores do país à época, uma só assumir tamanho risco. Saindo dali as empresas tomaram as ações necessárias para a separação, mas sempre mantiveram um contato, considerando que o acordo seria válido

⁹⁰ Informação disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/executivo-de-empiteira-aponta-envolvimento-de-irmao-de-palocci-em-propina/>. Acesso em 20/06/2017.

⁹¹ Informação disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/flavio-barra-comandava-o-caixa-2-na-andrade-gutierrez-1.1416034>. Acesso em 20/06/2017.

⁹² Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflavioidavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹³ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflavioidavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

para após o leilão, ou seja, se um dos grupos em que aquelas três empresas estivesse, acomodaria, dentro do pacote de obras civis, as outras duas. Esse foi o acordado, face à impossibilidade da manutenção do grupo unido por essa demanda do Governo.⁹⁴

Veio o leilão... Bom, antes disso, cada um foi montar a sua estrutura, seu grupo. A Camargo se aliou à Odebrecht, tentaram viabilizar um grupo, que não se viabilizou, ao final, a dias do leilão, efetivamente, esse grupo desistiu de competir e o grupo em que a AG participava na época, conseguiu se viabilizar com outros *players* e chegaram ao leilão e apresentaram proposta.⁹⁵

Sem concorrência, o governo constituiu um grupo às pressas, um grupo que não tinha condições, tanto que ele foi todo transformado, sendo que os participantes iniciais desse grupo foram substituídos por outros - basicamente, os que estavam no grupo que a AG havia estruturado -, e eles venceram o leilão.⁹⁶

Disputa ilícita – Flávio Barra disse que não sabia. Após essa vitória, o grupo vencedor constatou que não teriam como sequer buscar os financiamentos e prestar as garantias para que o empreendimento fosse viabilizado. E começaram a percorrer aí as demais empresas com capacidade. E a AG foi chamada novamente para participar, na condição de construtor.⁹⁷

Flávio Barra disse que a AG apresentou o estudo técnico, sem uma proposta comercial a princípio, para esse grupo que venceu, comandado na época pela Eletrobrás. E, a partir dali eles se interessaram pelo que foi apresentado, pela logística, pela técnica, pelo projeto; por tudo que havia sido pensado. E convidaram a AG para participar da apresentação de propostas comerciais para se efetivar dentro da concessão que haviam ganhado, para se efetivar a contratação das obras civis.⁹⁸

Houve uma concorrência entre a AG, um grupo formado pela Camargo Corrêa e Odebrecht, que era, basicamente, o grupo que havia desistido, e o terceiro grupo que concorreu era um grupo de construtoras menores, com a participação de Queiroz Galvão e OAS, e era um grupo de quase oito... sete empresas, acredito.⁹⁹

⁹⁴ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹⁵ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹⁶ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹⁷ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹⁸ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

⁹⁹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

E esse grupo também participou dessa tomada de preços - tomada de preços privada, porque o ente que ganhou a concessão no leilão, a Norte Energia, é um ente privado. E, ao final, a AG tinha um preço bastante competitivo, uma solução técnica que foi a adotada, no final das contas. A AG foi convidada para liderar o processo e teria uma participação levemente diferenciada em relação aos demais.¹⁰⁰

Nesse momento, Otávio Azevedo, que era o presidente da holding do grupo, foi chamado para uma reunião com o ex-Ministro Antonio Palocci, pedindo uma contribuição, porque aquele projeto era bastante importante e que essa contribuição teria como finalidade destinar 1 %, sendo 0,5% ao PT e 0,5% ao PMDB, já a partir daquele ano de 2010. E que essa condição precisaria ser repassada aos demais, porque, ao invés de haver um só ganhador nessa tomada de preços que a Norte Energia fez, seria composta uma solução com a participação de todos.¹⁰¹

Então, a AG ficou com 18%, Camargo e Odebrecht ficaram com 16% cada uma e os demais com participações aí até completar os 50% restantes. A condição do pagamento de propina, que o Otávio trouxe ao conhecimento de Flávio Barra, o mesmo, repassou para os demais. Foi feita uma reunião fechada entre as dez empresas e foi colocado que essa era uma condição para a participação na obra. E todas as empresas aceitaram, sem se comprometer com valores, àquela época, 2010, até porque o contrato só veio a se efetivar em 2011.¹⁰²

Daí nasceu, então, o compromisso de se destinar 1 % do valor - a obra era uma obra bastante grande, da ordem de quatorze bilhões na época, só as obras civis -, e este valor seria destinado *pari passu* com o andamento das obras. Foi feito um pedido. Especificamente, no caso de Flávio Barra, o Ministro de Minas e Energia, Edson Lobão fez um pedido para que fosse antecipado alguma coisa para as eleições de 2010.¹⁰³

Já no depoimento de Otávio de Azevedo, ex-presidente do Grupo Andrade Gutierrez mencionou que, a companhia pagava ao Partido dos Trabalhadores (PT) 1% de todos os contratos que fechava com o governo federal. Segundo ele, isso começou a acontecer a partir de 2008, após uma reunião com o então presidente da legenda, Ricardo Berzoini.¹⁰⁴

A reunião, conforme Azevedo, aconteceu em São Paulo, e teve a participação de

¹⁰⁰ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

¹⁰¹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

¹⁰² Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

¹⁰³ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2016/10/audienciaflaviodavidbarra.pdf>. Acesso: 20/06/2017.

¹⁰⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pt-recebia-1-dos-contratos-diz-ex-presidente-da-andrade-gutierrez.html>. Acesso em: 20/06/2017.

Berzoini, Ferreira e de João Vaccari, que mais tarde assumiria a tesouraria do PT. A posição colocada pelo Ricardo Berzoini foi de que a AG era grande parceira do governo, e que tinha uma participação muito importante nos projetos do governo e que eles pediam uma colaboração eleitoral de 1% de todos os projetos federais que a Andrade estaria executando e que já tinha executado, de 2003 para a frente, projetos inclusive até já terminados. E também dos projetos já futuros.¹⁰⁵

Ainda de acordo com Azevedo, a única obra da qual Vaccari foi incisivo ao fazer uma cobrança foi a da Usina de Belo Monte. Primeiro porque era muito dinheiro, segundo porque estava fora do acordo do Berzoini. Belo Monte era uma empresa privada, não estava no acordo. Porém, como foi feito um entendimento à parte sobre Belo Monte e o Vaccari era o cobrador também, então ele vinha cobrando Belo Monte também.¹⁰⁶

No caso da usina, Azevedo diz que a propina foi dividida ao PT e ao PMDB. Foi 1% do contrato, dos quais 0,5% ao PT e 0,5% ao PMDB, afirmou, sem detalhar como foram feitos os repasses.¹⁰⁷

Flávio Barra relatou que existiam dois interlocutores principais em relação as propinas, Edison Lobão pelo PMDB e o ex-tesoureiro João Vaccari pelo PT, mas que manteve contato ainda com o senador Romero Jucá (PMDB-RR) que foi pago por meio de contratos fictícios de consultoria prestada pelo Banco BVA à Andrade Gutierrez.¹⁰⁸

Em depoimentos, Otávio de Azevedo e Flávio Barra disseram que a empreiteira e outras empresas responsáveis pela construção da usina de Belo Monte fizeram um acordo para abastecer com R\$ 150 milhões as campanhas do PT e do PMDB em 2010, 2012 e 2014 (isso somente sendo a parte da AG). Entre as campanhas citadas está a de Dilma Rousseff. O dinheiro seria liberado gradativamente, conforme o andamento das obras.¹⁰⁹

Azevedo e Barra disseram que os R\$ 150 milhões de propina corresponderiam a 1% do valor total da obra. Pelo acerto, os valores seriam destinados em partes iguais ao PT e ao PMDB. Cada um dos dois principais partidos da base governista ficou com R\$ 75 milhões.¹¹⁰

¹⁰⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pt-recebia-1-dos-contratos-diz-ex-presidente-da-andrade-gutierrez.html>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pt-recebia-1-dos-contratos-diz-ex-presidente-da-andrade-gutierrez.html>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁰⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pt-recebia-1-dos-contratos-diz-ex-presidente-da-andrade-gutierrez.html>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/flavio-barra-comandava-o-caixa-2-na-andrade-gutierrez-1.1416034>. Acesso em 20/06/2017.

¹⁰⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

¹¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

Segundo Barra, o consórcio para a construção de Belo Monte foi formado, na época, por 11 empresas. Além da Andrade, participaram do negócio Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Galvão Engenharia, Mendes Júnior, Serveng-Civilsan, Contern Construções, Cetenco Engenharia, J. Malucelli e Gaia Energia. Cada empresa deveria contribuir com a propina na proporção do tamanho de seus contratos nas obras públicas.¹¹¹

Nos depoimentos, os executivos citaram os ex-ministros da Casa Civil Antonio Palocci e Erenice Guerra; o senador Edison Lobão (PMDB-MA), ex-ministro de Minas e Energia; e o ex-deputado Delfim Netto (PP-SP). Palocci e Erenice teriam ajudado na formação do consórcio de empresas que participou do leilão para as obras de Belo Monte em 2010. A licitação foi vencida por um consórcio de 8 empresas, mas depois, por acordo com o governo, foi reforçado com a entrada de mais três empreiteiras: Andrade Gutierrez, Odebrecht e Camargo Corrêa.¹¹²

Delfim Netto articulou o consórcio das empresas, em troca, teria recebido R\$ 15 milhões da Andrade Gutierrez. A propina foi repassada por meio de um contrato entre a empreiteira e um sobrinho de Delfim. O grupo concorrente era formado por empresas de pequeno porte, sem experiência no setor e se necessário conhecimento do projeto Belo Monte, e que, soube mais tarde, ter sido estrutura com a ajuda de Delfim Netto e José Carlos Bumlai, de forma que era absolutamente previsível que não conseguiriam preparar um estudo adequado para participar do leilão e muito menos que tivessem qualquer capacidade técnica ou estrutura econômica para executar o projeto com tamanha estrutura. Assim acreditava-se que tal consórcio seria mesmo apenas figurante, que não tinha condição de ‘ficar de pé’, de acordo com Azevedo.¹¹³

O Ministro Lobão, representante do PMDB, estava em total sintonia e alinhamento com o ex Ministro Antonio Palocci, e cobrou R\$ 600 mil só na parte inicial dos entendimentos para que a obra de Belo Monte saísse. E de fato, a propina foi paga em espécie, para o PMDB, na forma de doação legal, mas visando cumprir com o compromisso.¹¹⁴

5) Emílio Odebrecht

Para contextualizar o depoimento de Emílio Odebrecht no âmbito da Operação Lava Jato e ter um ponto de interlocução com Belo Monte, torna-se necessário entender o contexto da negociação do grupo Odebrecht com o Presidente Lula para favorecer os interesses de

¹¹¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

¹¹² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

¹¹³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

¹¹⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/delacoes-da-andrade-gutierrez-ligam-propina-de-petrobras-belo-monte-campanhas-de-dilma-19035886#ixzz4rw7w5hPo>

participação nas grandes obras do PAC.

Emílio Odebrecht narra em depoimento com usou de influência para a realização da obra da hidrelétrica de Santo Antônio e em seguida com Belo Monte.

Emílio Odebrecht recorda-se que a tarifa proposta pelo consórcio investidor liderado pela Odebrecht no leilão de Santo Antônio exigia um esforço extraordinário tanto para o consórcio investidor quanto para o construtor, no sentido de antecipar os cronogramas de implementação do empreendimento e, por consequência, o fornecimento de energia. Nesse contexto, era importantíssimo que não ocorressem atrasos nas liberações das licenças ambientais e nos desembolsos do financiamento, que, no caso, seria feito pelo BNDES.¹¹⁵

Em ao menos uma ocasião, Emílio Odebrecht encontrou-se com o então presidente Lula para solicitar que não houvesse atraso na contratação e no desembolso no financiamento de Santo Antônio junto ao BNDES, o que poderia comprometer seriamente o cronograma do empreendimento e sua viabilidade econômico-financeira para o consórcio investidor. Da mesma forma, pediu especial apoio para que não houvesse atraso na concessão de licenças ambientais, que também poderiam acarretar no atraso do apertado cronograma. Lula chegou, inclusive, a verbalizar parte da insatisfação da Odebrecht com a famosa frase: “Agora não pode por causa do bagre. Jogaram o bagre no colo do presidente. O que eu tenho com isso?”¹¹⁶

O “caso dos bagres” se refere a uma disputa política dentro do governo em 2007. Na época, a então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, embasada por parecer técnico do Ibama, justificou não conceder a licença ambiental para a Usina de Santo Antônio por causa dos impactos nos peixes no Rio Madeira. O depoimento aparece no inquérito 6.779, Termo de Compromisso nº 7.¹¹⁷

Além dos favores do governo, o grupo também buscou a ajudinha da oposição. Marcelo Odebrecht e o delator Henrique Valladares relataram o pagamento de R\$ 3 milhões para Aécio Neves (PSDB), então governador de Minas Gerais, para que o PSDB defendesse os interesses da empreiteira no Congresso. Durante o desenvolvimento do projeto da Usina de Santo Antônio, e, posteriormente, na disputa de Belo Monte, Marcelo Odebrecht teve encontros com Aécio Neves para tratar especificamente sobre o tema. Valladares contou a mesma história. O grupo Odebrecht tinha a expectativa que, na condição de representante da oposição ao governo federal, o então governador Aécio Neves poderia estimular a atuação vigilante do PSDB no Congresso,

¹¹⁵ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidretricas-da-amazonia.html>

¹¹⁶ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidretricas-da-amazonia.html>

¹¹⁷ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidretricas-da-amazonia.html>

com vista de assegurar a lisura por parte do governo federal nos processos de Santo Antônio e Jirau.¹¹⁸

A derrota da Odebrecht no leilão de Jirau fez a empresa criar um esquema de guerra para tentar reverter o resultado, chamado, em algumas delações, de “Projeto Madeira”. Esse projeto envolvia o pagamento de caixa dois para congressistas e ministros.¹¹⁹

6) Marcelo Odebrecht – Depoimento à Justiça Eleitoral e delação premiada

Em depoimento à Justiça Eleitoral, Marcelo Odebrecht falou sobre projetos em que a empreiteira embarcou mesmo sem querer, só para ficar perto dos poderosos de Brasília. Um deles foi o consórcio para a construção da Usina de Belo Monte, no Pará. Marcelo narrou um encontro entre ele, seu pai, Emílio Odebrecht, Lula e Erenice Guerra – assessora de Dilma que dava as cartas no setor elétrico – para conversar sobre o assunto.

Em seu depoimento ao juiz Sergio Moro, Marcelo Odebrecht afirmou que era contra a hidrelétrica de Belo Monte e que teria até se desentendido com seu pai, Emílio Odebrecht, sobre o assunto. A polêmica sobre o leilão da usina, feito em 2010, e o desenho final do consórcio responsável pela construção, no entanto, indicam apetite da empreiteira pelo projeto, segundo fontes do setor. Apesar de ter desistido de participar do leilão às vésperas do certame, a Odebrecht integra o grupo de construtoras responsáveis pela obra.¹²⁰

Na delação, Marcelo Odebrecht, disse ser contrário à obra e dizia ter uma relação meio complicada com o presidente Lula porque muitas vezes discordava do seu posicionamento. Exemplo típico foi Belo Monte e a Arena Corinthians, dois projetos que Marcelo foi contra, e aí Lula acabava recorrendo ao pai como última instância.¹²¹

Segundo fontes do setor, Odebrecht e Camargo Corrêa, que se uniriam em um consórcio para disputar a usina, pressionavam o governo para subir o preço teto da tarifa. O Planalto não cedeu. A menos de 15 dias da licitação, a dupla de empreiteiras desistiu do negócio, irritando o então presidente Lula, e deixando o consórcio liderado pela Andrade Gutierrez como o único candidato.¹²²

O governo, então, formou um consórcio às pressas, o Norte Energia, liderado pela

¹¹⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

¹¹⁹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

¹²⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-so-fez-belo-monte-itaquero-por-pedido-de-lula-emilio-21279782#ixzz4sRNBU2h2>. Acesso em 20/06/2017.

¹²¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-so-fez-belo-monte-itaquero-por-pedido-de-lula-emilio-21279782#ixzz4sRNBU2h2>. Acesso em 20/06/2017.

¹²² Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-so-fez-belo-monte-itaquero-por-pedido-de-lula-emilio-21279782#ixzz4sRNBU2h2>. Acesso em 20/06/2017.

Chesf, subsidiária da Eletrobrás. Ao lado da estatal estava a Queiroz Galvão, o grupo Bertin e várias pequenas empreiteiras, que acabariam sendo substituídas mais tarde. Queiroz Galvão e Bertin também deixaram a sociedade. Odebrecht e Camargo Corrêa voltariam à cena como integrantes do consórcio construtor, ao lado da Andrade Gutierrez, que perdera o leilão, e outras construtoras.¹²³

De acordo com o ex-presidente da construtora, em 2014 a Odebrecht doou, no total, R\$ 200 milhões. O valor engloba as doações a todas as campanhas. Deste montante, R\$ 120 milhões foi em “caixa 1” das empresas do grupo Odebrecht – ou seja, declarados à Justiça Eleitoral. O restante foi dividido entre doações oficiais feitas por outras empresas a pedido da Odebrecht – como a cervejaria Itaipava – e doações por caixa 2.¹²⁴

7) Henrique Valladares ex-vice-presidente Odebrecht

Segundo Henrique Valladares, a derrota da Odebrecht no leilão de Jirau fez a empresa criar um esquema de guerra para tentar reverter o resultado, chamado, em algumas delações, de “Projeto Madeira”. Esse projeto envolvia o pagamento de caixa dois para congressistas e ministros.¹²⁵

De acordo com Valladares, a empresa fez um pagamento para o então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, especificamente para tentar mudar o resultado do leilão. “Em meados de 2008, em alinhamento com Marcelo Odebrecht, acordei o pagamento com o então ministro de Minas e Energia Edison Lobão de R\$ 5,5 milhões para que o mesmo atuasse em defesa dos nossos legítimos interesses, com os quais manifestava sua plena compreensão e concordância, embora encontrasse resistência no gabinete da Casa Civil e no próprio ministério, no sentido de reverter o resultado do leilão da Usina de Jirau, ante as graves irregularidades da proposta adjudicada à Suez”, disse.¹²⁶

Ainda em 2008 Valladares disse que acertou um pagamento de R\$ 50 milhões com o deputado Eduardo Cunha para que vários congressistas atuassem pelos interesses da empreiteira. Segundo a delação, os políticos beneficiados foram o próprio Cunha, Arlindo Chinaglia, Romero Jucá e Sandro Mabel.¹²⁷

¹²³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-so-fez-belo-monte-itaquero-por-pedido-de-lula-emilio-21279782#ixzz4sRNBU2h2>. Acesso em 20/06/2017.

¹²⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/odebrecht-so-fez-belo-monte-itaquero-por-pedido-de-lula-emilio-21279782#ixzz4sRNBU2h2>. Acesso em 20/06/2017.

¹²⁵ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

¹²⁶ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

¹²⁷ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

O “Projeto Madeira” não teve êxito, e a disputa entre a Odebrecht e Suez continua até hoje, na Justiça. O depoimento de Valladares está no inquérito 4.384.¹²⁸

8) Augusto Roque Fernandes executivo da Odebrecht

Augusto Roque Fernandes afirmou que Luiz Otávio Campos reclamava de atrasos nos pagamentos ao PMDB, fazendo referência explícita ao faturamento que a Odebrecht estava conseguindo graças a Belo Monte. E disse que teve com ele uma nova reunião para acertar a forma de pagamento. Ao chegar ao encontro em um apartamento em Ipanema, no Rio de Janeiro, Fernandes diz que foi avisado por Luiz Otávio: “Fica tranquilo, porque aqui não tem câmeras”. Na ocasião, acertaram que os pagamentos seriam feitos via caixa dois, mediante remessas de R\$ 500 mil entregues alternadamente em endereços em São Paulo e no Rio de Janeiro indicados pelo próprio peemedebista. Luiz Otávio, segundo Augusto, recebeu a senha para retirar os pagamentos.¹²⁹

9) Depoimento Luiz Otávio Campos, Secretário de Portos à Polícia Federal

Luiz Otávio Campos era o arrecadador de recursos designado para o caso de Belo Monte. De acordo com o padrão apurado pela Operação Lava Jato, o PMDB do Senado, nas operações relativas a Belo Monte, costuma levar 0,5% dos contratos de propina – no caso seriam 0,5% sobre R\$ 25 bilhões.¹³⁰

Luiz Otávio Campos disse que foi enviado com a tarefa de indicar candidatos a ser beneficiados com a parcela do PMDB. Afirmou que indicou Helder Barbalho, então candidato ao governo do Pará, filho do senador Jader Barbalho e hoje ministro da Integração Nacional, como um dos destinatários do dinheiro do “compromisso político” referente a Belo Monte. Assim como Helder, os outros dois escolhidos, segundo Luiz Otávio, eram filhos de senadores poderosos: Renan Filho, candidato ao governo de Alagoas e filho do então presidente do Senado, Renan Calheiros, e “provavelmente” Lobão Filho, candidato ao governo do Maranhão e filho do então ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.¹³¹

Os investigadores da Polícia Federal produziram um relatório no qual afirmam que o dinheiro de Belo Monte chegou indiretamente à campanha de Helder ao governo do Pará em 2014. De acordo com a Polícia Federal, o Diretório Nacional do PMDB recebeu R\$ 127 milhões,

¹²⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/04/o-que-delacoes-da-odebrecht-dizem-sobre-corrupcao-nas-hidreletricas-da-amazonia.html>

¹²⁹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/pf-rastreia-propina-de-belo-monte-ministro-helder-barbalho.html>. Acesso em: 06/09/2017

¹³⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/pf-rastreia-propina-de-belo-monte-ministro-helder-barbalho.html>. Acesso em: 06/09/2017

¹³¹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/pf-rastreia-propina-de-belo-monte-ministro-helder-barbalho.html>. Acesso em: 06/09/2017

a título de doação eleitoral, dos participantes do Consórcio Construtor de Belo Monte, nos pleitos de 2010/2012/2014. Especificamente em 2014, o Diretório Nacional do PMDB foi abastecido com R\$ 50 milhões das empreiteiras de Belo Monte e, segundo a PF, repassou R\$ 1,5 milhão a Helder. Outros R\$ 8,2 milhões vieram do Diretório paraense do PMDB.¹³²

Luiz Otávio não usa o termo propina quando fala da reunião; prefere “doações”. Mas para os investigadores e para os empreiteiros não há dúvidas de que se tratava de um pedágio ilegal cobrado pelo PMDB para não atrapalhar a liberação de recursos públicos. “Esse pedido de doação estava nitidamente relacionado ao ‘compromisso político’ que havia no contexto das obras de Belo Monte”, afirma Luiz Carlos Martins, delator da Camargo Corrêa.¹³³

10) Antônio Palocci ex-ministro da Casa Civil

Em depoimento no dia 06/09/2017, O ex-ministro Antônio Palocci incriminou o ex-presidente Lula em ação sobre propinas da Odebrecht. Palocci prestou depoimento perante o juiz federal Sérgio Moro, em Curitiba, base da Operação Lava Jato. Nesta ação, Lula é acusado de corrupção passiva e lavagem de dinheiro sobre contratos entre a Odebrecht e a Petrobras.

Um encontro foi durante a troca de governo, com a eleição da ex-presidente Dilma Rousseff. Segundo ele, havia preocupação da Odebrecht de que a nova presidente não tratasse o grupo com os mesmos privilégios. “Para comprar a boa vontade do novo governo, sobretudo a partir da influência do ex-presidente Lula na presidente Dilma, a empresa Odebrecht por intermédio de Emílio Odebrecht, propõe ao presidente Lula um pacote de vantagens indevidas: composto pela compra do terreno do Instituto Lula, pela compra do sítio em Atibaia e pela disponibilização de R\$ 300 milhões de vantagens indevidas para utilização em campanhas ou para fins partidários ou pessoais. Para manter essa relação fluida entre a empresa Odebrecht e o governo do PT.”¹³⁴

3.2 Desdobramento para o Eletrolão

Conhecendo o cenário das delações premiadas e depoimentos prestados em juízo pôde-se tomar conhecimento do que se tratava Belo Monte, e diante de tantas denúncias e irregularidades, obrigatoriamente surgiram alguns desdobramentos, como será visto a seguir:

a) SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ex-ministro do STF e antigo relator da Lava Jato, Teori Zavascki, morto em janeiro

¹³² Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/pf-rastreia-propina-de-belo-monte-ministro-helder-barbalho.html>. Acesso em: 06/09/2017

¹³³ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/pf-rastreia-propina-de-belo-monte-ministro-helder-barbalho.html>. Acesso em: 06/09/2017

¹³⁴ Disponível em:

de 2017, havia separado investigações sobre corrupção no setor elétrico, o chamado "eletrolão", da operação original, que apura fraudes na Petrobras. O inquérito sobre Belo Monte já estava sob relatoria de Fachin antes mesmo de ele suceder a Zavascki como relator da Lava Jato.¹³⁵ Atualmente o eletrolão tramita na Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Em maio de 2016, o STF autorizou abertura de inquérito para investigar Edison Lobão por desvios na obra de Belo Monte. À época do pagamento das supostas propinas ele era ministro de Minas e Energia.¹³⁶

Em junho, foi aberto inquérito, pelo mesmo motivo, para investigar os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL), Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jader Barbalho (PMDB-PA),¹³⁷ e que ainda não foram concluídos.

Essas investigações serviram de base para a Operação Leviatã. Todos são suspeitos pela prática de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, por suposto recebimento de propina em contratos da obra.¹³⁸ A investigação das suspeitas de pagamento de propina na construção da hidrelétrica de Belo Monte foi autorizada por Fachin com base na delação premiada de Luiz Carlos Martins, funcionário da empreiteira Camargo Corrêa, dentro da Operação Lava Jato.¹³⁹

b) PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

O procurador-geral ressaltou ao Supremo que Luiz Carlos Martins apontou somente Edison Lobão como beneficiário de vantagens indevidas, mas que Delcídio mencionou outros supostos destinatários da propina.

As suspeitas sobre Calheiros, Jucá, Raupp e Barbalho surgiram nos relatos feitos pelo senador cassado Delcídio do Amaral (sem partido-MS) no acordo de delação premiada assinado por ele.¹⁴⁰

A delação premiada dos executivos da Andrade Gutierrez aponta pagamento de cerca de R\$ 150 milhões em propina na obra da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O valor é referente a um acerto de 1% sobre contratos. O dinheiro teria como destino o PT e o PMDB e agentes públicos ligados às legendas.¹⁴¹

¹³⁵ Disponível em:

¹³⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/02/ex-senador-nega-envolvimento-em-esquema-de-propina-em-belo-monte.html>. Acesso 20/06/2017.

¹³⁷ Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2017/02/ex-senador-nega-envolvimento-em-esquema-de-propina-em-belo-monte.html>. Acesso 20/06/2017.

¹³⁸ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/stf-abre-inquerito-sobre-renan-juca-raupp-e-jader-barbalho.html>. Acesso 20/06/2017.

¹³⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/stf-abre-inquerito-sobre-renan-juca-raupp-e-jader-barbalho.html>. Acesso 20/06/2017.

¹⁴⁰ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/06/stf-abre-inquerito-sobre-renan-juca-raupp-e-jader-barbalho.html>. Acesso 20/06/2017.

¹⁴¹ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delacao-de-andrade-gutierrez-confirma-r>

A delação de executivos da Camargo Corrêa já havia apontado propina de 1% na Usina de Belo Monte. A partir dessas revelações, a Lava Jato obteve confirmação da Andrade Gutierrez, que liderava do ‘consórcio da propina’.

O Flavio David Barra, da Andrade Gutierrez, foi um dos principais interlocutores das empresas do consórcio na formação desse pool para pagamento de propina. As obras de Belo Monte foram divididas em duas etapas: o leilão de concessão para operação da usina e a realização das obras.¹⁴²

A delação dos executivos da Andrade, entre eles seu presidente afastado Otávio Marques de Azevedo, foi homologada pelo ministro Teori Zavascki, do Supremo Tribunal Federal (STF). A colaboração premiada da Andrade detalha ainda o papel do irmão do ex-ministro Antonio Palocci, Adhemar Palocci Filho, conhecido como Palocinho, no recebimento dessa propina.¹⁴³

Os delatores confirmaram os termos que estão sendo montados o repasse de doações oficiais que teriam ocultado valores de propina, inclusive para campanha da presidente Dilma Rousseff. Otávio Marques de Azevedo é o terceiro empreiteiro a confirmar à Lava Jato que repasses oficiais e legais para partidos e políticos serviam para lavar dinheiro desviado de obras públicas. Ricardo Pessoa, dono da UTC Engenharia, e Augusto Mendonça, do grupo Setal, já haviam confessado em suas delações a prática.¹⁴⁴

c) TRIBUNAL DE CONTAS

O Tribunal de Contas da União iniciou, como consequência da Operação Lava-Jato, auditoria para verificar se houve conluio no leilão da usina de Belo Monte, em abril de 2010.¹⁴⁵

O Tribunal de Contas da União apura e solicita explicações dos responsáveis por parte da Eletrobrás sobre o superfaturamento de pelo menos R\$ 3,2 bilhões identificado no contrato de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, assinado em 2011 com as empreiteiras.¹⁴⁶

d) TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Investiga o pagamento de propina revestidos de caixa 1, ou seja, as doações de recursos oficialmente recebidos, declarados e aprovados pela justiça eleitoral para os partidos políticos e

150-milhoes-de-propina-em-belo-monte/. Acessado em: 20/06/2017.

¹⁴² Op. Cit.

¹⁴³ Op. Cit.

¹⁴⁴ Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delacao-de-andrade-gutierrez-confirma-r-150-milhoes-de-propina-em-belo-monte/>. Acessado em: 20/06/2017.

¹⁴⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/filho-de-lobao-esta-entre-os-avos-de-acao-da-pf-por-desvios-em-belo-monte-20934988#ixzz4s6U8FZ4t>

¹⁴⁶ Disponível em: <https://www.abdib.org.br/noticias-do-dia/noticias-do-dia/tcu-quer-ouvir-eletrobras-no-caso-belo-monte>. Acessado em: 20/06/2017.

recebimento de caixa 2 (recurso não contabilizado) financiando a chapa presidencial Dilma/Temer.

Vários depoimentos foram tomados em paralelo a operação Lava Jato e a justiça eleitoral teve acesso as delações premiadas firmadas com a Procuradoria Geral da República no que diz respeito às delações que falam sobre o financiamento das eleições, em particular para presidente em 2014.

e) POLÍCIA FEDERAL - OPERAÇÃO LEVIATÃ

A Operação Leviatã se baseia em provas coletadas na Operação Lava Jato, e por isso, foi criada para investigar um suposto esquema de desvio de recursos das obras de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o pagamento de propina a partidos políticos. Confirmando os interesses escusos, a Polícia Federal deflagrou a operação Leviatã¹⁴⁷, para cumprir mandados de busca e apreensão nas casas e escritórios de pessoas investigadas por propina na construção da UHE Belo Monte.

Os agentes da Polícia Federal cumpriram mandados de busca e apreensão em imóveis em Belém - PA, pertencentes a Márcio Lobão. A investigação corre em segredo de Justiça, mas, segundo a PF, o nome de Márcio Lobão aparece na delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado. De acordo com os depoimentos, as empresas que participam do consórcio responsável pela construção de Belo Monte pagavam aos envolvidos 1% do valor dos contratos a título de propina.¹⁴⁸

Entre os alvos da operação, segundo a Polícia Federal, estão o ex-senador pelo PMDB do Pará Luiz Otávio e o filho do senador Edison Lobão (PMDB-MA), Márcio Lobão. Os mandados da Leviatã foram expedidos pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal - STF. As buscas estão relacionadas a um inquérito que corre no STF para investigar pagamento, por parte das empresas do consórcio de Belo Monte, de 1% dos valores das obras da usina ao PT e ao PMDB.¹⁴⁹

A Leviatã focou a parte do esquema que repassava dinheiro para o PMDB porque a parte do PT, por não envolver pessoas com foro privilegiado, tramitava na Justiça Federal do

¹⁴⁷ Segundo a PF, o nome da operação faz referência à obra O Leviatã. Nela, o filósofo político Thomas Hobbes afirmou que o “homem é o lobo do homem”, comparando o Estado a um ser humano artificial criado para sua própria defesa e proteção, pois se continuasse vivendo em Estado de Natureza, guiado apenas por seus instintos, não alcançaria a paz social., mas tem a ver também por mirar no ex ministro de Minas e Energia Edson Lobão. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-02/operacao-leviata-apura-pagamento-de-propina-nas-obras-da-usina-de-belo>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁴⁸ Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias/filho-de-senador-do-maranhao-e-alvo-de-operacao-que-que-investiga-propina-em-belo-monte>

¹⁴⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/lava-jato-cumpre-mandados-de-busca-e-apreensao-no-df-rj-e-pa.ghtml>. Acessado em: 20/06/2017.

Paraná, e agora está com o juiz Marcelo Bretas na Justiça Federal do Rio de Janeiro.¹⁵⁰

Márcio Lobão é presidente da Brasilcap cerca de 10 anos, e atualmente encontra-se licenciado para se defender nos processos ao qual se tornou réu. A Brasilcap é uma empresa do grupo Banco do Brasil que atua no mercado de capitalização.¹⁵¹

Criador do ‘milagre econômico’ da ditadura militar e conselheiro econômico do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Delfim Netto teve que explicar à força-tarefa da Lava Jato qual sua participação em Belo Monte e porque recebeu valores referentes ao negócio. Pelo menos quatro delatores apontaram propinas nas obras da usina, pagas por um consórcio de empreiteiras como a Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, Engevix, entre outras – todas acusadas de corrupção na Petrobrás.¹⁵²

Segundo a Polícia Federal, os investigados da Leviatã responderão pelos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

f) JUSTIÇA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Ainda não se tem muitas condenações no caso do propinoduto de Belo Monte, mais pode se observar algum posicionamento do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio de Janeiro, em relação a dois ex-executivos do grupo Andrade Gutierrez condenados em um processo do eletrolão.

Flavio Barra foi condenado pelo juiz Marcelo Bretas na Operação Lava Jato e, junto com o ex-presidente da empreiteira Andrade Gutierrez, Otávio Marques de Azevedo, teve um acordo de delação homologado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki, que morreu em janeiro deste ano.¹⁵³

Otávio Azevedo, ex-presidente do grupo Andrade Gutierrez, recebeu pena que inicialmente era de 18 anos de prisão, foi diminuída em função do acordo de delação premiada assinado pelo réu. A sentença do juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal do Rio, é definitiva e encerra o processo, porque o Ministério Público Federal e o ex-executivo desistiram de recorrer. O juiz Marcelo Bretas determinou que Azevedo cumpra pena de prisão domiciliar por um ano, usando tornozeleira eletrônica. Depois, Azevedo ficará em regime semiaberto pelo prazo de 10 meses e em regime aberto durante dois anos, período em que prestará serviços à comunidade a serem determinados pelo juiz.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Op. Cit.

¹⁵¹ Op. cit.

¹⁵² Op.Cit

¹⁵³ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2017-02-16/andrade-gutierrez.html>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁵⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/lava-jato-juiz-do-rio-divulga-primeira-condenacao-definitiva->

g) ACORDOS DE LENIÊNCIA

Ainda há os acordos de leniência que foram firmados com as empresas envolvidas nos escândalos de Belo Monte, entre outros praticados pelo ‘cartel das empreiteiras’.

A Andrade Gutierrez também já reconheceu a culpa pelas irregularidades apontadas nos processos aos quais os funcionários respondem na Justiça. A empreiteira firmou um acordo de leniência com diversas autoridades e se comprometeu a pagar multa civil de R\$ 1 bilhão, parcelada em 10 vezes. A empresa afirma, por meio de nota oficial, que tem compromisso de colaborar com a Justiça. “A Andrade Gutierrez mantém o compromisso de colaborar com a Justiça. Além disto, tem feito propostas concretas para dar mais transparência e eficiência nas relações entre setores público e privado.”¹⁵⁵

Outras empresas investigadas na Operação Lava Jato tentam ou já fecharam acordo de leniência. A construtora Camargo Corrêa, por exemplo, firmou acordo com o Ministério Público Federal (MPF) para a devolução de R\$ 700 milhões.¹⁵⁶

H) INVESTIGADOS, ACUSADOS, DELATADOS E RÉUS

São investigados: Senador Renan Calheiros, Senador Romero Jucá, Senador Jader Barbalho, Senador Valdir Raupp, Senador Edson Lobão, Márcio Lobão, Renan Filho, Helder Barbalho, Aécio Neves, Senador José Sarney, Delfin Neto, Antonio Palocci, Erenice Guerra, Ricardo Berzoini Dilma Rousseff, Luis Inácio Lula da Silva, Michel Temer.

A fatídica lista do Ministro Fachin contempla mais de 77 políticos ligados aos esquemas de corrupção que estão sendo investigados. Baseado nas delações de ex-executivos da Odebrecht, Edson Fachin, ministro do STF, autorizou as investigações de mais de 70 políticos de alto escalão e implodiu Brasília.

Luiz Edson Fachin, ministro do STF e relator da Operação Lava Jato, autorizou na terça-feira de 11 de abril de 2017 a Procuradoria-Geral da República (PGR) a investigar oito ministros de Michel Temer, três governadores, 24 senadores e 39 deputados, entre outros políticos. ‘A lista de Fachin’, como ficou conhecida, se baseia nas delações de ex-executivos da Odebrecht.¹⁵⁷

Os senadores apontados exerceram um arco de influência amplo no governo como no

20142256#ixzz4sWrxbfRe. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁵⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/07/pt-recebia-1-dos-contratos-diz-ex-presidente-da-andrade-gutierrez.html>. Acesso: 08/09/2017.

¹⁵⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/11/andrade-gutierrez-fecha-acordo-e-deve-pagar-multa-de-r-1-bilhao.html>. Acesso em: 08/09/2017.

¹⁵⁷ Disponível em: <http://epoca.globo.com/tudo-sobre/noticia/2017/04/lista-de-fachin.html>. Acesso em: 20/06/2017.

MME, Eletrosul, Eletronorte, diretorias de abastecimento e internacional Petrobrás, Jirau e Belo Monte.

O ex-ministro Antônio Palocci coordenou esses pagamentos ao PT destinado à campanha da Dilma e em outras campanhas eleitorais. E o coordenador do PMDB era Silas Rondeau que destinou propina ao grupo de Sarney Lobão, Jucá e Raupp e Jader.¹⁵⁸

A delação também de Luiz Carlos Martins ligado a Construtora Camargo Corrêa, que narrou com detalhes a ocorrência sistêmica de pagamentos de propina decorrente dos citados contratos a agentes políticos facilitadores das negociações e contratações da usina.

Considerações finais

Muito foi mostrado nesse capítulo, principalmente a verdade por trás de Belo Monte. O ‘porquê’ ela era de interesse nacional ser viabilizada. É de dar nó na garganta ler e escrever sobre esse assunto. Então vejamos:

O governo escolhe algumas empresas – as campeãs nacionais. Franqueia facilidades a essas empresas. Em geral, contratos milionários com estatais ou empréstimos camaradas de bancos do governo. Parte do dinheiro, invariavelmente, sai do Tesouro – do contribuinte. Em troca, as campeãs nacionais financiam as campanhas do governo, que assim se perpetua no poder. Em cinco frases, pode-se resumir assim o capitalismo de estado da era PT-PMDB. A academia americana já tem um nome para esse fenômeno: *crony capitalism* – em português, capitalismo de compadrio. Acrescentando-se a essa fórmula a vasta circulação de propinas, talvez os historiadores do futuro resumam a era Lula-Dilma-Temer em três palavras: *capitalismo de compadrio corrupto*.¹⁵⁹

Nos primeiros anos, parecia que o governo Lula seria lembrado pelos historiadores como um ciclo modernizador. De um lado, preservava as conquistas do período anterior – estabilidade da moeda e responsabilidade fiscal. De outro, aperfeiçoava aquilo a que, na era Fernando Henrique, se chamava de “rede de proteção social”, tornando-a mais eficiente e mais focada. Tudo isso respeitando a democracia tão duramente conquistada. O que o filósofo Renato Janine Ribeiro definiu como o tripé modernizador do Brasil – democracia, inclusão social, estabilidade econômica – parecia um consenso nacional.¹⁶⁰

Em algum momento do segundo governo Lula começou o retrocesso. Talvez tenha

¹⁵⁸ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781569-stf-abre-inquerito-para-investigar-propina-de-belo-monte-a-renan-e-juca.shtml>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁵⁹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 08/09/2017.

¹⁶⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 08/09/2017.

sido, como sugeriu o ministro Antonio Palocci em seu depoimento esclarecedor na quarta-feira (06/09/2017), na descoberta do pré-sal. O governo viu aí a oportunidade de gerar dinheiro não apenas para melhorar a situação social do país, mas também para se perpetuar no poder. A troca de favores entre poderosos, tão típica do Brasil antigo, voltou a ser prática corrente. As malas de dinheiro encontradas no apartamento de Geddel Vieira Lima (R\$ 51 milhões) – que ocupou cargos de confiança nos governos Lula, Dilma e Temer – são imagem simbólica do capitalismo de compadrio corrupto.¹⁶¹

O Petrolão pode não ter sido a denominação mais feliz, pois serviu de justificativa para o STF dizer que se tratava de um esquema na Petrobras, e tirar do Juiz Sérgio Moro qualquer roubalheira ocorrida fora da estatal. Segundo a Andrade Gutierrez, o esquema existia em qualquer obra do governo. O PAC, por exemplo, movimentou de início meio trilhão de reais. Se de fato havia essa norma de propina de 1%, o PT pode ter surrupiado mais de R\$ 5 bilhões em propina. Um dia o brasileiro saberá o total.¹⁶²

A República atual possui muitos problemas de gestão, e um desafio para o exercício da democracia é como melhorá-la com esse congresso que se tem. Qualquer alteração em leis tem que passar pelo congresso. Todos têm interesse de permanecer o "*status quo*" com um poder executivo dependente de um congresso fragmentado e de um único princípio: ficar no poder a qualquer custo e exaurir os recursos públicos para a perpetuação do poder e enriquecimento pessoal e para as suas próximas gerações.

Poucas vezes as entranhas de tal sistema ficaram tão expostas quanto na Semana da Pátria (07/09/2017), em que os nomes das campeãs nacionais de corrupção – Odebrecht e JBS – voltaram às manchetes. Como o país pode se livrar dessa cultura perniciosa? A Operação Lava Jato, que pela primeira vez na história brasileira processa e pune os grandes corruptos, é um começo. Mas não se trata apenas de um caso de polícia. É preciso acabar com os mecanismos que possibilitam o capitalismo de compadrio corrupto.¹⁶³

O governo não pode ter tantos instrumentos para fazer escambo com empresas, nem tanta facilidade para burlar pareceres técnicos. Menos campeões nacionais e mais foco na inclusão social com estabilidade econômica. Menos empresas estatais, menos bancos estatais, menos bolsa-empresário – e mais educação, saúde e segurança para os cidadãos.¹⁶⁴ Esse poderia ser um bom tema de debate para a campanha presidencial do ano de 2018, além de respeitar os

¹⁶¹ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 08/09/2017.

¹⁶² Disponível em: <http://www.implicitante.org/editor/blog/so-de-belo-monte-o-pt-teria-levado-ao-menos-r-150-milhoes-em-propina/>. Acesso em: 08/09/2017.

¹⁶³ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 08/09/2017

¹⁶⁴ Disponível em: <http://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/09/campeas-nacionais-de-corrupcao.html>. Acesso em: 08/09/2017

direitos individuais duramente conquistados no Brasil, deve-se respeitar a cultura tradicional do ‘povo da floresta’ e do ‘povo das águas’, os povos indígenas, manter as florestas em pé e os rios saudáveis, buscar o verdadeiro propósito e sentido para o desenvolvimento sustentável para o país, sem que o custo seja acabar com a Amazônia.

4 O AGENCIAMENTO DE ATORES SOCIAIS PARA VIABILIZAR A UHE BELO MONTE

Este capítulo tem como objetivo evidenciar o posicionamento dos atores sociais envolvidos na rede, discriminando quais são eles e em que grupos são/estão pertencentes, permitindo, assim, demonstrar o agenciamento e as articulações políticas para a viabilização da UHE Belo Monte.

Sabe-se que Belo Monte, conforme foi demonstrado ao longo do trabalho, possuía defensores de sua viabilização, mais também, haviam seus opositores, e todos trabalharam em rede, dentro de suas estruturas para que seus interesses prevalecessem. As estruturas de cada agente social chamamos de agência, pois possuem infraestrutura para desenvolverem suas atividades fins, contando com funcionários, sistemas operacionais, meios de comunicação entre outros recursos capazes de traduzir as suas ambições. Por isso, a utilizou-se da interpretação sobre o agenciamento de entes em busca de seus interesses. Conforme veremos a seguir:

4.1 O agenciamento do Poder Executivo

O projeto de Belo Monte sofreu inúmeras interferências e remodelações do governo federal. A presença do governo federal está em todas as etapas do projeto da UHE Belo Monte. Desde os primeiros estudos, realizados ainda na década de 1970, até a liberação do projeto pelo IBAMA, no início do ano de 2011, o que proporcionou o início das obras na região do Alto Xingu. (WISNIEWSKI 2012)

O governo federal possuía uma meta para incrementar o sistema brasileiro de geração de energia elétrica, até o ano de 2030, "O Plano Nacional de Energia 2030 (PNE 2030)¹⁶⁵. E Belo Monte estava dentro desta perspectiva a longo prazo. Além de ser a obra mais vultuosa do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Diante de seus interesses o governo federal não mediu esforço para viabilizar Belo Monte. Utilizou de toda a máquina pública para levar a cabo seus anseios.

Para as relações aparentes, envolveu na disputa pelas etapas de viabilização de Belo Monte a Esplanada dos Ministérios, ou seja, Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente, Eletronorte, Eletrobrás, Ibama, Funai, Advocacia Geral da União.

a) Ministério de Minas e Energia

¹⁶⁵ O chamado Plano Nacional de Energia - PNE 2030 constitui o primeiro plano que abarca a totalidade do quadro energético nacional, num horizonte de longo prazo. Esse documento, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética, destaca-se pela abrangente indicação da magnitude dos problemas a serem enfrentados nas duas próximas décadas e constitui referência para novas discussões sobre as oportunidades e desafios apresentados pelo setor de energia, bem como para a identificação das medidas que, preventiva e corretivamente, devam ser tomadas a partir de agora para assegurar o equacionamento do balanço energético, nesse período. (WISNIEWSKI, 2012)

Inicialmente comandado por Dilma Rousseff, no governo de Lula, que defendia as obras do PAC e mirava em Belo Monte, depois passou a ser o Ministro Edson Lobão, que conforme foi demonstrado ao longo do trabalho, cobrou propina para agilizar o processo de viabilização de Belo, além de atuar no Congresso Nacional em conluio com outros parlamentares da bancada do PMDB. Pediu a cabeça de dirigentes do Ibama para poder aprovar o licenciamento da obra, assim foram feitas mudanças importantes na estrutura do órgão licenciador da obra de Belo Monte.

b) Ministério do Meio Ambiente

Inicialmente o Ministério do Meio Ambiente era conduzido por Marina Silva, no governo de Lula, que levou a cabo as obras das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau¹⁶⁶ e estava sendo pressionada a liberar Belo Monte. Tal pressão fez com que Marina Silva pedisse demissão do cargo de ministra. Em seu lugar assumiu Carlos Minc que estava empenhado em conceder a licença para Belo Monte, então fez trocas no órgão vinculado a sua estrutura, Ibama, para que ocorresse o cenário propício para a concessão da licença. Depois assumiu Izabela Teixeira, 100% fechamento com a atual presidente Dilma Rousseff

c) Casa Civil

Depois que Dilma Rousseff passou a ser ministra chefe da casa civil, muito em virtude no seu desempenho em realizar as obras previstas no PAC durante seu mandato como Ministra de Minas e Energia, mostrando uma suposta competência para os brasileiros e governistas. Outra situação importante a ser frisada, foram os escândalos do Mensalão, no qual fez cair Zé Dirceu que era ministro da Casa Civil, braço direito do governo Lula. Somadas as oportunidades, Dilma foi promovida por Lula. Conhecida na Esplanada por um perfil bruto, tecnicista e de difícil trato, Dilma atropelaria qualquer um que atravessasse seu caminho e seus interesses. A disputa entre Marina Silva e Dilma eram públicas, e por isso, Marina Silva se retirou do caminho de Dilma, já que a pauta ambientalista não tinha vez na agenda do governo.

A dupla Dilma e Lula trocaram ministros e presidentes da agenda ambiental da esplanada até que fosse concedida a licença ambiental para UHE Belo Monte.

d) Funai

Na fase de licenciamento da obra da UHE Belo, a Funai, emitiu parecer favorável a construção, seus interesses não foram claros, mais o contexto mostra a pressão em que os órgãos envolvidos na viabilização de Belo Monte estavam sofrendo por parte do governo federal e

¹⁶⁶ Essas usinas têm problemas iguais ou piores que Belo Monte, com esquemas de corrupção também deflagradas na operação Lava Jato.

aliados políticos.

Em 2009, a Funai estabeleceu a proteção das Terras Indígenas como condição para que a hidrelétrica pudesse ser considerada viável, e que o plano de trabalho previsto para execução dessas ações deveria ser implementado logo após a assinatura do contrato de concessão da obra, entre a União e Norte Energia, em agosto de 2010.

Segundo Santos (2010), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade governamental dotada de capacidade administrativa; emitiu o Parecer Técnico nº 21, em 30/09/2009, atestando pela viabilidade do empreendimento de Belo Monte, mesmo diante da constatação da repulsa manifesta dos indígenas, da “falta de estudos e informações complementares que permitam a completa avaliação dos impactos sobre os povos indígenas [...] e da necessidade de consulta adequada aos povos afetados”. (SANTOS, 2010) Ao lado disso, estabeleceu algumas condicionantes:

1) que se defina uma vazão mínima (“hidrograma ecológico”) a ser liberada no trecho do rio Xingu situado entre a barragem e a casa de máquinas que garanta a sobrevivência dos peixes e quelônios e a navegabilidade das embarcações dos povos indígenas que ali vivem; 2) que sejam apresentados estudos sobre os impactos previstos no Rio Bacajá, na beira do qual vive o povo Xikrin, que possivelmente sofrerá graves alterações mas que não foi estudado no EIA; 3) que haja "a garantia de que os impactos decorrentes da pressão antrópica sobre as terras indígenas serão devidamente controlados". (SANTOS, 2010)

De acordo com o Plano Emergencial que consta as condicionantes para o empreendimento, no caso dos indígenas, estava previsto o fortalecimento da Funai, para que o órgão pudesse acompanhar o processo de impacto e as ações mitigadoras. Em vez disso, a Funai passou por um processo de enfraquecimento, articulado também no Congresso, pela bancada ruralista, que continua até hoje. (SANTOS, 2010)

A sua inoperância, ocasionou a construção de casas em aldeias de recém contato sem a supervisão da FUNAI, e o Ministério Público questionou como a Funai permitiu isso, como por exemplo: com os Parakanã também são índios de recente contato, que não ficavam nas casas, ficavam num canto da aldeia. Nos Araweté, que também foram construídas casas, e a aldeia estava cheia de trabalhadores, e ‘aquelas meninas andando nuas’, segundo Thais Santi procuradora do Ministério Público Federal. Os pedreiros ouvindo música naqueles radinhos de celular. A Funai não estava acompanhando as obras, não sabia quem estava na aldeia nem de onde tinha vindo aquele projeto de casa. A Funai tinha que acompanhar os programas e ela não

estava acompanhando. Estava previsto o fortalecimento da Funai e aconteceu foi o contrário.¹⁶⁷

No Plano de Proteção Territorial estava prevista uma espécie de orquestra para proteger as terras indígenas. Haveria 32 bases, em locais estratégicos, já que proteger o território é condição para proteger os indígenas. Esse plano é uma das condicionantes mais importantes de Belo Monte. Na verdade, Belo Monte seria impensável sem a proteção dos territórios indígenas. E protegeria também as unidades de conservação, freando o desmatamento, porque teria ali Polícia Federal, Ibama, ICMBio, Funai, todos juntos. E isso com previsão de contratação de 120 funcionários para atuar nessa proteção. E isso tinha que anteceder a obra. Em 2011 vem o pedido de Licença de Instalação, já, e o plano não tinha começado. A Funai anuiu com a Licença de Instalação desde que o plano fosse implementado em 40 dias. E diz: “Enfatizamos que o descumprimento das condicionantes expressas nesse ofício implicará a suspensão compulsória da anuência da Funai para o licenciamento ambiental do empreendimento”.¹⁶⁸

No final de 2012, os indígenas cobraram a implementação desse plano em uma ocupação dos canteiros de obra, e ficou claro que sequer havia iniciado a construção das bases. A partir daí a Norte Energia passou a simplificar e reescrever o plano. A Funai não tinha força para cobrar a implantação da condicionante. O Ministério Público propôs uma ação no dia 19 de abril de 2013, Dia do Índio, para que cumprissem a condicionante.¹⁶⁹

Em 2015, a Informação Técnica 233/2015 preparada pela Funai em resposta ao pedido de Licença de Operação da UHE Belo Monte, conclui a respeito do cumprimento da condicionante da implementação do plano de proteção territorial que a condicionante não foi cumprida. Devendo-se aplicar sanções ao empreendedor, ao passo que a não resolução desta condicionante não permite uma manifestação conclusiva acerca da emissão da LO. Além disso, considerando os impactos já consolidados pela não execução da ação, é necessário que seja incorporado, no Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) do empreendimento, um programa de vigilância e monitoramento.¹⁷⁰

Em 2016, A Norte Energia entregou veículos e equipamentos para oito Unidades de Proteção Territorial (UPT's) para Fundação Nacional do Índio (Funai). São caminhonetes, motocicletas, embarcações a motor do tipo voadeira, equipamentos de sistema de posicionamento global (GPS), informática, comunicação e fotografia, móveis e utensílios para que os servidores do órgão realizem os trabalhos de proteção territorial – vigilância,

¹⁶⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html?rel=mas. Acesso em: 20/06/217.

¹⁶⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html?rel=mas. Acesso em: 20/06/217.

¹⁶⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/01/opinion/1417437633_930086.html?rel=mas. Acesso em: 20/06/217.

¹⁷⁰ Disponível em: <http://indicadoresdebelomonte.eco.br/metrics/325>. Acesso em: 20/06/217.

monitoramento e fiscalização das terras e áreas indígenas atendidas pelo Projeto Básico Ambiental – Componente Indígena (PBA-CI) do empreendimento.¹⁷¹

Em agosto de 2017, o Ministério Público Federal entrou com recurso na Justiça para pedir a suspensão da licença de instalação da hidrelétrica de Belo Monte, no sudoeste do Pará, até que sejam executadas ações de proteção das Terras Indígenas da região do médio rio Xingu. Assinado pelo procurador da República Patrick Menezes Colares, o recurso enviado à Justiça Federal na última sexta-feira (28), pede que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), em Brasília, reconheça a ineficácia da aprovação da Fundação Nacional do Índio (Funai) à licença de instalação da hidrelétrica. Conforme registra a sentença, a Norte Energia construiu apenas oito das 21 unidades de proteção previstas. Além disso, a empresa pediu que fosse liberada da exigência de contratar agentes para trabalhar nessas unidades.

e) IBAMA

O IBAMA, passou por muitas mudanças até chegar ao ponto de conceder a licença ambiental de Belo Monte. No período dos governos de Lula-Dilma-Temer, foram 11 presidentes¹⁷².

Como dito anteriormente nesse trabalho, a manobra de Lula e seu *staff* para acelerar os processos de licenciamento, principalmente as obras do PAC, na qual Belo Monte estava inserida, no ano de 2007, Lula decide dividir o Ibama enfraquecendo-o sob o ponto de vista de gestão do meio ambiente, resultando em dois, Ibama e Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, pois julgava que o Ibama se atinha muito às questões teóricas para a proteção da biodiversidade, com um preciosismo exagerado, e, isso era um dos motivos para os atrasos nas licenças e consequentemente nas obras, como por exemplo, o que Lula julgava ter acontecido nas licenças prévias para as Usinas de Jirau e Santo Antônio. E, portanto, para o Ibama, somente deveria se ater estritamente ao licenciamento. Existiam rumores que o Ibama se transformaria em uma agência de licenciamento ambiental, perdendo todo o resto de sua vocação por meio do desmembramento do órgão, pois já havia sido retirado a pesca (Ministério da Pesca), as Florestas (Serviço Florestal Brasileiro) e a biodiversidade (ICMBIO).

O Ibama em seu auge, chegou a ser a *top five* das logomarcas *top of mind* mundiais. Eram uma marca lembrada pela sua gestão e reconhecida mundialmente antes da era Lula. Seu desmembramento, sufocamento, morte por inanição é nítido ao longo desses últimos anos.

¹⁷¹ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/2017/03/22/norte-energia-equipa-funai-regional-para-protetger-terras-indigenas-do-medio-xingu/>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁷² Presidentes do Ibama: 03/04/2002 – Rômulo Melo (*in memoriam*), 03/01/2003 – Marcus Luiz Barroso Barros, 03/05/2007 – Bazileu Alves Margarido, 20/05/2008 – Roberto Messias Franco, 27/04/2010 – Aberlado Bayma, 12/01/2011 – Américo Tunes, 25/02/2011 – Curt Trennepohl, 24/05/2011 – Fernando Costa Marques, 17/05/2011 – Volney Zanardi Jr., 02/05/2015 – Marilene de O. Santos, e 01/02/2010 – Suely Araújo.

O presidente Roberto Messias concedeu as licenças de Santo Antônio, Jirau e Belo Monte e hoje foi preso e sofre processo por irregularidades na concessão das licenças de Santo Antônio, Jirau por não cumprirem as condicionantes do EIA/RIMA. Belo Monte ainda não foi apurado, mais essa sombra ainda paira sobre Roberto Messias e sua gestão.

Também ao refletir o desejo do governo, uma vez que é subordinado a este último, o IBAMA emitiu a Licença Prévia desconsiderando todas as lacunas e irregularidades apontadas pelo Painel de Especialistas e das várias Ações Cíveis Públicas interpostas pelo MPF. A par de tais considerações, essas atitudes demonstram a urgência do governo em implementar o projeto em questão. (SANTOS, 2010)

O próprio Rima reconhece que “mais da metade da área da bacia do rio Xingu é formada por terras indígenas e unidades de conservação”, o que contraria o artigo 231 da Carta Magna e seus parágrafos, uma vez que o aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas, inclusive no que tange ao potencial energético, somente pode ser efetivado com autorização do Congresso Nacional (SANTOS, 2010)

A Licença Prévia, que atestou a viabilidade ambiental do empreendimento na localidade proposta foi concedida em fevereiro de 2010 (Presidente Roberto Messias). A inovação em licenciamento de Licença de Instalação parcial para a construção dos canteiros pioneiros foi concedida em janeiro de 2011 (Presidente Américo Tunes). A Licença de Instalação com cedida em junho de 2011 (Presidente Volney Zanardi Jr.). A Licença de Operação concedida pelo Ibama à empresa Norte Energia em novembro de 2015 (Presidente Marilene de O. Santos). E, em abril de 2017 foi suspensa a Licença de Operação por decisão do Tribunal Regional da 1ª Região. Porém, a Norte Energia S/A, conseguiu na Justiça uma decisão que mantém os efeitos de sua licença de operação e, portanto, não precisará paralisar as operações em atendimento a uma ordem judicial anterior.¹⁷³

e) AGU

Sobre a AGU e sua atuação postulatória para a viabilização de Belo Monte, iniciou-se, antes do começo das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e, permanece até os dias de hoje. O Ministério Público Federal, indivíduos, associações e entidades de classe, no Estado do Pará já ingressaram e continuam ingressando com diversas Ações Cíveis Públicas, além de recursos contra decisões interlocutórias, visando impedir o prosseguimento do empreendimento. E, nesse contexto de ampla movimentação da máquina judicial, a Advocacia-Geral da União tem atuado ativamente na tentativa de sustar as iniciativas de paralisação das obras de construção da usina.

A AGU utilizou-se muito do instrumento de Suspensão de Liminar¹⁷⁴ e Antecipação

¹⁷³ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/negocios/belo-monte-nao-tera-geracao-suspensa-apos-decisao-favoravel/>. Acesso em: 20/06/2017.

¹⁷⁴ Instrumento esse que era utilizado na época de ditadura de Estado de Exceção no Brasil. O MPF Na liminar ele discorre em três páginas sobre o uso “abusivo” e “autoritário” do instrumento de suspensão de segurança, que permite

de Tutela (SLAT), ou Suspensão de Segurança, que é um instrumento judicial criado inicialmente pela Lei 4.348, de junho de 1964, em plena ditadura militar, e reeditada posteriormente pelas leis 8.437/92 (Lei de liminares contra o Poder Público) e 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança), para derrubar as liminares concedidas ao Ministério Público. Segundo esses diplomas legais, o Poder Público pode suspender liminares concedidas contra suas medidas caso o presidente do tribunal que julgará eventuais recursos entenda que a liminar judicial cause “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”.

A Advocacia Geral da União atua em parceria com suas unidades descentralizadas, as Procuradorias Federais Especializadas junto à Funai e ao Ibama, Procuradoria-Regional Federal da 1ª Região e Procuradoria Federal no Estado do Pará, utilizando de sua agência em diversos órgãos para formular a defesa ao empreendimento. Fato contraditório esse, pois em uma ação em que a FUNAI esteja solicitando o cumprimento da condicionante do componente indígena, e a consequência disso é a suspensão da licença do empreendimento, e do outro lado, encontre-se a procuradoria da Funai que é órgão vinculado à AGU peticionando contra a suspensão da licença do empreendimento privado, que no caso deveria advogar por si e não utilizar o aparato governamental e sua estrutura de advocacia para a sua defesa.

A AGU é o claro exemplo onde o público se confunde com o privado, não se sabe quem é governo quem é empresa privada. Pode se observar a atuação da AGU em diversos momentos para assegurar a viabilização e a blindagem de Belo Monte.

Em que pese as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte estejam em andamento, pelas informações colhidas das ações judiciais, o empreendimento restou suspenso/paralisado diversas vezes por força de decisões liminares, sendo que o seu prosseguimento só foi restaurado em razão do manejo pela AGU dos instrumentos processuais aptos a superar as decisões judiciais de primeiro grau (recursos e pedidos autônomos de suspensão de liminares e tutelas antecipadas). (AMORIM, 2012)

A judicialização da política ou a politização do direito, a depender do ângulo que se olhe para o fenômeno, é fator dominante nos embates sociedade versus Estado. Não se está aqui mensurando qualitativamente o acerto ou desacerto dessa tendência, mas apenas constatando um movimento “pós redemocratização” que se fortalece a cada dia com base tanto no preceito constitucional da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF/88) quanto na busca por um ambiente isento para o travamento das discussões acerca dos caminhos adotados por

que sejam ignorados os questionamentos jurídicos colocados pelo MPF, em prol de um “controle político do ato judicial”. Diversos juristas e organizações da sociedade criticam a existência desse instrumento e a maneira como é utilizado, pois permite que decisões governamentais vigorem independentemente de sua legalidade e de haver lesão a direitos fundamentais. Segundo os críticos, os termos amplos da legislação permitem que qualquer interesse político ou econômico seja utilizado como argumento para suspender decisões baseadas na lei. Há também críticas à desnecessidade de ouvir a parte contrária e à possibilidade da suspensão ser usada contra sentenças e decisões finais de colegiados de tribunais, ou seja, contra decisões que não são liminares. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/advocacia-geral-da-uniao-recorre-da-decisao-e-justica-cancela-paralisacao-de-belo-monte>. Acesso em: 20/06/2017.

determinado governo. (AMORIM, 2012)

O caso Belo Monte é emblemático na demonstração do amplo debate judicial que é travado pelos atores sociais, participantes ativos da dialética própria à formação das políticas públicas. Duas instituições que integram as Funções Essenciais à Justiça, o Ministério Público, promovendo uma advocatura em defesa da sociedade – e nas palavras de Ferraresi (2011, p. 494) “cobrando dos órgãos governamentais a implantação de direitos garantidos pela Carta Constitucional de 1988” –, e a Advocacia-Geral da União, promovendo uma advocatura em defesa do Estado, protagonizam uma verdadeira batalha no judiciário: um tentando suspender o empreendimento, o outro tentando promover o seu prosseguimento. (AMORIM, 2012)

A partir de um único empreendimento do PAC, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, surgiram mais de 80 feitos judiciais entre Ações Civis Públicas, ações cautelares, ações populares, ações possessórias, recursos de apelação, recursos de agravo de instrumento, suspensões de liminares e tutelas antecipadas e conflitos negativos de competência. Tudo isso para, em resumo, discutir uma das ações pinçadas pelo governo como necessárias à consecução de uma dada política pública, a que tem como foco o desenvolvimento do potencial de produção energética do país a partir da matriz predominantemente hidrelétrica. (AMORIM, 2012)

Os números de Belo Monte, que não constituem uma estatística passada e acabada, mas uma estatística presente (prospectiva) e em formação, demonstram que a atuação da AGU tem sido fundamental para o prosseguimento da referida política pública. (AMORIM, 2012)

4.2 O agenciamento do Ministério Público

O Ministério Público teve um papel importante em defesa dos direitos difusos no caso de Belo Monte. No decorrer desses mais de trinta anos, o Ministério Público ajuizou 25 Ações Civis Públicas em desfavor da ocorrência do projeto de Belo Monte e houve uma batalha judicial que suspendeu, por duas vezes, o leilão que decidiria qual consórcio seria responsável pela construção da usina. (SANTOS, 2010)

De maneira geral, as ações tratavam das irregularidades no processo de licitação que inicialmente estava sendo feito pelo estado e não pelo governo federal e sem a autorização do Congresso Nacional, anulação do Decreto Legislativo 788/2005, que autorizou a realização do EIA sem o cumprimento da oitiva prévia dos índios afetados, violando, novamente, o preceituado no Art. 231, § 3º, CF. (SANTOS, 2010)

A tentativa era para barra que os estudos de impacto ambiental pudessem avançar, e as pretensão ficariam mais perto da realização de Belo Monte. Em 2008, o MP tentou impedir o convênio da Eletrobrás com empreiteiras para realização dos Estudos, a saber: Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Correa, sob a alegação de que estas últimas foram beneficiadas por aquela primeira “com informações privilegiadas sobre o empreendimento”; bem como proibir a cláusula de confidencialidade prevista no versado convênio. Esse acordo foi considerado irregular e os Estudos foram suspensos àquela época. (SANTOS, 2010)

O processo de Belo Monte foi marcado por irregularidades, e o MP não poderia ser apenas observador, e continuava na tentativa de barrar os avanços de Belo Monte, para isso questionou a atuação do Ibama que aceitou o EIA/RIMA incompleto e por isso o acusou de ter cometido improbidade administrativa pela assinatura, alegando que a pressa no andamento do Projeto AHE Belo Monte, “além de sacrificar a Constituição e as leis, sacrifica a necessidade da população de ser esclarecida sobre os impactos”. (SANTOS, 2010)

O MP ingressou novamente com ação contra o Ibama, que estava sendo pressionado pela Presidência da República, e com isso, deixou de apreciar adequadamente “as questões indígenas e as contribuições das audiências públicas. (SANTOS, 2010)

No Parecer Técnico nº 6/2010, o IBAMA discorreu não ter um posicionamento seguro em relação à viabilidade de um empreendimento com tamanha complexidade. Impende registrar, ainda, que o MPF alega, em seu parecer, que houve uma grande pressão por parte da Casa Civil para adiantar o processo de concessão da licença prévia, havendo, inclusive, estipulação de prazos para esta última; reação contrária dos técnicos do órgão ambiental, que alegavam falta de tempo hábil para conclusão das análises; bem como demissões em série dos referidos técnicos no ano de 2009. Em razão de tais ponderações, constata-se que a concessão da LP para o AHE Belo Monte, com tantas incongruências, evidencia a pressa do governo quanto ao andamento do projeto e a ofensa ao princípio constitucional da precaução; uma vez que Belo Monte “é a primeira usina hidrelétrica projetada que aproveitar recursos hídricos de áreas indígenas”. (SANTOS, 2010), o que em direito ambiental diríamos que é uma insanidade.

Os Procuradores do MPF tinham um posicionamento contrário a hidrelétrica, tanto que elaboraram um parecer intitulado “A questão energética do país e Belo Monte”, assim como o documento “Agenda Elétrica Sustentável 2020”, desenvolvido pela Organização Não Governamental WWF, o MPF enfatiza a necessidade de investimentos em sustentabilidade e eficiência energética, onde, ao invés da construção de novas usinas, dever-se-ia ocorrer a repotenciação das já existentes, face a “adequação, modernização e correção de turbinas e geradores”, sendo possível acrescentar, em 2020, 15 GW à capacidade instalada (SANTOS 2010).

Diante das violações de direitos e da série de descumprimentos da Norte Energia, o Ministério Público Federal entrou com mais de 25 ações contra a empresa. Em algumas destas ações, quando o MPF conquistou uma decisão liminar que determinava a suspensão das obras da usina até que as medidas (condicionantes) acordadas para a construção da hidrelétrica fossem cumpridas, a Advocacia-Geral da União invocou um instrumento autoritário chamado “suspensão de segurança”, no qual a presidência de um tribunal conhece o recurso e não analisa o mérito da questão, apenas se limita a mencionar razões como “ordem, saúde, segurança e economia públicas” que se sobrepõe, a qualquer outro assunto.

No caso, alegava-se que era preciso manter o cronograma da obra e, portanto, ela não

poderia ser paralisada por uma decisão judicial provisória. O uso da “suspensão de segurança” garantiu que, quando o mérito da ação for finalmente julgado em última instância, o que levará anos, Belo Monte já será fato consumado, como se pode testemunhar atualmente.¹⁷⁵ Até o ano 2017 o MPF vem atuando inconformado na defesa dos direitos das minorias pelos acontecimentos na região provenientes da UHE Belo Monte

4.3 O agenciamento do Poder Judiciário

O agenciamento do judiciário ocorreu pelo convencimento de que a obra de Belo Monte estava legitimada politicamente, e que era algo de interesse do governo federal, e teve como reflexo na maioria dos julgamentos em que os magistrados não estavam aplicando a legalidade tendo a vista a violação de preceitos constitucionais ou normas infraconstitucionais, e sim estavam aplicando uma supremacia do interesse de ordem econômica, e que por isso as etapas de Belo Monte não poderiam, e decidiram antecipadamente qualquer questão que fosse levada às instâncias superiores. Das mais de 25 ações civis pública que o MPF ingressou, nenhuma teve o seu julgamento no mérito e Belo Monte seguiu violando direito e virou fato consumado.

A decisão do presidente do TRF de cassar a liminar de suspensão do leilão do UHE Belo Monte, e, por isso foi realizado, envolve, sobretudo, interesses políticos, pois não considerou, no transcurso do processo, as perspectivas técnicas levantadas pelo MPF e pelo juiz federal de Altamira, o que, segundo ele, demonstra subordinação e conivência entre os poderes executivo e judiciário. (SANTOS, 2010)

Nesse contexto, Santos (2010) faz menção a decisão que cassou e suspendeu a segurança outorgada pelo nobre juiz federal de Altamira, em 1ª instância, ocorreu de maneira inédita e suspeita; à medida que ressaltava a necessidade de manutenção da ordem pública e eleva a importância da supremacia do interesse público em obras do porte de Belo Monte, localizada no cenário de um bioma que é responsável pelo equilíbrio ecológico do planeta, permitindo o uso de bens públicos na vigência de ano eleitoral. Portanto, o EIA do AHE Belo Monte não poderia ter liberado uma Licença Prévia em pleno ano político eleitoral. Essa decisão foi confirmada pelo colegiado da Especial do TRF, por maioria de votos, e negou provimento avocando grave lesão à ordem e à economia pública a reversão ou suspensão do empreendimento.

Em determinado momento o STF foi instado a decidir a favor de Belo Monte sob o argumento de estar agindo em prol do desenvolvimento do país *versus* os interesses de proteção ambiental e de oitiva dos povos indígenas diretamente atingidos pela barragem que eram contra a sua construção e o seu próprio realojamento. Hoje autoriza a realização de inquéritos para

¹⁷⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

apurar com investigação a corrupção que levou a viabilização de Belo Monte.

4.4 O agenciamento da Iniciativa Privada

É preciso observar com atenção a trajetória de Belo Monte, para compreender a relação entre governos e empreiteiras. Em 2010, ainda no segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, pouco antes do leilão da hidrelétrica, duas gigantes do setor de construção, Odebrecht e Camargo Corrêa, anunciaram que haviam se retirado do processo, por falta de “condições econômico-financeiras que permitissem sua participação na disputa”. Dito de outro modo: o lucro não estava garantido. Às pressas, o governo formou o consórcio Norte Energia, para assegurar a disputa, já que só havia um outro consórcio candidato, o Belo Monte Energia, do qual participavam a Andrade Gutierrez, Vale, Eletrosul, Furnas, Companhia Brasileira de Alumínio e Neoenergia.¹⁷⁶

O consórcio formado pelo governo foi o vencedor do leilão. Era composto por uma subsidiária da Eletrobrás, a Chesf (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco), e algumas construtoras de menor porte. Chegou a ser chamado na imprensa de “consórcio das desconhecidas”. A vitória coube ao Consórcio Norte Energia, composto por nove empresas, a saber: Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) (49,98%), Construtora Queiroz Galvão (10,02%), Gaia Energia e Participações (10,02%), J. Malucelli Construtora de Obras S/A (9,98%), Cetenco Engenharia S/A (5%), Galvão Engenharia S/A (3,75%), Mendes Junior Trading Engenharia S/A (3,75%), Serveng-Civilsan S/A (3,75%) e Contern Construções e Comércio Ltda (3,75%).¹⁷⁷

Na ocasião, o então presidente do consórcio Norte Energia e diretor da Chesf, José Ailton de Lima afirmou, com toda a razão, que as condições de financiamento oferecidas pelo BNDES para a construção de Belo Monte “talvez sejam uma das melhores do mundo”.¹⁷⁸

O mais interessante vem agora: as construtoras que participavam do consórcio vencedor preferiram deixá-lo depois do leilão. Hoje, a Norte Energia é formada principalmente por estatais do setor, como Eletrobrás, Eletronorte e a própria Chesf, e por fundos de pensão (Petros e Funcef). Em resumo: em grande parte é pública. Cerca de 50% da composição acionária pertence a empresas controladas direta ou indiretamente pela União.¹⁷⁹

Para construir a hidrelétrica, a Norte Energia contratou o terceiro elemento da arquitetura política e econômica da usina: o Consórcio Construtor Belo Monte. E, adivinhem

¹⁷⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁷⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁷⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁷⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

quem faz parte dele? Sim, as gigantes do setor de construção, Odebrecht e Camargo Corrêa, que desistiram de participar do leilão por falta de “condições econômico-financeiras”; a outra gigante, a Andrade Gutierrez, que participava do consórcio perdedor; e as construtoras que participavam do consórcio vencedor, mas o deixaram após vencer o leilão. Podemos concluir que construir Belo Monte, contratada pela Norte Energia, mostrou-se um negócio muito melhor para as empreiteiras.¹⁸⁰

4.6 O agenciamento dos Bancos e instituições financeiras

A divulgação das condições de financiamento para o projeto da hidrelétrica de Belo Monte que foi apresentada pelo BNDES tem como ponto de destaque a extensão do prazo de financiamento aos equipamentos necessários à obra. O empréstimo direto ao consórcio vencedor foi disponibilizado cerca de 70% a 80% do investimento total - parcela superior à disponibilizada para as hidrelétricas do rio Madeira. O prazo de pagamento também será maior: 30 anos a partir da contratação do projeto. As taxas do empréstimo não devem mudar.¹⁸¹

4.7 O agenciamento da Sociedade Civil Organizada e Movimentos Sociais

Os Movimentos Sociais tiveram uma importância relevante no processo de Belo Monte uma vez que foi possível difundir o que estava acontecendo em Altamira e arredores de Belo Monte. Capitaneado por defensores, ambientalistas e indigenistas ligados às questões referentes ao impacto ambiental que uma obra nas proporções de Belo Monte acarretaria para a região amazônica, muitos foram os movimentos e organizações que demonstraram seu desacordo com a execução deste projeto, naquela localidade brasileira. Manifestações das mais diversas foram organizadas em todo o país, havendo uma espécie de "comoção nacional", contra a construção de Belo Monte. Inclusive um movimento denominado "Gota D'água", foi criado e difundido através das redes sociais na Internet, onde pessoas conhecidas e vinculadas mídia se colocam contra a construção da usina. (WISNIEWSKI, 2012)

Observa-se também a contrapartida social que a construção de Belo Monte ocasionou. Muitos foram os grupos que se organizaram de maneira formal (organizações não governamentais) e informal (manifestações individuais), manifestando publicamente sua opinião sobre as questões ambientais e sócias ligadas a essa obra. Sua principal ferramenta de divulgação foi a internet, onde foram criados sites, blogs e as redes sociais para a divulgação de sua “causa”. (WISNIEWSKI, 2012)

¹⁸⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁸¹ Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/belo-monte-mais-de-tres-decadas-de-luta-e-resistencia/40187#ixzz4qsbiQZpK>. Acessado em: 20/06/2017.

Um dos principais movimentos que surgiram nesse sentido foi o “Movimento Gota D'Água” tem como objetivo discutir as questões referentes ao projeto governamental (PNE 2030) de construir nos próximos anos aproximadamente usinas hidrelétricas na região amazônica. Ligados a movimentos mais conhecidos como Xingu Vivo para Sempre¹⁸² e Movimento Humanos Direitos¹⁸³, eles visam sensibilizar a população brasileira a respeito das questões socioambientais intrínsecas a uma obra deste porte, bem como levar de maneira simples e rápida informações sobre suas ações e posicionamento. (WISNIEWSKI, 2012)

Segundo Wisniewski (2012) dentre os vídeos disponibilizados na internet em defesa da região Amazônica pode ser destacado o vídeo onde o Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro¹⁸⁴, fala a respeito da utilização do Rio Xingu para a geração de energia:

“(...) o Xingu é o Rio da Diversidade nacional, assim como o São Francisco foi chamado de Rio da integração nacional. O Xingu é um símbolo da nossa diversidade e temos uma civilização original e pluriétnica, constituída por 26 povos indígenas e por gente que veio de outros lugares do Brasil”. Ele também se coloca contra a utilização de rios para geração de energia é uma pratica que já encontrasse no passado e que significaria morte ao Rio. Sabemos que a postura de Eduardo Viveiros de Castro defende o ponto de vista de uma parcela da população que é contra a construção de Belo Monte não somente pelos notáveis impactos ambientais que a construção causará, mas principalmente pelo impacto social que ela poderá implicar para as populações locais.”

O Painel de Especialistas também foi outro movimento importante para a história de Belo Monte, que diz respeito à análise crítica em questão advém, segundo seus criadores, da necessidade de se manter a população informada sobre as evidentes falhas e omissões que cercam o EIA/RIMA Belo Monte que foi recebido com diversas críticas por peritos das mais variadas áreas. Em decorrência disso, em setembro de 2009 foi elaborada uma análise crítica de duzentos e trinta páginas sobre o estudo, destinada ao IBAMA, por um painel de especialistas oriundos de diversas Instituições de Ensino e Pesquisa onde, cada um, conforme sua especialidade, identificou e examinou problemas e lacunas de grande relevância naquele

¹⁸² O Movimento Xingu Vivo para Sempre se originou da reunião de diversos movimentos sociais historicamente contrários a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, desde o princípio. Mais informações estão disponíveis no endereço <<http://www.xinguvivo.org.br>>.

¹⁸³ O Movimento Humanos Direitos surgiu em 2002, formado por um grupo de atores que conscientes de sua função social, optaram por trabalhar em prol da sociedade e discutir seus problemas contemporâneos, como é o caso de Belo Monte, e da população afetada por ela. Mais informações estão disponíveis no site da instituição. Ver <<http://www.humnosdireitos.org>>.

¹⁸⁴ Eduardo Viveiros de Castro é professor e antropólogo do Museu Nacional da UFRJ. É um intelectual que se dedica a pesquisar as populações indígenas brasileiras, principalmente na região Amazônia. Por isso é um grande conhecedor e defensor da manutenção da vida naquele espaço de maneira socialmente responsável. Foi um dos integrantes da expedição Gota d'Água no Xingu e é um militante contra a utilização do Rio Xingu para a geração de energia. Mais informações estão disponíveis no seguinte endereço: <<http://www.youtube.com/watch?v=4UpAr8wYJAY>>.

primeiro documento, sendo composta de sete partes, a saber: Omissão e falhas na análise de situações e dados sociais econômicos e culturais; Povos indígenas: desastre anunciado, denúncias de direitos violados; Saúde, Educação e Segurança: Riscos Excessivos; Graves Problemas: Hidrografia da Volta Grande do Xingu e Aumento dos níveis de água em Altamira; Viabilidade Técnica e Econômica não demonstrada; Fauna aquática: riscos e omissões e, por fim, Ameaças à Biodiversidade. (SANTOS 2009).

Uma vez que tais ponderações partem de acadêmicos conceituados por seus trabalhos na região Amazônica e na própria Volta Grande do Xingu, sendo, portanto, conhecedores do assunto. A par disso, o painel de especialistas chegou a alguns consensos no que tange aos estudos e aos impactos ambientais relacionados no EIA/RIMA criticado: **Sobre os estudos:** Inconsistência metodológica; Ausência de referencial bibliográfico adequado e consistente; Ausência e falhas nos dados; Coleta e classificação assistemáticas de espécies, com riscos para o conhecimento e a preservação da biodiversidade local; Correlações que induzem ao erro e/ou a interpretações duvidosas; Utilização de retórica para ocultamento de impactos. **Sobre os impactos:** Subdimensionamento da área diretamente afetada; Subdimensionamento da população atingida; Subdimensionamento da perda de biodiversidade; Subdimensionamento do deslocamento compulsório da população rural e urbana; Negação de impactos à jusante da barragem principal e da casa de força; Negligência na avaliação dos riscos à saúde; Negligência na avaliação dos riscos à segurança hídrica; Superdimensionamento da geração de energia e Subdimensionamento do custo social, ambiental e econômico da obra. (SANTOS 2009).

Nesse mesmo sentido, Santos (2009) diz que, os pesquisadores afirmam que a oratória aplicada ao EIA/RIMA no que diz respeito aos impactos na Volta Grande, em especial ao Trecho de Vazão Reduzida, não revela, dentre outras coisas, que as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande constituem Áreas Diretamente Afetadas (ADA) e não Áreas de Influência Direta, como preceituado no RIMA. Surge, ainda, a indagação sobre o fato do processo de licenciamento ter prosseguido sem a apresentação, pela Eletrobrás, dos documentos, tanto para o aceite, como para a análise do mérito, exigidos pelo Órgão Licenciador, nos termos do Parecer nº 29/2009-IBAMA. Ademais, as falhas e omissões apontadas pelo Painel de Especialistas acerca do AHE Belo Monte ensejam crime ambiental previsto nos artigos 68 e 69-A da Lei nº 9.605/98206. (SANTOS 2009)

Santos (2009) afirma que os especialistas consideram, brevemente, os pontos elencados em cada tópico do apontamento. A primeira parte enfatiza, dentre outros assuntos, a ausência de respeito à bibliografia nacional e internacional sobre a região, o que merece relevância, pois a região em comento tem sido elemento de vastos estudos: primeiro pelo fato de ser objeto “de grande parte da produção relativa ao Programa de Colonização oficial e ao avanço da fronteira amazônica”; segundo, pela razão de “ter sido Altamira palco de um importante projeto de

cooperação técnico-científica” entre o Brasil e a França; terceiro, por ser instrumento defensivo, na Universidade Federal do Pará, de variadas dissertações e teses de mestrado e doutorado. (SANTOS 2009)

Nesse sentido, os doutos especialistas afirmam que a versada ausência de bibliografia de referência e a conseqüente falta de embasamento refletem nas inadequações verificadas no EIA/Rima Belo Monte; “incoerentes com as práticas correntes de diagnóstico e análise nas ciências sociais”, além de não refletir as práticas atuais de interpretação da diversidade social nas ciências sociais. A título de exemplificação, cabe destacar que a agricultura familiar na Região Transamazônica se pauta na variedade de sistemas produtivos e formas de exploração agropecuária; caracterizando-se, ainda, pela coleta de castanha, seringa, andiroba, açaí, urucum, dentre outras espécies vegetais, sendo primordial para a subsistência das pequenas unidades familiares, servindo, ao mesmo tempo, de complemento da base alimentar. (SANTOS 2009)

Como conclusão do Painel de Especialistas sobre o EIA/RIMA têm-se em Santos, 2009:

- 1 – Não apresenta e nem expõe os procedimentos metodológicos utilizados para abordar as realidades sociais localizadas;
 - 2 – Não elabora, não sistematiza, não colide e nem organiza informações sobre os grupos sociais e as intervenções que alterarão seus modos de vida;
 - 3 – Não constrói os dados a partir de referências de estudos e pesquisas já realizados, nem utiliza bibliografia de referência reconhecidamente relevante no campo das ciências sociais;
- Assim, de forma crítica, observa-se que o EIA RIMA:
- a) por não refletir as práticas correntes nas ciências sociais de levantamento e análise de materiais e informações para interpretar a diversidade social;
 - b) por ignorar a bibliografia nacional – e internacional – sobre a região e por utilizar as bases de dados oficiais de modo incompleto e inconsistente, impede que os dados apresentados possam ser validados e produz ou induz ao ocultamento deliberado de situações sociais e históricas

Cumprindo, então, observar, que conforme o painel de pesquisadores, o Eia/Rima Belo Monte subdimensiona a população atingida e os impactos aos quais está sujeita, restando ausentes estudos referentes à manutenção da vida das populações atingidas e das conseqüências do desmatamento na região do Xingu, ao passo em que não detalha programas e projetos de mitigação, apenas listando-os e ponderando suas intenções, sem, contudo, especificar ou detalhar custos, impedindo uma melhor avaliação quanto à sua adequabilidade. (SILVA, 2010).

Já o Movimento Xingu Vivo para Sempre agitou campanhas¹⁸⁵ contra o financiamento das obras da Usina, através do BNDES e outros Bancos, como Banco do Brasil, Banco Santander, apresentando para a população em geral a possibilidade de interagir na sua própria página e se manifestasse a respeito de Belo Monte. Xingu Vivo para Sempre é defensor das vulnerabilidades das populações indígenas que vivem naquela região, considerando que por menor que seja o impacto previsto pelo governo, qualquer alteração no modo de vida destas populações pode até mesmo significar a sua extinção. (WISNIEWSKI, 2012)

A formação desse grupo contra Belo Monte serviu de antagonismo e de questionamentos sobre os reais motivos de Belo Monte. A indignação era presente, porém não surtiu efeitos no sentido de barrar a sua construção, e quando Belo Monte se viu como fato consumado, os movimentos se dispersaram. O empreendimento possui proteção judicial para que ninguém se aproxime de suas dependências e instalações. Outro ponto que chama a atenção é a forma como foram tratados os protestos contra as arbitrariedades de Belo Monte, assim como as várias paralisações de operários. O governo usou a Força Nacional para reprimir tanto as manifestações de indígenas, ribeirinhos, agricultores e moradores urbanos atingidos pela hidrelétrica quanto as greves de trabalhadores nos canteiros da obra. Uma escolha surpreendente para um governo democrático.¹⁸⁶ O judiciário não foi a via que protegeu o direito das minorias. A população atingida, parte dela analfabeta, só teve assistência jurídica federal no início de 2015, quando a usina já se preparava para pedir ao Ibama a licença de operação.

No entanto, Belo Monte não é somente isso. Ela também é o foco da insatisfação de grupo sociais menores, com menos expressão, talvez menos favorecidos politicamente como é o caso das populações indígenas, as populações ribeirinhas e os ambientalistas. Como vimos o espaço de articulação destes grupos fica distante dos palcos políticos do Brasil, todavia podem ser caracterizadas como ações mais abrangentes, para o bem ou para o mal., pois utilizam ferramentas como a internet e outros meios para se aproximar da população em geral e aumentar seu impacto. (WISNIEWSKI, 2012)

4.8 O agenciamento da População indígena e comunidade ribeirinha

As populações indígenas que vivem naquela região, como mencionado anteriormente, e que serão diretamente afetadas pela construção do lago da Usina. Essas populações estão mobilizadas já desde meados dos anos 80, através do Movimento Xingu Vivo para Sempre, contra a construção de obras desta magnitude naquela região. (WISNIEWSKI, 2012)

¹⁸⁵ A campanha intitulada “Belo Monte: Com meu Dinheiro NÃO”, foi vinculada pela página do Movimento Xingu Vivo para Sempre e possibilitou a qualquer um encaminhar um correio eletrônico pela própria página do Movimento para o Banco no qual é correntista e solicitar que este ou aquele banco não apoie e nem financie a obra de construção da Usina.

¹⁸⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

Segundo a página oficial do Instituto Socioambiental (ISA), o cenário para a construção de Belo Monte era juridicamente frágil e os estudos de impactos não eram conclusivos sobre os impactos e de uma maneira irresponsável e numa postura de assumir o risco e as consequências, os órgãos licenciadores (Funai e Ministério do Meio Ambiente) autorizaram a obra. A saber:

A polêmica em torno da construção da usina de Belo Monte na Bacia do Rio Xingu, em sua parte paraense, já dura mais de 20 anos. Entre muitas idas e vindas, a hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção. Os movimentos sociais e lideranças indígenas da região são contrários à obra porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados. Em outubro de 2009, por exemplo, um painel de especialistas debruçou-se sobre o EIA e questionou os estudos e a viabilidade do empreendimento. Um mês antes, em setembro, diversas audiências públicas haviam sido realizadas sob uma saraivada de críticas, especialmente do Ministério Público Estadual, seguido pelos movimentos sociais, que apontava problemas em sua forma de realização. Ainda em outubro, a FUNAI liberou a obra sem saber exatamente que impactos causaria sobre os índios e lideranças indígenas kayapó enviaram carta ao Presidente Lula na qual diziam que caso a obra fosse iniciada haveria guerra. Para culminar, em fevereiro de 2010, o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença ambiental, também sem esclarecer questões centrais em relação aos impactos socioambientais.¹⁸⁷

O dossiê do Instituto Socioambiental mostra que, durante dois anos, a Norte Energia deu uma espécie de “mesada” para as aldeias atingidas, no valor de 30.000 reais. Funcionava assim: os caciques enviavam a lista de mercadorias e a empresa as entregava. Segundo a Norte Energia, 212 milhões de reais foram gastos com os povos indígenas. Mas, em vez de o dinheiro ser investido na redução e na compensação dos impactos, foi usado na compra dos espelhinhos deste milênio: barcos e voadeiras, motores para barcos e voadeiras, milhões de litros de gasolina, caminhonetes (mesmo em aldeias onde não havia estradas), TVs de plasma, açúcar, refrigerantes, bolachas e salgadinhos, entre outros.¹⁸⁸

¹⁸⁷ Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3029>. Acessado 21/06/2017.

¹⁸⁸ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

Essa operação deflagrou¹⁸⁹, segundo técnicos que a testemunharam, “um dos processos mais perversos de cooptação de lideranças indígenas e desestruturação social promovidos por Belo Monte”. Em documento, o Distrito Sanitário Especial Indígena de Altamira (DSEI), subordinado ao Ministério da Saúde, assim se manifesta:

“A partir de setembro de 2010, com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, os indígenas passaram a receber cestas de alimentos, composta por alimentos não perecíveis e industrializados. Com isso os indígenas deixaram de fazer suas roças, de plantar e produzir seus próprios alimentos. Porém, em setembro de 2012, tal ‘benefício’ foi cortado, os indígenas ficaram sem o fornecimento de alimentos e já não tinham mais roças para colher o que comer, o que levou ao aumento do número de casos de crianças com Peso Baixo ou Peso Muito Baixo Para a Idade, chegando a 97 casos ou 14,3%”.

Em outro ponto do documento, o DSEI de Altamira relaciona o aumento dos casos de “doença diarreica aguda” em 2010 à atuação da Norte Energia nas aldeias:

“Em 2010 registramos um aumento considerável, já que numa população de 557 crianças menores de 5 anos ocorreram 878 casos, o equivalente a 157% dessa população ou 1.576,3 para cada 1.000 crianças. (...) Mudanças nos hábitos alimentares com a introdução de alimentos industrializados oriundos de recursos financeiros das condicionantes para construção da hidrelétrica de Belo Monte é outro fator contribuinte para o alto índice existente”.¹⁹⁰

Persiste a indagação de que: onde acaba o público e começa o privado? Belo Monte é, ao mesmo tempo, uma obra controlada em parte por estatais, financiada em grande parte por um banco público e cujas posições da empresa são defendidas pela Advocacia-Geral da União. Ao mesmo tempo, também é o governo o responsável, via órgãos como Ibama e Funai (Fundação Nacional do Índio), por fiscalizar o cumprimento dos acordos e o respeito aos direitos das populações atingidas.¹⁹¹

E também como o símbolo da mistura explosiva entre o público e o privado, dada pela confusão sobre o que é o Estado e o que é a Norte Energia S.A., a empresa que ganhou o polêmico leilão da hidrelétrica. A maioria dos brasileiros prefere se omitir do debate sobre a intervenção nos rios da Amazônia, assumindo como natural a destruição da floresta e a morte cultural de povos inteiros, apenas porque são diferentes.¹⁹²

¹⁸⁹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

¹⁹² Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em

CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho tentou-se desvendar todo o cenário no qual se implantou o actante Belo Monte. Ao longo do trabalho é mencionado a disputa histórica sobre como foi possível a sua viabilização diante do conflito de interesses entre o desenvolvimento econômico do país promovido pelo aproveitamento hidroelétrico *versus* a permanência da conservação do meio ambiente, e da proteção do modo de vida de povos indígenas, os povos do Rio Xingu, povos da Floresta Amazônica e habitantes tradicionais da Bacia do Rio Xingu no Pará.

Onde tudo parecia estar calcado, em um primeiro momento, no debate entre conservacionistas e desenvolvimentistas, e depois na competência em executar ações relacionadas à gestão do negócio, que deveriam, conseqüentemente, levar a um suposto desenvolvimento sustentável local com a implantação da usina. E, que, na verdade, apresentaram um ínfimo cumprimento das condicionantes que validam o licenciamento ambiental do empreendimento, que garantiriam que as medidas mitigadoras diminuíssem os impactos negativos gerados pela instalação de Belo Monte.

No capítulo 1 foi apresentado o caso de Belo Monte, dando suas coordenadas geográficas, caracterização biofísica e riquezas cênicas provenientes de sua biodiversidade oriunda da Floresta Amazônica e do Rio Xingu, localizados no coração do Pará. Situando o leitor sobre o que vem a ser uma usina hidrelétrica, qual a potência de geração de energia esperada por Belo Monte e a sua operação a fio d'água, técnica essa que permitiu que fosse preservado muitos hectares que não serão mais alagados com o barramento do Rio Xingu.

Por ser considerado um tema polêmico e atual, todos os aspectos com relação à Usina de Belo Monte suscitam debates nos meios políticos, sociais e inclusive em inquéritos policiais. A sociedade brasileira está interessada na repercussão desta obra, pensando no interesse que a mesma desperta nos mais diferentes atores sociais. É criticado pelos representantes de movimentos sociais, ambientalistas, ribeirinhos, indígenas, Ministério Público e amplamente defendido pelo governo e setor empresarial.

Com efeito, para se entender o cenário em que a UHE Belo Monte se encontra, tornou-se necessário apresentar a cronologia desde o surgimento do interesse em construir usinas hidrelétricas na Amazônia até os dias atuais, contando com um lapso temporal de mais de 30 anos.

No capítulo 2 foi apresentado a Teoria Ator – Rede, suas nomenclaturas que foram

utilizadas na aplicação do caso de Belo Monte na tentativa de desvendar os interesses e o agenciamento das instituições que deram corpo e forma para a viabilização de Belo Monte.

No capítulo 3 fatos novos surgiram com o avanço da Operação Lava Jato que deflagrou denúncias sobre o esquema de corrupção que envolvia a usina de Belo, que foi uma obra superfaturada, que desde o início tinha interesse ocultos que envolvia agentes públicos do alto escalão dos poderes executivo e legislativo e empreiteiros. O esquema Belo Monte ainda não foi totalmente desvendado. Não se chegou a nenhuma conclusão até o momento, pois o processo encontra-se em fase de investigação, apresentando-se vivo, dinâmico em que todos os dias surgem informações novas.

Diante do que foi apresentado ao longo dos três capítulos, foi possível elaborar o capítulo 4, que menciona a forma como os atores se posicionaram em rede, descriminando quais são eles e em que grupos são/estão pertencentes, permitindo, assim, demonstrar o agenciamento e as articulações políticas para a viabilização da UHE Belo Monte. As estruturas de cada actante foi chamado de agência de acordo com a Teoria Ator-Rede, pois possuem infraestrutura humana e não-humana para desenvolverem suas atividades fins, contando com funcionários, sistemas operacionais, meios de comunicação entre outros recursos capazes de traduzir as suas ambições. Por isso, a utilizou-se da interpretação sobre o agenciamento de entes em busca de seus interesses.

Então, pode-se concluir que, inicialmente o debate era que mais uma vez o meio ambiente, que usualmente, não tem espaço na agenda governamental, perdeu o debate para um empreendimento econômico. Após as diversas iniciativas e ações judiciais tentou-se pela aplicação da lei inviabilizar a construção de Belo Monte, mais não foi possível, pois o argumento legitimado politicamente de que o empreendimento era necessário para o país se desenvolver economicamente e salvaguardar a disponibilidade energética da população prosperou. Então, o grupo de opositores a UHE de Belo Monte tentou cobrar que pelo menos fossem cumpridas as condicionantes para que a obra fosse menos impactante para a região. Essas metas não foram alcançadas e como tudo no país, quando chega nesse ponto, começam as justificativas dizendo que nada funciona no Brasil por conta da má gestão da coisa pública e da falta de interesse do poder público em realizar trabalhos de qualidade.

Mas será que esse é realmente o melhor argumento para explicar o que vem acontecendo com Belo Monte, ou seja, é problema de má gestão? Nos acontecimentos atuais, que deflagram a crise política de governabilidade e governança brasileira, que contaminou por práticas não republicanas todos os setores da sociedade, com a UHE de Belo Monte também não foi diferente. A história recente mostra que ela foi fruto de um esquema bilionário de desvio de recursos para financiamento de crimes, envolvendo presidentes da república, agentes do poder

executivo, legislativo, quiçá o judiciário, empresários, cartel de construtoras, e, todos esses envolvidos tinham interesse em viabilizar UHE Belo Monte para sangrá-la afim de patrocinar seus ímpetos de enriquecimento ilícito. Isso justificou a rede de atores que se mobilizaram e se agenciaram para barrar qualquer iniciativa decente que pudesse atrapalhar os planos.

A Operação Lava a Jato está apurando os indícios de corrupção que fizeram com que a emblemática UHE Belo Monte¹⁹³ saísse do papel do jeito que saiu, sem segurança jurídica e com interesses escusos. Mas fica a pergunta: quem paga a conta do impacto ambiental, do impacto social, do etnocídio indígena, causado por uma Belo Monte, que, somente produzirá 30% de sua capacidade total estimada, ou seja, que nem mesmo é viável economicamente, e que, na verdade vai servir para gerar energia para mineradoras que estão se instalando em sua vizinhança com a Belo Sun, que tem interesse em custear linhas de transmissão que a ligue a Belo Monte.

Esse modo de operação, em que o público e o privado se misturam, é a chave para compreender o “Dossiê Belo Monte: Não há condições para a Licença de Operação”, documento publicado pelo Instituto Socioambiental no final de junho. Sabe-se que o dinheiro que se esvai na corrupção no Brasil é também o dinheiro que falta para saneamento, educação e saúde, assim como para outros investimentos prioritários. Mas sempre fica um pouco abstrato. Em Belo Monte, é possível enxergar e quantificar o que a relação contaminada entre a concessionária Norte Energia e o governo federal já causou nos últimos anos, entre 2010 e 2017.¹⁹⁴

O que restou do “tsunami” UHE Belo Monte para a região do Xingu é a reflexão do Procurador da República, Felício Pontes Jr., de que o desenvolvimento predatório se opõe à preservação ambiental. Não enxerga o meio-ambiente como o lar, a casa, o habitat de todos os seres vivos. Mas sim como recurso econômico a ser exaurido para gerar lucro. Precisamos tecer outro tipo de racionalidade para lidar com o fato de que os recursos naturais de que dispomos são finitos, e que temos responsabilidade, não só com o nosso conforto, mas também com a sobrevivência das gerações futuras. A ideia de verdadeiro desenvolvimento não pode deixar de levar em consideração a preservação ambiental. Se deixar, não é desenvolvimento. Belo Monte é exemplo disso. Como a hidrelétrica não leva em conta o aspecto ambiental, a geração de energia será reduzida. Isso porque um dos efeitos da mudança climática sobre a Amazônia é a diminuição do volume de água dos rios. Outro fator é o desmatamento. No caso de Belo Monte,

¹⁹³ Conforme aponta a denúncia, referente ao “quadrihã” do PMDB envolvido em Belo Monte, de Rodrigo Janot – Procurador Geral da República, diz que ao “aparelhar” um grupo de cargos diretivos e oferecer facilidades a agentes privados, as lideranças políticas propiciavam um ambiente de criminalidade acentuada, onde eram praticados crimes como corrupção passiva, prevaricação, advocacia administrativa, violação de sigilo funcional, tráfico de influência, corrupção ativa, lavagem de dinheiro, fraude a licitação, cartelização e evasão fraudulenta de divisas. Disponível em: <http://www.orm.com.br/noticias/politica/OTA0Nw==/Quadrihao-do-PMDB-esta-na-mira-da-PGR>. Acesso em: 10/09/2017.

¹⁹⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acessado em 20/06/2017.

ele pode chegar a 5.300 quilômetros quadrados além da área inundada. Haverá a extinção de espécies ameaçadas que nunca foram estudadas. A Volta Grande do Xingu é considerada de “importância biológica extremamente alta” pelo próprio Ministério do Meio Ambiente (Portaria MMA n° 9/2007). E ela foi impactada de maneira irreversível com a redução de 80% a 90% da vazão do Xingu em 100 quilômetros de sua extensão. Hoje, ninguém tem dúvida de que a falta de floresta influenciará na vazão do rio. Portanto, trata-se de um falso projeto de desenvolvimento – ou um projeto de “desenvolvimento predatório”.¹⁹⁵

¹⁹⁵ Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/noticia/2011/09/um-procurador-contrabelo-monte.html>. Acesso em: 20/06/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, PAULO ROBERTO DE. A Crise De Governança No Brasil. Revista Espaço Acadêmico, nº 36 - Maio de 2004. Disponível em:
<<http://www.espacoacademico.com.br/036/36pra.htm>>. Acessado em: 21/06/2017.

AMORIM, Filipo Bruno Silva. A atuação da AGU na defesa das políticas públicas de Estado. Notas descritivas sobre o PAC e sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Artigo publicado no site Jus.com.br em 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22976/a-atuacao-da-agu-na-defesa-das-politicas-publicas-de-estado>. Acessado em: 20/06/2017

ARBONI, Renato. Você é preservacionista ou conservacionista? Blog AR Ambiental - espaço cultural e de atualização científica dos convictos que a perpetuação das espécies está no desafio da conservação dos recursos naturais do planeta. Disponível em: <<http://ar-ambiental.blogspot.com.br/2012/02/voce-e-preservacionista-ou.html>>. Acessado em: 21/8/2017.

BRASIL. Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás). Ministério de Minas e Energia. Relatório de Impacto Ambiental: Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Brasil, 2009, p. 08. Disponível em: < http://northeastenergia.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/NE.Rima_.pdf>. Acessado em 21/06/2017.

BRASIL. Governo Federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA, 2009.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA). Ministério do Meio Ambiente. Licença Prévia nº 342 /2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Plano Nacional de Energia 2030. Ministério de Minas e Energia; colaboração Empresa de Pesquisa Energética. Brasília: MME: EPE, 2007.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social/PR. UHE Belo Monte: perguntas e respostas. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/@@busca?b_start:int=0&SearchableText=Belo%20Monte>. Acessado em 21/06/2017.

CAMILLIS, Patrícia Kinast de, BUSSULAR, Camilla Zanon e ANTONELLO, Claudia Simone. A agência dos não-humanos a partir da Teoria ator-rede: contribuições para as pesquisas em administração. III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração: Florianópolis-SC, 2013.

CARNEIRO, Maurício. A Usina Hidrelétrica de Belo Monte e suas implicações quanto aos Direitos Fundamentais da população que vive em torno do projeto. Disponível em: <<https://mauriciocarneiro.jusbrasil.com.br/artigos/113959939/a-usina-hidreletrica-de-belo-monte-e-suas-implicacoes-quanto-aos-direitos-fundamentais-da-populacao-que-vive-em-torno-do-projeto>>. Acessado em: 21/06/2017.

LATOURE, Bruno. Do objects have history? A meeting between Pasteur and Whitehead in a lactic-acid bath. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, II (1), 7-26 Mar-Jun. 1995.

LATOURE, Bruno. Reagregando o social. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru. São Paulo: EDUSC, 2012.

_____. A esperança de pandora: Ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru,

SP: EDUSC, 2001.

_____. *Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. MOLES, Abraham. *Teoria dos Objetos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1981.

_____. *Teoria da Informação e Percepção Estética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978.

MORAES, Márcia: A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. 11(2): 321-33, maio - ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000200006>. Acessado em 21/06/2017.

NOBRE, Júlio Cesar; PEDRO, Rosa Maria: Reflexões sobre possibilidades metodológicas da Teoria Ator-Rede. *Revista Ator-Rede*. Ano 1, Vol. 1, Número 1, Edição Especial: 2013.

OLIVEIRA, Fernanda David de: *A INFLUÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL GLOBAL NAS AÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO: O caso da usina de Belo Monte*. Monografia apresentada como requisito para grau de bacharelado, Brasília: UniCeub, 2014.

PONTES JR, Felício: O custo de Belo Monte. Disponível em: <<http://www.anpr.org.br/images/artigos/O-custo-de-Belo-Monte.pdf>>. Acessado em: 21/06/2017.

PRAUDE, Carlos C: *TEORIA ATOR-REDE E ARTE: Anais do 15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia*. Brasília: Brasil Universidade de Brasília, 2016. Disponível em: https://art.medialab.ufg.br/up/779/o/carlos_praude.pdf. Acessado em: 22/08/2017.

SANTOS, S.M.S.B.M, HERNANDEZ, F.M. *PAINEL DE ESPECIALISTAS: Análise Crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte*. Belém. 2009. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EI_A.pdf>. Acessado em 21/06/2017.

SILVA, Gisele Rose da: *Belo monte mais de três décadas de luta e resistência*. Auxiliar de pesquisa do projeto recursos minerais e sociedade CETEM/MCT. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/belo-monte-mais-de-tres-decadas-de-luta-e-resistencia/40187#ixzz4qsPtpf3U>>. Acessado em: 21/08/2017.

SILVA, Mayane Bento: *Macroprojetos regionais e suas consequências para o desenvolvimento local: a IIRSA e sua influência local no caso da hidrelétrica de belo monte no Pará*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Programa de Pós-graduação em Gestão dos Recursos naturais e Desenvolvimento local. Núcleo de Meio Ambiente - NUMA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em: <http://ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2012_Dissertacao_Mayane.Bento.Silva.pdf>. Acessado em: 21/08/2017.

SOUTHGATE, Todd. *Belo Monte Depois da Inundação*. Direção: Todd Southgate. Narração: Marcos Palmeiras. Produção: International Rivers, Amazon Watch & Todd Southgate, 2016. Duração: 53:55. Disponível em: <<https://vimeo.com/181830626>>. Acessado em: 21/08/2017
BRASIL. Casa Civil. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm>. Acessado em: 21/06/2010.

STROPPER, M.T.D: INFLEXÃO DAS ONGs AMBIENTALISTAS APÓS 1990: Um estudo sobre a atuação das ONGs no caso da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Tese de Doutorado. UFRGS. Porto Alegre. 2014, 211p.

WISNIEWSKI, Fernanda. Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a Intervenção Governamental. Trabalho de Conclusão de curso de pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Sapiranga-RS: 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71347/000872787.pdf?sequence=1>. Acessado em 20/06/2017.